



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DA PARAÍBA

TRANSPARÊNCIA E TECNOLOGIA

BIÊNIO 2017/2018

ESFORÇOS CONCENTRADOS PARA REDUZIR
ESTOQUE PROCESSUAL, ESTÍMULO ÀS
CONCILIAÇÕES, AMPLIAÇÃO DOS
PROCESSOS ELETRÔNICOS E GESTÃO
TRANSPARENTE: O CAMINHO TRILHADO
PELO TJPB PARA ALCANÇAR METAS

TRANSPARÊNCIA E TECNOLOGIA

BIÊNIO 2017/2018





PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

MESA DIRETORA (Biênio 2017/2018)

PRESIDENTE

Joás de Brito Pereira Filho

VICE-PRESIDENTE

João Benedito da Silva

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

José Aurélio da Cruz

DESEMBARGADORES

Luiz Silvio Ramalho Júnior
Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
Márcio Murilo da Cunha Ramos
Saulo Henriques da Sá e Benevides
Marcos Cavalcanti de Albuquerque
Joás de Brito Pereira Filho
Arnóbio Alves Teodósio
Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
João Benedito da Silva
João Alves da Silva
Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho
José Ricardo Porto
Carlos Martins Beltrão Filho
Maria das Graças Morais Guedes
Leandro dos Santos
José Aurélio da Cruz
Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Ricardo Vital de Almeida

DESEMBARGADORA APOSENTADA

Maria das Neves do Egito de Araújo Duda Ferreira

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

DIRETORA - Cristiane Abreu Serra da Rocha Rodrigues

GERENTE - Valter Nogueira

EDITOR - Gilberto Lopes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO - Ricardo Araújo (FORMA Comunicação)

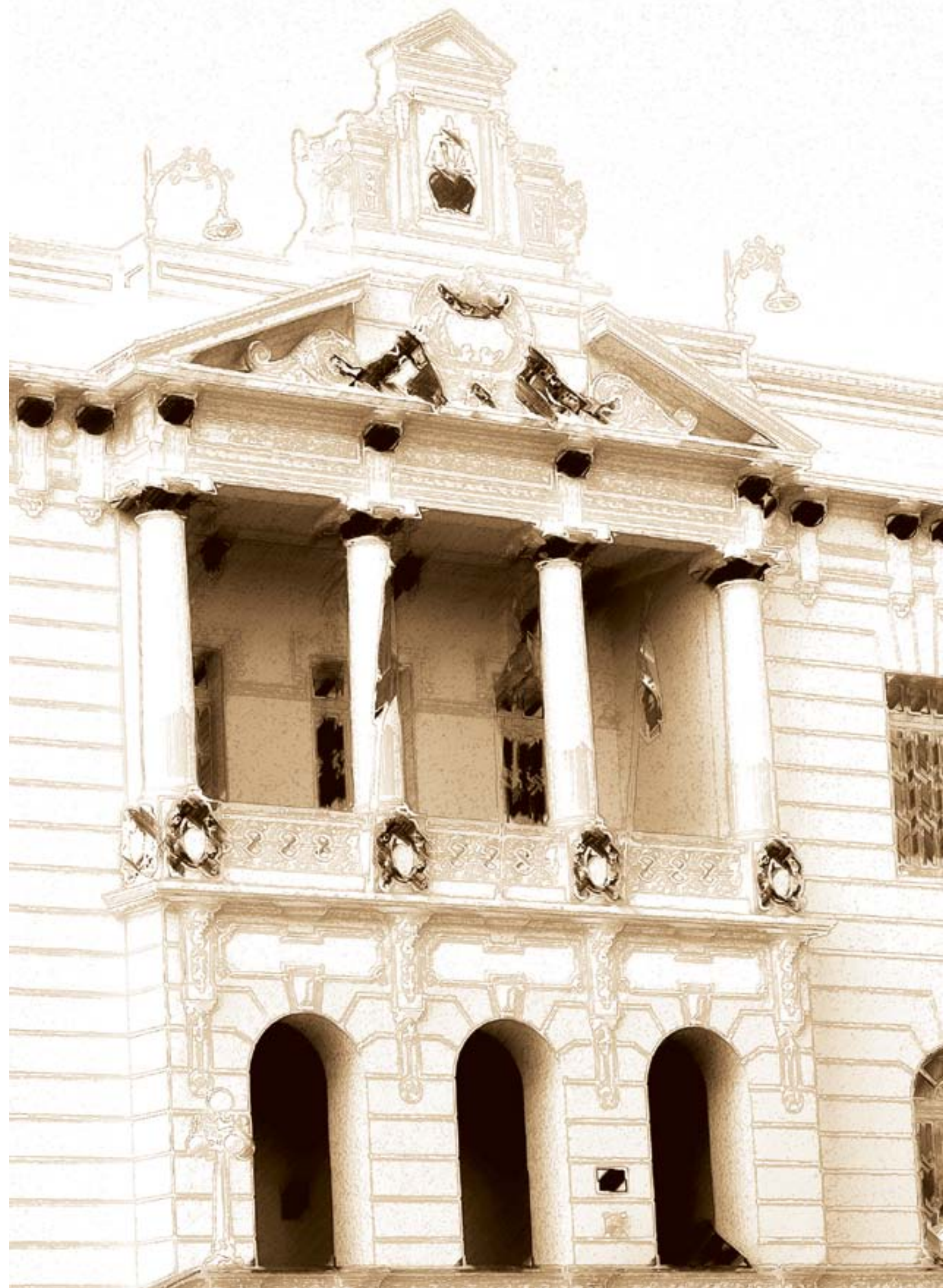
FOTOGRAFIAS - Ednaldo Araújo

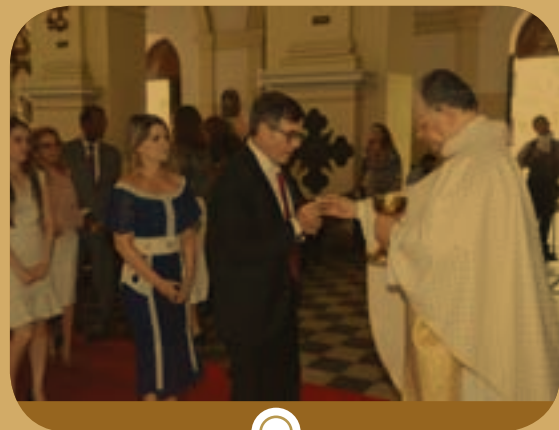
JORNALISTAS - Clélia Toscano, Cristiane Rodrigues, Eloise Elane, Fernando Patriota, Gabriella Guedes, Gabriela Parente, Gilberto Lopes, Kubitschek Pinheiro, Marcus Vinícius, Tatiana de Moraes, Valter Nogueira.

ESTAGIÁRIAS - Amyrane Alves, Marília Araújo.

SUPERVISOR DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS - Martinho Sampaio

REVISÃO GERAL - Cristiane Rodrigues





13
Transparência
na Gestão
Judiciária



109
Finanças
e Orçamento



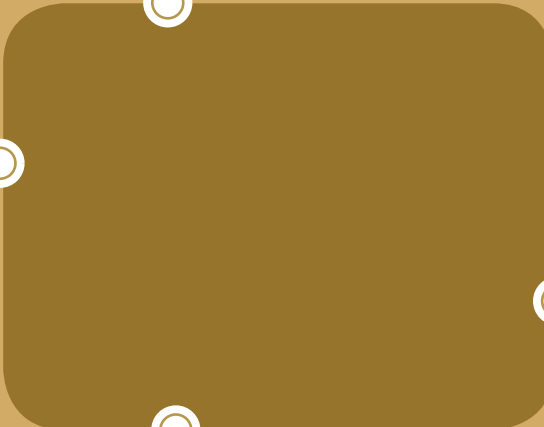
119
Segurança

15
Posse

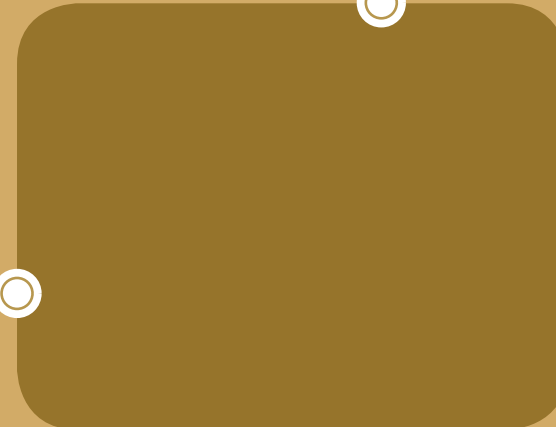


51
Números
da Justiça

27
Tecnologia
e Inovação



127
Infraestrutura



135
Recursos
Humanos



147
Comunicação

77
Conciliação



99
Infância
e Juventude

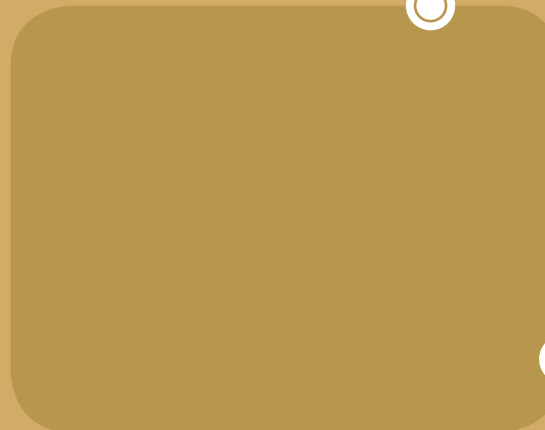
91
Inclusão
Social



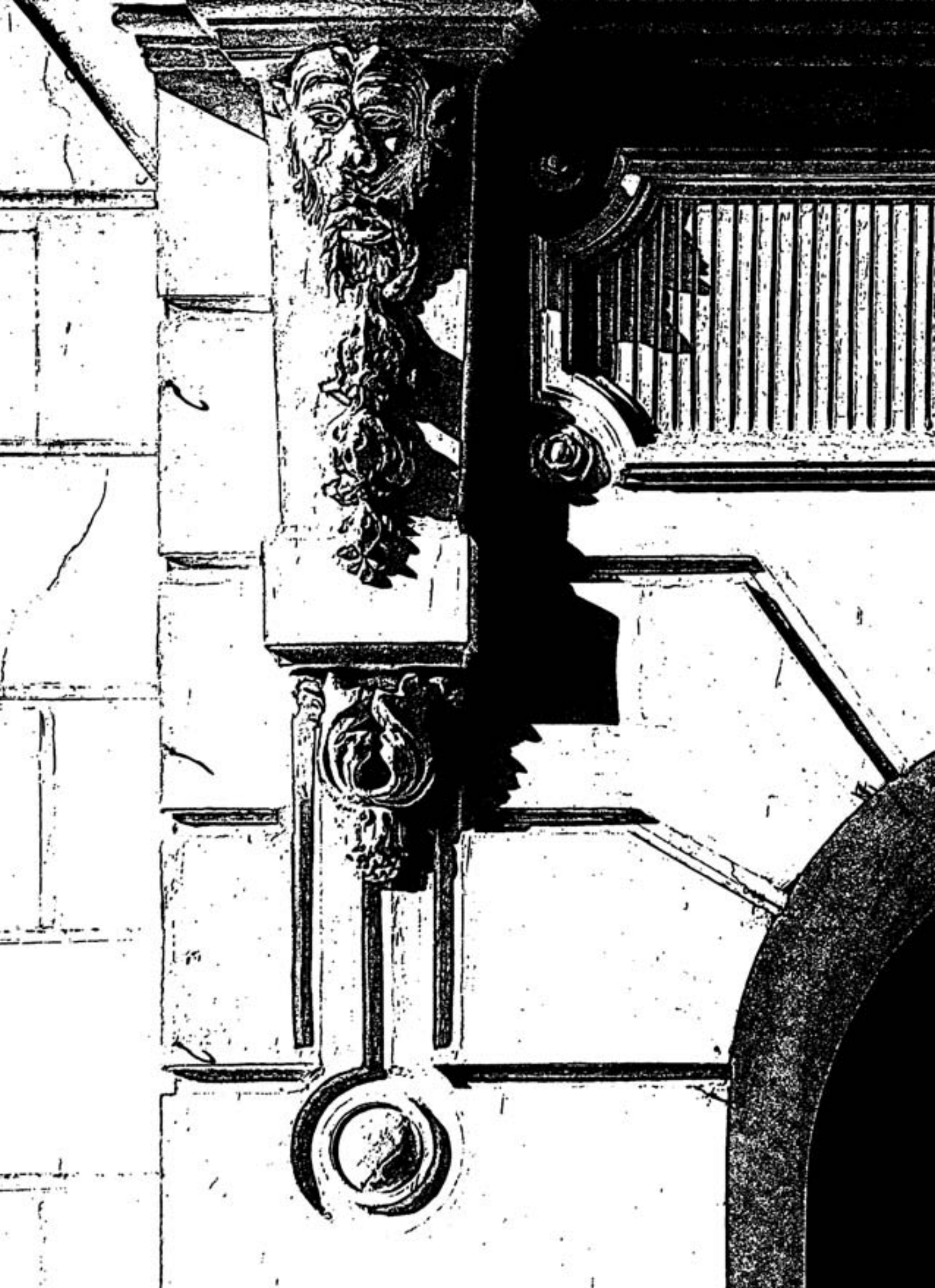
155
Corregedoria



177
Ações Sociais
do TJPB



196
Agenda
Cultural



Transparência na gestão judiciária

Realização de esforços concentrados para reduzir o estoque processual e possibilitar o julgamento de maior número de ações dentro de prazos razoáveis, dando cumprimento às metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); ampliação dos centros de conciliação para estimular a solução de litígios sem judicialização; novas tecnologias para melhorar o acesso ao Judiciário; humanização do atendimento ao público; diálogo com servidores e magistrados; e uma gestão transparente, com discussão ampla sobre a aplicação dos recursos orçamentários, e controle de gastos.

Esse conjunto de medidas adotadas no biênio 2017/2018, dentre outras iniciativas, permitiu ao Tribunal de Justiça da Paraíba avançar na qualidade dos serviços, elevando, inclusive, o seu conceito entre os tribunais do País e na visão da população. O TJPB ampliou o sistema de estatísticas e a produção de dados do Poder Judiciário, para avaliar o seu desempenho, e promoveu melhorias na gestão judiciária.

O Processo Judicial eletrônico (PJe), que possibilitou a tramitação virtual das ações judiciais e dispensou o uso de papel, passou a atender 100% dos novos feitos cíveis, o que reduziu, consideravelmente, o congestionamento de processos. Nas áreas cível e de família nas Comarcas de João Pessoa e de Campina Grande, houve um grande avanço na digitalização e migração das ações físicas do antigo sistema e-Jus para o PJe.

Aliado a isto, novas plataformas online foram criadas e outras ampliadas para facilitar o acesso dos usuários ao Poder Judiciário, a exemplo da emissão de certidões negativas e o Banco de Jurisprudência - PJe. Houve, ainda, priorização das atividades no 1º Grau de jurisdição, que concentra 92% das ações em tramitação na Justiça, seguindo a política de atenção do CNJ.

Essas ações renderam ao Tribunal de Justiça da Paraíba o Selo Ouro, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça. O TJPB, na gestão do desembargador Joás de Brito Pereira Filho, subiu quatro posições no ranking de produtividade entre os tribunais de pequeno porte, alcançando, em 2017, o 1º lugar, de acordo com o relatório Justiça em Números.

Para o desembargador Joás de Brito, o trabalho desenvolvido levou em consideração a realidade da Justiça paraibana, seus orçamentos e a mão de obra disponível, tudo considerando parâmetros de gestão estratégica e transparente. Neste Relatório de Atividades constam algumas dessas medidas transformadoras do Judiciário estadual.

POSSE

1º de fevereiro de 2017



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POSSE DA NOVA MESA DIRETORA
BIÊNIO 2017-2018

"Devo dizer que tão importante quanto criar projetos ou programas é mantê-los e aperfeiçoá-los. Faço essa preleção para garantir que vamos manter o que está dando certo e avançar em outras ações e iniciativas, como forma de modernizar, cada vez mais, o Poder Judiciário da Paraíba".

JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO





Processo de pacificação

No dia 1º de fevereiro de 2017, o desembargador Joás de Brito Pereira Filho assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, para um mandato de dois anos. Na mesma sessão, foram empossados ainda o vice-presidente, desembargador João Benedito da Silva, e o corregedor-geral de Justiça, desembargador José Aurélio da Cruz. A transmissão do cargo foi feita pelo ex-presidente da Corte paraibana, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque. A solenidade ocorreu no auditório do Centro Cultural Ariano Suassuna, do Tribunal de Contas do Estado (TCE).



Ao discursar, o novo presidente destacou: “Para que essa missão possa frutificar, sei que precisarei buscar o apoio dos meus pares. Isso passa, necessariamente, por um processo de pacificação. Pacificação essa que lutarei fortemente para alcançá-la. Procurarei ouvir a todos, abraçarei os projetos que me apresentarem e que sirvam para o engrandecimento e fortalecimento do Poder Judiciário”.

A saudação à nova Mesa Diretora em nome do TJPB foi feita pelo desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos. O magistrado

lembrou dos tempos em que conheceu o presidente empossado, e o aconselhou: “Seja paciente e escute servidores, juízes e desembargadores. Tenha amigos conciliadores. Faça da sua administração um coletivo. Seja humano e continue sendo simples. Tenha decisão. Seja otimista, mas não prometa o que não pode cumprir”.

Já o advogado Luciano Alencar de Brito Pereira (filho do presidente Joás) falou em nome da OAB-PB, e, pelo Ministério Público, a saudação foi feita pelo procurador Álvaro Cristino Pinto Gadelha Campos.



Antes da solenidade de posse do desembargador Joás de Brito Pereira Filho, pela manhã ocorreu uma Missa em Ação de Graças na Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves, no Centro da Capital paraibana. A cerimônia foi presidida pelo administrador apostólico da arquidiocese, Dom Genival Saraiva, e conduzida pelo Monsenhor Ivônio Cassiano.



“Hoje, entrego o mandato nas mão do Senhor, que abriu essa porta para mim”.
Desembargador Joás de Brito Pereira Filho



Um dos pontos altos da celebração foi uma homenagem prestada ao desembargador Joás por sua filha, Ana Carolina, que cantou “Deus é Deus”, de autoria de Delino Marçal.



Eleito, Ricardo Vital passa a integrar o TJPB

Com 1.330,75 pontos de avaliação, o juiz Ricardo Vital de Almeida foi escolhido, no dia 5 de setembro de 2018, para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba pelo critério de merecimento.

O novo membro da Corte de Justiça estadual figurou na lista tríplice com os magistrados Carlos Eduardo Leite Lisboa (1.279,53 pontos) e Aluizio Bezerra Filho (pontuação de 1.268,33). Entre os 16 desembargadores votantes, Ricardo Vital figurou na lista tríplice de 14, atingindo a pontuação máxima entre a escolha de nove dos integrantes do Tribunal Pleno do TJPB.

A sessão para a eleição do novo magistrado teve início às 9h e foi encerrada às 23h25, com realização de posse logo em seguida, já na madrugada do dia 6. Ele assumiu a vaga deixada pela desembargadora Maria das Neves do Egito de Araújo Duda Ferreira, em virtude de aposentadoria.

O processo obedeceu ao Edital de Vacância nº 01/2017 e, pela primeira vez, foi realizado com base em critérios objetivos previstos na Resolução 106/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e na Resolução nº 14/2015 da Presidência do TJPB, que observam desempenho, produtividade, presteza, aperfeiçoamento e adequação ao Código de Ética da Magistratura Nacional.

“Trago os postulados que em mim foram moldados desde a gênese: independência, imparcialidade e justiça”, disse Ricardo Vital de Almeida, ao ser empossado. Ele foi conduzido ao Pleno, para a posse, pelos desembargadores Fred Coutinho e Maria das Graças Moraes Guedes. A sessão foi presidida pelo desembargador Joás de Brito Pereira Filho e coube à desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti fazer o discurso de recepção do novo integrante da Corte.



“Trago os postulados que em mim foram moldados desde a gênese: independência, imparcialidade e justiça”.

Desembargador Ricardo Vital de Almeida



O desembargador Joás de Brito manteve, durante sua gestão, um diálogo aberto com diretores, promovendo reuniões constantes, inclusive com participação de gerentes.





TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



NO PJE TRAMITAM MAIS DE

700 MIL

PROCESSOS DO 1º E 2º GRAUS, TENDO
SIDO DIGITALIZADOS NAS COMARCAS DE JOÃO
PESSOA E CAMPINA

MAIS DE 30 MIL

FEITOS FÍSICOS E

5 MILHÕES

DE PÁGINAS



PJe ganha nova versão e mais de 30 mil ações digitalizadas

Processos físicos migram para o eletrônico

Sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os tribunais do País e com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), voltado à automação do Poder Judiciário, o Processo Judicial eletrônico (PJe) completou, em fevereiro de 2018, sete anos e cinco meses de sua implantação no Tribunal de Justiça da Paraíba. A ferramenta foi instalada, inicialmente, em agosto de 2011, no cartório da 3ª Vara Mista da Comarca de Bayeux, que serviu como projeto-piloto. Logo depois, passou a funcionar na 2ª Vara Mista de Itabaiana e 3ª Mista de Santa Rita.

Desde então, os investimentos em tecnologia no Judiciário estadual paraibano avançaram consideravelmente, com destaque para a migração dos processos do antigo sistema eJus (eletrônico) e dos físicos (papel) para o PJe, este último a partir da ferramenta Digitaliza, projeto desenvolvido por técnicos da Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec) do TJPB.

Levantamento da Ditec revela que o número de ações no sistema PJe dobrou nos dois anos da gestão

do desembargador Joás de Brito Pereira Filho, por causa da digitalização. No 1º Grau, a quantidade de ações subiu de 280.200 para 661.787, enquanto no 2º Grau saiu de 18.983 para 46.552 (dados fornecidos referentes a dezembro de 2018).

Os autos digitalizados foram enviados para o arquivo de cada Fórum onde permanecerão guardados. “De imediato, o impacto no espaço físico ao final de cada migração é surpreendente, pois as salas ficam amplas, melhorando o ambiente de trabalho”, explicou a gerente de Projetos, Ana Caroline Leal de Vasconcelos.

Os benefícios da tramitação no PJe, com a digitalização, são muitos: aumento da produtividade de servidores e juízes, em consequência da eliminação do ‘tempo morto’ (procura de processos, juntada de peças etc); padronização dos atos processuais; disponibilidade do feito às partes a qualquer hora e pela internet; facilidade na implantação do home office (teletrabalho), entre outras vantagens.



MANGABEIRA FOI PIONEIRO NA DIGITALIZAÇÃO

Todo o trabalho de digitalização dos processos físicos existentes no Fórum Regional de Mangabeira, na Comarca de João Pessoa, foi concluído em maio de 2018. Mais de 6 mil feitos foram migrados para o Processo Judicial eletrônico (PJe), após três meses de procedimentos intensivos.

A implantação da ferramenta Digitaliza partiu de uma necessidade do Cartório Unificado de Mangabeira de acabar com a demanda de processos físicos. O desenvolvimento do projeto foi iniciado em 2016, com a realização de maratona tecnológica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para a criação de equipamento que pudesse auxiliar o PJe. Entre as propostas estava o projeto Digitaliza, formulado por servidores do TJPE, TJPR, TJRO e TJPB. Um dos autores é Samuel de Aguiar Rodrigues, do TJPB.

“Tudo está mudado na dinâmica de trabalho.

Há mais espaço físico no Cartório, mais rapidez nos atos processuais e melhorias no atendimento”, afirma o juiz Meales Medeiros de Melo, diretor do Fórum Regional de Mangabeira, sobre os ganhos da unidade judiciária com a digitalização.

A experiência em Mangabeira apresentou um excelente resultado, avalia o magistrado, que coordenou os trabalhos de virtualização na unidade e a sua expansão no âmbito estadual. Por todo o tempo, não houve interrupção quanto aos prazos processuais.

Expansão envolveu o Fórum de Campina e o Cível da Capital

O sucesso do trabalho desenvolvido em Mangabeira, que serviu de projeto-piloto, permitiu a expansão da digitalização, com maior dinâmica, para os Fóruns Cível de João Pessoa e de Campina Grande, com exclusividade, também, para os feitos cíveis. O cronograma das atividades foi definido pela Diretoria de Gestão Estratégica (Diges) do TJPB.

De acordo com o diretor da Diges, Tony Márcio Leite Pegado, foram inclusos, nessa etapa, os processos de competência da Fazenda, Executivos Fiscais, Cível, Família, Sucessões, Feitos Especiais e Juizado Especial. De acordo com o Ato nº 15/2018, publicado no DJe do dia 26 de fevereiro de 2018, todo procedimento passou a ocorrer de forma a causar o mínimo de indisponibilidade possível dos autos em digitalização, evitando prejuízos à normal tramitação dos feitos.



A versão 2.0 do PJe foi apresentada aos servidores em dezembro de 2018, durante curso promovido pela Ditec. De acordo com o assessor técnico Ney Robson, com a plataforma 2.0, o Poder Judiciário estadual paraibano se atualiza com a versão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Convergência para única plataforma

O gerente de Desenvolvimento de TI, Halisson Torres, destaca que o Tribunal de Justiça da Paraíba tem buscado a convergência de todos os feitos para uma única plataforma, no caso o PJe. Assim, cerca de 30 mil processos que tramitavam no sistema eJus, das competências dos Juizados Especiais Cíveis e Criminal e de Executivos Fiscais, foram também migrados para o Judicial Eletrônico.

Halisson Torres explica que tanto o eJus como o PJe são ferramentas voltadas à tramitação, prática e acompanhamento de atos processuais eletrônicos. “Entretanto, o PJe se destaca por incorporar um motor de fluxo (workflow engine), possibilitando uma adaptação mais rápida às mudanças no Judiciário

e com custo reduzido. O conceito de workflow é de uma sequência de passos necessários para automatizar atividades, de acordo com um conjunto de regras definidas, permitindo que estes possam ser transmitidos de uma pessoa para outra”, afirma.

Nessa automação, documentos, informações ou tarefas são passadas de um participante para o outro para execução de uma ação, de acordo com um conjunto de regras de procedimentos.

A cada mudança do eJus para o PJe, a relação dos processos migrados contendo informações sobre a comarca, vara, número do processo, classe processual, nome das partes e seus advogados é publicada no DJe, em até dois dias úteis.

O desembargador Joás de Brito em visita ao Fórum de Mangabeira, por ocasião do processo de digitalização para o PJe, onde foi recebido pelo juiz Meales.



Comitê atua na gestão do PJe

Por meio da Portaria nº 247/2018, o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), desembargador Joás de Brito Pereira Filho, designou o desembargador Leandro dos Santos para presidir o Comitê Gestor do Processo Judicial eletrônico (CGPJe).

Constituído pelo Ato da Presidência nº 009/2018, o Comitê também é composto pelos juízes Marcial Henrique Ferraz da Cruz (auxiliar da Presidência); Silmary Alves de Queiroga Vita (auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça); Meales Medeiros de Melo (1º Grau); o diretor de Tecnologia da Informação, Giuseppe Guido; o servidor do 1º Grau de Jurisdição, Elias Marques Ferreira Filho; e a servidora do 2º Grau, Carmem Lúcia Fonseca de Lucena. O CGPJe conta, ainda, com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraíba (OAB-PB); do Ministério Público da Paraíba; da Procuradoria-Geral do Estado e da Defensoria Pública.

O Comitê Gestor do Processo Judicial eletrônico delibera sobre soluções necessárias à expansão do sistema; administra a ferramenta nos aspectos relacionados a sua estrutura, implementação e funcionamento; propõe requisitos e manutenções corretivas e evolutivas que assegurem a permanente atualização do processo eletrônico, entre outras atribuições previstas no § 1º do Ato da Presidência nº 009/2018.



+ LINKS

Maior capacidade de compartilhamento

Durante a gestão 2017/2018, foram licitados, contratados e implantados dois links de diferentes provedores, que não compartilham a mesma infraestrutura, de modo a garantir alta disponibilidade na comunicação entre as unidades judiciárias e os sistemas PJe, Siscom, Portal, ADMEletrônico e outros.

Na Comarca de Campina Grande, o Fórum Affonso Campos ganhou serviço de fibra ótica para transmissão de dados. A mudança elevou o link de internet de 15 Megabytes para 60 Mb. O diretor de Tecnologia da Informação (Ditec) do Tribunal de Justiça da Paraíba, Giuseppe Guido, explica que a inovação permitirá, futuramente, ampliar a velocidade para Gigabytes.

MALOTE DIGITAL

Comunicação virtual com órgãos de segurança

Convênio entre o Tribunal de Justiça da Paraíba, Corregedoria-Geral de Justiça e Secretarias de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Seds) e de Administração Penitenciária (Seap) possibilitou, a partir de junho de 2017, o uso do Malote Digital para comunicação oficial entre o Poder Judiciário e os órgãos de segurança do Estado.

A Central de Flagrantes da Capital (situada na Central de Polícia Civil), delegacias e sistema penitenciário da Região Metropolitana de João Pessoa passaram a

utilizar a ferramenta eletrônica desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), após treinamento oferecido pelo TJPB.

“O Malote Digital é uma ferramenta semelhante ao e-mail corporativo, sendo que com selo de autenticidade, o que dá o caráter oficial aos documentos enviados. É seguro, econômico e agiliza o trâmite das comunicações”, avalia o diretor de Tecnologia da Informação do TJPB, Ângelo Giuseppe Guido.

CENTRAL DE FLAGRANTES

Autos de prisão passam a ser enviados eletronicamente

A Central de Flagrantes adotou o serviço do Malote Digital, de forma piloto, no dia 26 de junho de 2017. O sistema foi disciplinado pelo Provimento nº 024/2017 da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), publicado no Diário da Justiça eletrônico (DJe) do dia 27 de junho. Os autos de prisão em flagrante passaram a ser enviados eletronicamente para o Núcleo de Custódia ou ao Plantão Judiciário, para a realização das audiências de custódia pela Justiça, que determina, ou não, a legalidade e necessidade da prisão.

Dias depois da implantação do sistema, a delegada Roberta Neiva, titular da 2ª Delegacia Seccional

de João Pessoa, avaliou a experiência como “muito vantajosa”.

“Uma ferramenta de fácil manuseio, que traz segurança para todas as informações, além de economia de papel, servidor, viatura e tempo de deslocamento. É a tecnologia em favor do serviço público”, afirmou.

Roberta Neiva explicou que, antes, os autos eram enviados em papel, o que ocasionava necessidade de escanear os documentos, quando eles aportavam no Judiciário. Além disso, era necessário o deslocamento do servidor em uma viatura para transporte dos mesmos.



SISTEMA CARCERÁRIO

Já no sistema carcerário, a comunicação via Malote Digital ocorre entre a Vara de Execução Penal (VEP) da Capital e a Gerência Executiva do Sistema Penitenciário (Gesipe), além das penitenciárias Flóscolo da Nóbrega (Roger), Romeu Gonçalves de Abrantes (PB1), Geraldo Beltrão (Máxima de Mangabeira), Júlia Maranhão (Feminino), Sílvio Porto, Hitler de Siqueira Cantalice (Segurança Média) e a Penitenciária de Psiquiatria Forense.

Reunião com diretores e assessores das unidades penitenciárias de João Pessoa, para tratar da implantação da ferramenta Malote Digital.



INTERCÂMBIO COM A PM

A expansão do Malote Digital teve continuidade em dezembro de 2018, no sentido de incluir os órgãos da Polícia Militar da Paraíba no sistema. No dia 4, ocorreu reunião entre representantes da Diretoria de Tecnologia da Informação do TJPB e da PM, que foi representada pelo major Luís Carlos Pantaleão de Sena, coordenador de Tecnologia da Informação da corporação.

Foram dados encaminhamentos para incluir o Corpo de Bombeiros e, em seguida, a Guarda Municipal da Prefeitura de João Pessoa.



Treinamento sobre o sistema de 'Malote Digital' para delegados, escrivães e agentes de investigação da Polícia Civil da Grande João Pessoa. O juiz Adilson Fabrício e o diretor da Ditec, Giuseppe Guido, receberam os participantes do curso.



O desembargador José Aurélio disse que a ferramenta virtual facilita a interação entre os órgãos da Polícia e o Judiciário, reduz tempo e custos financeiros com o transporte de documentos, além de resguardar os atos processuais que se desenvolvem num momento crítico de um processo penal, relacionado a uma prisão.

ADMEletrônico

Trâmite administrativo em plataforma virtual

Adotado pelo Tribunal de Justiça da Paraíba em 2015, o sistema ADMEletrônico foi ampliado em 2017, quando todos os processos administrativos do Poder Judiciário estadual paraibano deixaram de tramitar de forma física e passaram para a plataforma eletrônica. “O novo sistema imprime maior eficiência na gestão pública, dá continuidade ao procedimento de simplificação das atividades de trabalho e reduz custos”, observa o presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho.

Os servidores de todas as unidades judiciárias do Estado passaram a dar entrada, de forma eletrônica, por exemplo, em pedidos de licença-maternidade,

de tratamento de saúde ou mesmo para acompanhamento de parentes.

O gerente de Sistemas do TJPB, José Teixeira de Carvalho Neto, disse que a plataforma eletrônica oferece segurança e autenticidade.

O Poder Judiciário estadual, após a implantação do ADMEletrônico, determinada pela Resolução nº 58/2012 do TJPB, já possui todos os processos administrativos tramitando pelo sistema, de acordo com José Neto. “Com a abrangência do procedimento em 100%, o TJPB economiza materiais, simplifica os procedimentos e torna eficiente a prestação de serviços”, ressaltou.

Diretores de Recursos Humanos, Einstein Roosevelt; de Tecnologia, Giuseppe Guido; Administrativo, Omar Gama; e Especial, Márcio Roberto, com técnicos durante reunião que discutiu a expansão do ADMEletrônico.



CHATBOT

‘Robô’ tira dúvidas e orienta uso do ADMEletrônico

Para tirar dúvidas de magistrados e servidores quanto ao manuseio do ADMEletrônico, o Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec), disponibilizou uma ferramenta que interage com os usuários do sistema disponibilizado em seu site (www.tjpb.jus.br). É o ‘Chatbot’ (robô), criado por servidores da Gerência de Sistemas do TJPB, os analistas Daniel Medeiros, Jessé Haniel e João Paulo Fachine, desenvolvedor da Indra (empresa que presta serviços para o TJPB). A criação se deu a partir de uma solução gratuita da Google.

O ‘Chatbot’ é um robô de conversação, que vem sendo utilizado por várias empresas, no atendimento virtual a seus clientes. Uma das mais conhecidas atendentes virtuais é a Luíza, da loja Magazine Luíza. Para a criação da nova ferramenta, a equipe da Gerência de Sistemas se baseou no manual do próprio ADMEletrônico.

“Normalmente, o manual não é uma forma tão amigável de se tirar dúvida. Contém muita in-

formação e até o usuário achar o ponto exato que responda à questão, perde muito tempo. Com o robô de conversação, haverá mais facilidade nas explicações”, afirma Daniel Medeiros.

De acordo com ele, a ideia do desenvolvimento do ‘Chatbot’ foi de intermediar o atendimento aos usuários de maneira automática, sem haver a necessidade de ocupar diretamente os servidores da Gerência de Atendimento a todo momento.

“O usuário vai ter um suporte de primeiro nível, obtendo respostas às dúvidas mais simples do sistema, isto, 24 horas por dia. Se o usuário tiver qualquer dificuldade, é só acessar o robô dirigindo a sua pergunta e terá a resposta da forma mais básica”, explicou.

Daniel Medeiros afirmou, ainda, que, em princípio, o ‘Chatbot’ foi criado para o ADMEletrônico, sistema utilizado para os processos administrativos, mas que poderá ser disponibilizado para outros sistemas do Tribunal de Justiça da Paraíba.



Controle de Chamadas

Central atende às demandas dos usuários do Judiciário

O Tribunal de Justiça da Paraíba implantou o Sistema de Controle de Chamadas de TI para atender às solicitações dos serviços aos usuários do Poder Judiciário, formado não só por servidores e magistrados, mas, principalmente, por advogados e integrantes do Ministério Público e da Defensoria, além das partes em processos. Com isso, a Diretoria de Tecnologia passou a detectar as principais demandas e identificar onde e como a prestação do serviço precisava ser melhorada.

A Presidência do TJPB baixou o Ato nº 100/2017, atendendo à Resolução nº 211 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em seu artigo 12, a Resolução do CNJ determina que “os órgãos do Poder Judiciário devem constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis com a relevância e demanda de TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação)”.

O diretor de Tecnologia da Informação do TJPB, Giuseppe Guido, disse que, com a padronização das chamadas de serviços, enviadas de forma eletrônica, o Tribunal de Justiça aprimora a governança em TIC, implantando mecanismos de controle e acompanhamento, que visam assegurar e auxiliar nas decisões importantes relativas à gestão de tecnologia.

O gerente de Atendimento do TJPB, Gilson Melo, destaca que o setor recebe, em média, 3.500 chamadas mensais. “Com a nova ferramenta, vamos ter todo o controle gerencial e formar uma base histórica. Saber quais os serviços são mais solicitados e o porquê de determinados setores gerarem demanda maior. E, assim, buscar corrigir os problemas proativamente”, disse.

O diretor Giuseppe Guido afirmou que existe a necessidade do controle periódico e estatístico das chamadas quanto à urgência, tempo de atendimento e dúvidas dos usuários. Outro ponto a destacar é a criação de um formulário de solicitação de chamados de TI específico para o público externo, disponível no endereço eletrônico [http://www.tjpb.jus.br/diretorias/](http://www.tjpb.jus.br/diretorias/tecnologia-da-informacao/abrir-chamado/)

[tecnologia-da-informacao/abrir-chamado/](http://www.tjpb.jus.br/diretorias/tecnologia-da-informacao/abrir-chamado/). Esse público não vai precisar se deslocar até a Ditec para solicitar serviços, podendo fazer isso diretamente pelo sistema.

Para o público interno, composto pelos magistrados e servidores do TJPB, o acesso à ferramenta de solicitação de chamadas é feito através da intranet, disponível no endereço <http://chamados.tjpb.jus.br/otrs/customer.pl>. Antes, o servidor precisava informar os dados para contato. Com a nova ferramenta, a identificação do usuário é realizada, automaticamente, através de interação com o Sistema de Recursos Humanos.

Após o registro do chamado, é enviado um protocolo de atendimento para o e-mail institucional do servidor, com informações acerca da abertura da chamada.

Outra ferramenta tecnológica permite aos setores do Judiciário estadual acompanhar, em tempo real, os projetos e serviços desenvolvidos pela Diretoria de Tecnologia da Informação do TJPB. Pela intranet, o acesso ao Painel de Acompanhamento possibilita servidores e magistrados conferirem o cronograma das ações estratégicas e a programação de atendimento de cada setor.





Telejudiciário

'CERTO' garante agilidade na
emissão online de certidões

Implantado em setembro de 2017, o sistema de emissão de certidão online do Telejudiciário, denominado CERTO, trouxe agilidade na entrega do documento, que é obtido no site do Tribunal de Justiça da Paraíba (<http://www.tjpb.jus.br>).

Para se ter uma ideia da demanda, em 15 meses de funcionamento, foram emitidas 225.840 certidões via internet. O setor também presta atendimento em balcões instalados em cinco comarcas. Mesmo com implantação do novo sistema (online), um total de 83.871 certidões foram emitidas pelos servidores do setor. Isso ocorre nos casos em que os documentos são retidos pelo sistema, e, por essa razão, têm que passar pelo crivo dos serventuários.

O gerente do setor, Cláudio Alves de Ataíde, explica que, com o sistema CERTO, houve a unificação de todas as bases de consulta processual, o que resultou na emissão de uma única certidão, expedida via internet. O projeto foi desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec) do TJPB e pela Gerência do Telejudiciário. "Antes, era necessário buscar a certidão complementar do Processo Judicial eletrônico (PJe), que não estava inserida na certidão emitida pelo Telejudiciário. Com o CERTO, a certidão negativa passou a ser disponibilizada imediatamente", conta Cláudio Ataíde.

No modelo de emissão anterior, o interessado fazia a solicitação do documento, preenchendo seus dados no portal do TJPB, gerando um protocolo utilizado pelo Telejudiciário. Através dele, os funcionários do setor, com acesso à solicitação, davam início às pesquisas (em até oito bases de dados diferentes) necessárias para disponibilização do documento, podendo levar alguns dias. Ao final do processo, o cidadão entrava no portal e usava o número de protocolo para obter a certidão.

Com o CERTO, a pesquisa integrada entre todas as bases de dados é realizada automaticamente, tão logo a solicitação seja efetuada. Agora, ao acessar a Solicitação Online de Certidão Estadual, o usuário já é redirecionado para a página do sistema. Cláudio Ataíde ressaltou, ainda, que são expedidas, automaticamente, certidões de natureza cível; tutela, curatela e interdição; além de execução fiscal, falência, recuperação judicial e extrajudicial. Já as de natureza criminal e militar, ainda precisam passar pelo crivo dos emitentes.

O setor passou a administrar, também, o Protocolo Administrativo, porém, apenas para o público externo. O serviço pode ser acessado, preferencialmente, por meio eletrônico, através do e-mail: protocolo.adm@tjpb.jus.br. Após o envio, o usuário aguarda o número do protocolo, e, a partir daí, acompanha o trâmite do processo no site do TJPB.

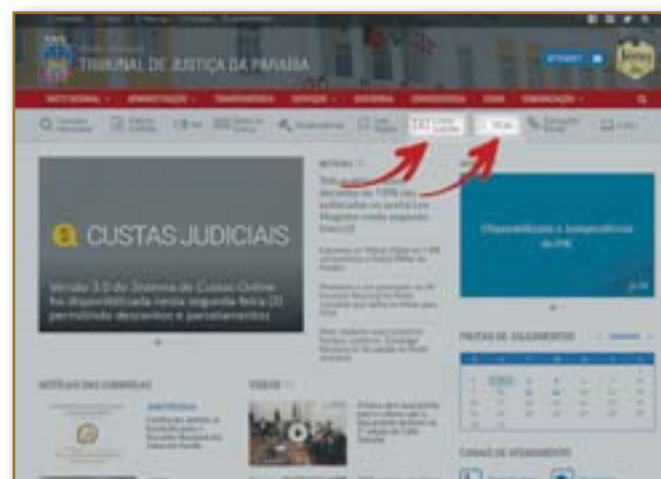
CUSTAS JUDICIAIS

Serviço permite emissão de guias com parcelamentos e descontos

Entrou em funcionamento, no dia 3 de dezembro de 2018, a versão 3.0 do sistema de Custas Online do Tribunal de Justiça da Paraíba. A ferramenta possui novas funcionalidades, entre elas, a possibilidade de emissão de guias com parcelamentos e descontos. O produto representa a conclusão do Projeto 'Nova Sistemática de Recolhimento de Despesas Processuais', que resultou, também, na entrega da calculadora eletrônica denominada TJ-Calc, para otimizar a realização de cálculos menos complexos pelas próprias unidades judiciárias, sem necessidade de envio do processo para as Contadorias.

De acordo com a gerente de Projetos do TJPB, Caroline Leal, além da nova plataforma, foi disponibilizado no site do Tribunal, na aba 'Custas Processuais', um treinamento, através de tutoriais, para partes e advogados, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre a utilização do sistema. Os normativos também são acessados no local.

"Todo este debate foi iniciado dentro do Comitê Orçamentário, por meio de pesquisas sobre aumento da arrecadação e mecanismos para redução de despesas. O gestor dos estudos sobre incremento na arrecadação foi o magistrado Alexandre Targino Gomes Falcão. Houve a participação dos membros das Diretorias de Tecnologia da Informação e de Gestão Estratégica, esta última, atuando como mediadora do planejamento, monitoramento e controle de todas as etapas do Projeto", informou Caroline.



Todas as novas funções foram apresentadas e homologadas em reunião realizada no dia 22 de novembro de 2018, e a Portaria, assinada pelo presidente do TJPB e pelo corregedoria-geral de Justiça, desembargadores Joás de Brito Pereira Filho e José Aurélio da Cruz, foi publicada no dia 29. O dispositivo regulamenta a utilização do sistema por parte do Judiciário, tanto no 1º como no 2º Grau.

Conforme o gerente de Sistemas da Ditec, José Teixeira de Carvalho Neto, a versão 3.0 ganhou uma nova interface, e pode ser acessada, também, por meio de tablet e celular. "Os principais recursos incorporados às funcionalidades foram o desconto e o parcelamento. Há, ainda, a possibilidade de detalhamento da despesa, de modo que o Tribunal acompanha como ela está distribuída, a exemplo da parte que está atrelada às custas, às diligências, etc", explicou. Na versão 2.0, era permitida, apenas, a emissão de uma guia com valor fechado.

José Teixeira Neto acrescentou que as custas finais, cuja emissão era restrita aos servidores do Judiciário e Centrais de Guias, passam a poder ser emitidas, também, pelas partes e advogados. "Porém, neste caso, é preciso que haja uma atualização prévia do valor da causa processual, fornecida pelo Judiciário", destacou.

A redução do percentual e o parcelamento de custas processuais estão previstos, respectivamente, nos parágrafos 5º e 6º do artigo 98 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

TJ CALC

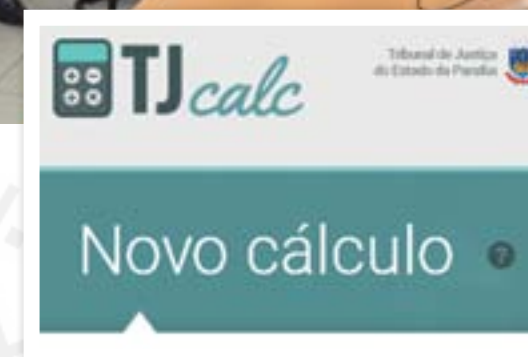
Ferramenta online acelera cálculo de custas e desafoga Contadorias



O Tribunal de Justiça da Paraíba implantou o Sistema de Cálculo de Débitos Judiciais (TJ-Calc), para a emissão online de guias destinadas ao pagamento de taxas judiciárias e demais despesas processuais, de forma a adequar o serviço ao novo Código de Processo Civil. Assim, a Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec) criou sistema que possibilita ao magistrado conceder descontos e, até mesmo, parcelar as custas, em alguns casos, auxiliando o trabalho das Contadorias e unidades judiciárias na elaboração dos cálculos com menor complexidade.

A ideia de criar a ferramenta online surgiu a partir dos debates realizados pelo Comitê Orçamentário do Tribunal de Justiça da Paraíba, sendo formados dois grupos para estudar mecanismos que permitissem controlar a arrecadação e reduzir despesas.

De acordo com o juiz Alexandre Targino Gomes Falcão, titular da 14ª Vara Cível da Capital, a quem coube condensar as informações e objetivos coletados a partir das discussões dos grupos, antes da nova ferramenta, 90% das partes eram beneficiadas com a isenção de custas, porque não havia formas de realizar uma modula-



ção de acordo com a capacidade de cada pessoa. "Ou se pagava 100% das custas, ou não se pagava nada", afirma.

No entanto, a partir da vigência do novo CPC, a modulação foi possível, inclusive, com previsão de descontos e parcelamentos. "Com um sistema específico, os cálculos passaram a ser mais objetivos, de modo a ser possível estabelecer os percentuais mínimos", explica.

O sistema foi desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação do TJPB nos moldes de outros que já existem em funcionamento nos tribunais do Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, destaca o gerente de Sistemas, José Teixeira de Carvalho Neto.

Para o chefe da Contadoria Judicial de João Pessoa, Fernando José dos Santos Silva, o TJ-Calc veio desafogar o setor, visto que 70% dos processos que por lá passam envolvem cálculo de custas. "Na maioria das vezes, o cálculo é simples, mas como o volume é grande havia certa demora. Esta medida vai gerar mais celeridade no arquivamento de feitos, já que a ideia é que a Contadoria fique, apenas, com os cálculos mais complexos", afirma.

PROMAGIS

Simplificadas, promoção e remoção de magistrados tramitam por meio virtual

Os processos de remoção e promoção de magistrados passaram a tramitar, a partir de fevereiro de 2018, por meio do sistema Promagis, ferramenta desenvolvida pela Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec) do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Antes, boa parte do trabalho era manual. Com o sistema, a inscrição, o levantamento de dados e a votação para a promoção ou remoção ocorre virtualmente. O programa permite a anexação de documentos pelas diretorias do TJPB, de forma simultânea, para a aferição dos critérios no caso de promoção por merecimento, explicam o analista de sistemas Raphael Porto e o Líder de Projetos da Ditec, Júlio Medeiros, que fizeram a apresentação do Promagis.

“As diretorias informam os dados paralelamente, então, há ganho de tempo na juntada das informações”, destaca Júlio Medeiros.

O juiz-corregedor Herbert Lisboa, presidente da comissão responsável pela implementação do sistema voltado a aferir os critérios objetivos para a promoção e

Os juízes, da própria unidade judiciária ou de casa, podem formular os requerimentos para a concorrência. O processo de promoção, que durava, em média, 40 dias, teve o tempo reduzido à metade.

João Pessoa sediou o 78º Encoge, que reuniu corregedores de todo o País. O evento permitiu ao juiz-corregedor do TJPB, José Herbert Luna Lisboa, e ao gerente de Sistemas da Ditec, José Teixeira de Carvalho Neto, apresentarem o Sistema de Promoção de Magistrados (Promagis).



remoção dos magistrados, esclareceu que os estudos começaram no sentido de criar um módulo mais eficiente para o procedimento, desde a parte prévia, como coleta de dados para instrução de processo.

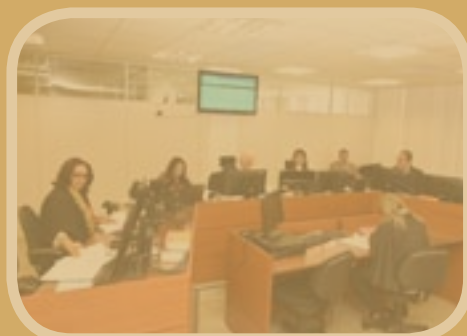
“Os juízes, da própria unidade judiciária ou de casa, poderão formular os requerimentos para a concorrência. O processo de promoção, que dura, em média, 40 dias, terá o tempo reduzido à metade”, disse Herbert Lisboa.

O Programa de Promoção e Remoção de Magistrados despertou a atenção de outros tribunais, que enviaram equipes para conhecê-lo, após ser apresentado durante 78º Encontro de Corregedores-Gerais do Brasil (Encoge), promovido pela Corregedoria-Geral de Justiça da Paraíba, em João Pessoa, em junho de 2018.

Foi o caso, por exemplo, da equipe da Corregedoria-Geral de Justiça de Pernambuco, sob a coordenação da juíza-corregedora Fernanda Pessoa Chuahy de Paula, que visitou o TJPB e conheceu o funcionamento do sistema.

As Resoluções 106, de 06/04/2010 (CNJ), e 14/2015 (TJPB) dispõem sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau. De acordo com o documento, os processos deverão observar: avaliação da qualidade das decisões proferidas; produtividade; presteza; celeridade da prestação jurisdicional; aperfeiçoamento técnico; adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional; entre outros critérios, devidamente especificados na Resolução.





NÚMEROS DA JUSTIÇA



PRIMEIRA SEÇÃO ESPECIALIZADA CÍVEL

SEGUNDA SEÇÃO ESPECIALIZADA CÍVEL



PRODUTIVIDADE EM ALTA

TJPB julga 44.735 mil processos no biênio 2017/2018

O Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio de seus órgãos fracionários, apreciou um total de 44.735 processos durante o biênio 2017/2018. As informações constam em relatórios de produtividade emitidos pelas assessorias de cada unidade: Tribunal Pleno; Primeira Seção Especializada Cível; Segunda Seção Especializada Cível; Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras Cíveis; Câmara Criminal e Conselho da Magistratura.

Em 2017, a justiça paraibana julgou 19.742 processos e em 2018, 24.993, representando um acréscimo na produção de 5.251 recursos. A Primeira Seção Especializada Cível analisou um total de 452 recursos no biênio, em 39 sessões. No mesmo período, a Segunda Seção Especializada apreciou 493 feitos, sendo 162 em 2017, durante 20 sessões (19 ordinárias e uma, extraordinária). Em 2018, o número de julgados subiu para 331, em 19 sessões ordinárias.

A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça alcançou em 2017 e 2018 a marca de 8.289 recursos julgados, além das decisões monocráticas. Em 2017, foram apreciados 3.538 processos, em 89 sessões ordinárias. Em 2018, segundo informações da Assessoria, foram julgados 4.751 recursos em 90 sessões ordinárias e uma extraordinária.

São membros da Câmara Criminal os desembargadores Arnóbio Alves Teodósio, Carlos Martins Beltrão Filho, João Benedito da Silva e Márcio Murilo da Cunha Ramos. Atuaram como juízes convocados, no período, João Batista Barbosa, Aluizio Bezerra Filho, Ricardo Vital de Almeida (hoje desembargador), Tércio Chaves de Moura, Carlos Antônio Sarmento, Marcos William de Oliveira, Carlos Eduardo Leite Lisboa e Miguel de Brito Lyra Filho.

A Primeira Câmara Cível foi responsável pela análise de 3.130 processos, durante 43 sessões ordinárias realizadas em 2017. No ano seguinte, o órgão fracionário aumentou a sua produtividade, apreciando 5.071 recursos, em 44 sessões. No biênio, foram julgados 8.201 feitos. Integram a Primeira Câmara os desembargadores Leandro dos Santos, Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti e José Ricardo Porto. O órgão também contou com a atuação dos juízes convocados Tércio Chaves de Moura, Carlos Eduardo Leite Lisboa, Aluizio Bezerra Filho, Gustavo Leite Urquiza, Onaldo Rocha de Queiroga, Ricardo Vital de Almeida e Alexandre Targino Gomes Falcão.

Por sua vez, a Segunda Câmara Cível, em 96 ses-

sões, examinou 3.824 feitos em 2017 e 3.807 em 2018, totalizando 7.631 recursos. O órgão é composto pelos desembargadores Luiz Silvio Ramalho Júnior, Abraham Lincoln da Cunha Ramos e Oswaldo Trigueiro do Valle Filho. Os magistrados convocados Tércio Chaves de Moura, Aluizio Bezerra Filho, Miguel de Brito Lyra Filho, Carlos Eduardo Leite Lisboa e Onaldo Rocha de Queiroga também participaram dos julgamentos.

Um total de 8.435 processos foi julgado no biênio pela Terceira Câmara Cível. Deste número, 3.646 recursos foram analisados em 2017, durante 44 sessões ordinárias e duas, extraordinárias. Em 2018, a produtividade do Órgão Fracionário subiu para 4.789 feitos, apreciados em 45 sessões ordinárias e uma sessão extraordinária.

A Terceira Câmara é composta pelos desembargadores Maria das Graças Moraes Guedes, Saulo Henriques de Sá e Benevides e Marcos Cavalcanti de Albuquerque. Nesse período, participaram dos julgamentos os juízes convocados João Batista Barbosa, Ricardo Vital de Almeida, Eduardo José de Carvalho Soares, Wolfran da Cunha Ramos e Gustavo Leite Urquiza.

No biênio, a Quarta Câmara Cível do Tribunal, composta pelos desembargadores Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, Fred Coutinho e João Alves da Silva, julgou 9.462 recursos. Em 2017, foram apreciados 4.704, durante 45 sessões, e, em 2018, analisados 4.758 processos, em 43 reuniões. Também participaram dos julgamentos os juízes convocados Tércio Chaves de Moura, Gustavo Leite Urquiza, José Ferreira Ramos Júnior e Miguel de Brito Lyra Filho.

O Tribunal Pleno, órgão maior da Corte paraibana, integrado pelos 19 desembargadores, foi responsável pela apreciação de 1.631 processos no biênio. Em 2017, foram 438 processos judiciais, sendo 175 físicos e 263

processos judiciais eletrônicos (PJe). Houve, ainda, o julgamento de 170 processos administrativos, segundo informação da Assessoria. Em 2018, foram analisados 830 recursos judiciais. Destes, 475 eram físicos e 355 do PJe. No mesmo ano, os desembargadores julgaram 193 processos administrativos. No período, foram agendadas 47 sessões para apreciação da pauta jurídica e 35 reuniões para a análise das questões administrativas.

Além desse total, de acordo com informações fornecidas pela Gerência de Pesquisas Estatísticas, no ano 2017 foram proferidas 49 decisões monocráticas em processos físicos e 77 decisões terminativas em processos do PJe. Em 2018, foram proferidas 17 decisões monocráticas em processos físicos e 106 decisões terminativas em PJe.

O Conselho da Magistratura, por sua vez, realizou 23 sessões no biênio 2017/2018, alcançando um total de 311 recursos analisados, sendo 160 em 2017 e 151 em 2018. O órgão é responsável pela fiscalização e disciplina no primeiro grau de jurisdição, e pelo planejamento da administração judiciária no 1º e 2º Graus, conforme a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado (Loje).

Participaram dos julgamentos do Conselho o presidente e o vice-residente do TJPB, desembargadores Joás de Brito Pereira Filho e João Benedito da Silva, respectivamente, e os desembargadores Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, Fred Coutinho, José Ricardo Porto, Maria das Graças Moraes Guedes, Leandro dos Santos, Marcos Cavalcanti de Albuquerque e Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti.

Membros das Seções – Ainda conforme a Loje, a Primeira Seção Especializada Cível é integrada pelos membros da Primeira e Segunda Câmaras Cíveis. Já a Segunda Seção é composta pelos integrantes da Terceira e Quarta Câmaras Cíveis.



SELO OURO

Tribunal de Justiça da Paraíba
tem reconhecimento do CNJ



O Tribunal de Justiça da Paraíba é Selo Ouro 'Justiça em Números 2017', premiação concedida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em reconhecimento aos investimentos na gestão da informação e no cumprimento de normas de transparência.

O Selo Justiça em Números tem premiação distribuída nas categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze. A comenda tem como principais objetivos incentivar o aprimoramento do sistema de estatísticas e da produção de dados do Poder Judiciário, promover a transparência e melhoria na gestão judiciária e contribuir para a efetividade da prestação jurisdicional.

Ao receber o prêmio, durante o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, o presidente Joás de Brito Pereira Filho parabenizou a todos os magistrados e servidores do Poder Judiciário da Paraíba pela dedicação imprescindível para a obtenção dos resultados. O gestor esteve acompanhado do vice-presidente, desembargador João Benedito da Silva, e da presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB), desembargadora Maria das Graças Moraes Guedes, que, também, recebeu o Selo Ouro.

A premiação é conferida aos tribunais desde 2013, com o objetivo de fomentar a qualidade dos dados estatísticos do Judiciário, sobretudo aqueles referentes ao Relatório Justiça em Números.

Desembargadores João Benedito da Silva, Maria das Graças e Joás de Brito Pereira Filho no momento do recebimento do Selo Ouro.

JUSTIÇA EM DIA



Mais de 8 mil processos
sentenciados em 22 meses

O Tribunal de Justiça da Paraíba alcançou um total de 8.137 processos sentenciados nos esforços concentrados do Projeto 'Justiça em Dia', que consiste em realizar regimes de jurisdição conjunta nas unidades judiciárias que possuem elevado número de feitos conclusos para sentença.

O dado considera o período de janeiro de 2017 a outubro de 2018. Os esforços ocorreram sob a coordenação das magistradas Andréa Arcoverde Cavalcanti Vaz, em João Pessoa, e Déborah Cavalcanti Figueiredo, em Campina Grande.

De acordo com a juíza auxiliar da Vice-Presidência do TJPB, Anna Carla Falcão, em 2017, o TJPB sentenciou um total de 3.996 processos por meio dos regimes decretados, envolvendo unidades diversas do Estado. Em 2018, até outubro, o número do ano anterior já havia sido ultrapassado, atingindo 4.141 feitos.

Em 2017, foram realizados 17 esforços concentrados. Em 2018, até outubro, foram 16 mutirões do 'Justiça em Dia', tendo cada juíza conduzido oito.

O desembargador João Benedito da Silva, vice-presidente do TJPB e gestor das Metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no âmbito do Judiciário estadual, comemora os trabalhos desenvolvidos para

reduzir o estoque de processos.

"Estamos em constante crescimento, o que mostra o sucesso dos esforços. A medida contribui para o alcance das Metas, para atender aos pleitos dessas unidades e concretizar o preceito constitucional da razoável duração do processo", afirma o desembargador.

As varas selecionadas para participar dos regimes de jurisdição devem preencher requisitos estabelecidos em conjunto com a Corregedoria-Geral de Justiça, que são: existência de cem processos conclusos para sentença há mais de cem dias; não estar a vara com a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça cumprida; existir razoabilidade no índice de produtividade do magistrado em atuação na unidade a ser beneficiada; inexistência de juiz titular ou estando ele afastado de sua jurisdição.

As juízas-coordenadoras estão autorizadas a proferir despachos, decisões, sentenças nos processos das respectivas unidades judiciárias e acompanhar o trabalho dos assessores, que devem, como meta mínima, minutar duas sentenças por dia, priorizando os julgamentos dos processos mais antigos e as demandas em massa.

METAS

TJPB avança no cumprimento das diretrizes do CNJ

Consolidar e centralizar o levantamento dos dados, fornecendo à Mesa Diretora do Tribunal de Justiça da Paraíba e a outras unidades informações estatísticas destinadas a instruir ações. Esta é uma das funções da Gerência de Pesquisas Estatísticas do TJPB, que também é incumbida de gerir e orientar a coleta das informações e realizar a análise crítica da mesma. O setor é vinculado à Diretoria de Gestão Estratégica e tem à frente a gerente Renata Grigório.

Responsável, ainda, pelo acompanhamento da produtividade dos magistrados e das unidades, Renata Grigório destacou que a atividade do setor coopera para a otimização do planejamento estratégico. “O acompanhamento das estatísticas processuais possibilita a adoção de medidas de gestão como forma de melhorar os números demonstrados e auxiliam a tomada de decisões”, explicou.

Entre as principais ações realizadas durante a gestão do desembargador Joás de Brito Pereira Filho, a

Gerência prestou assistência aos trabalhos para cumprimento das Metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com Renata Grigório, no biênio 2017-2018, foram acompanhadas seis metas em conformidade com as especificações contidas nos respectivos glossários estabelecidos pelo CNJ, referentes a classes processuais e movimentações específicas.

A gestão das Metas no âmbito do Judiciário estadual paraibano foi do desembargador João Benedito da Silva, vice-presidente do TJPB. “Tivemos um resultado exitoso graças ao espírito de colaboração de toda a equipe e, também, dos magistrados, que, compreendiam as necessidades que apontávamos à medida que íamos apresentando os números parciais. Em 2018, tivemos uma coordenação mais madura, devido à experiência no desenvolvimento dos trabalhos no ano anterior. Contamos, ainda, com o auxílio indispensável da juíza auxiliar da Vice-Presidência, Anna Carla Falcão”, analisou o desembargador.

METAS EM 2017

No ano de 2017, a Meta 2 foi cumprida no 1º e no 2º Grau e buscava identificar e julgar até o final daquele ano 80% dos processos distribuídos até dezembro de 2013 (no 1º Grau) e dezembro de 2014 (no 2º).

Também a Meta 4 – referente a ações de improbidade administrativa e a ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública – foi cumprida, chegando a 105, 8%. O alcance da meta se dava ao julgar 70%.

As Metas 5 e 8 também tiveram cumprimento satisfatório. A primeira buscava estabelecer uma política de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal. A segunda, de fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

As ações coletivas, que compunham a Meta 6, também receberam um olhar adequado e o cumprimento chegou a 136,9 % no 1º Grau e a 104,4 % no 2º. O objetivo era julgar até o final do ano, 60% das distribuídas até 31/12/2014 (no 1º Grau) e até 31/12/2015 (no 2º).

Durante o ano, a Meta 1 não obteve cumprimento (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que distribuídos no ano corrente), assim como a Meta 2, em relação aos Juizados Especiais e Turmas Recursais, que, embora não tenha sido cumprida, chegou próximo do alcance, com 94,8% e 98,9%, respectivamente.

METAS EM 2018

Ainda conforme os dados da Gerência, no ano de 2018 as Metas continuaram a ser atingidas. Os dados compilados são de janeiro a outubro.

A de número 1 – julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que distribuídos no ano corrente – está em grau de cumprimento, segundo Renata Grigório, com 101,28%.

Já os processos distribuídos em anos anteriores estão previstos na Meta 2, que foi alcançada no 1º Grau, com 103,03%; no 2º Grau, com 108,69%; nos Juizados Especiais, com 96,78% e nas Turmas Recursais, com 108,26%.

O objetivo era julgar 80% dos feitos distribuídos até 31/12/2013, no 1º Grau e até 31/12/2014, no 2º. Nas demais unidades, a previsão era apreciar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014.

Com os mesmos enunciados do ano anterior, as Metas 4, 5, 6 e 8 também obtiveram êxito. Até outubro de 2018, as ações de improbidade (Meta 4) se encontravam com 108,50% de cumprimento; a política de enfrentamento dos executivos fiscais se encontrava com cumprimento satisfatório (93,65%); as ações coletivas já foram cumpridas no 1º Grau, com 123,77%, e estão próximas do alcance no 2º Grau, com 99,12%.

Também em cumprimento satisfatório se encontra o fortalecimento do enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres que, até setembro/2018, já atingira 88,52% da Meta 8, de acordo com o relatório da Gerência de Pesquisas Estatísticas do TJPB.





O desembargador Joás de Brito abriu encontro de capacitação do BNMP, realizado pelo CNJ no Fórum Cível de João Pessoa. O curso foi ministrado pelos juízes auxiliares da Presidência do CNJ, Maria de Fátima Alves da Silva e Marcelo Mesquita da Silva. Magistrados paraibanos participaram do evento.



BNMP 2.0

Prisões são monitoradas em tempo real
por banco de dados alimentado por juízes

Desde junho de 2018, o Tribunal de Justiça da Paraíba utiliza a nova ferramenta do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e adotada pelos tribunais de todo o País.

Até novembro de 2018, o TJPB havia realizado a inserção no BNMP 2.0 dos dados de 11.650 pessoas privadas de liberdade e de 3.314 mandados de prisão pendentes de cumprimento, totalizando 14.964 informações cadastradas.

Com os dados acessíveis no BNMP 2.0, é possível implementar ações no sentido de viabilizar o desencarceramento dos detentos que já tenham cumprido suas penas ou que tenham direito à progressão de pena.

O juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Eslú Eloy Filho, que coordenou os trabalhos de inserção dos dados de todas as 147 unidades judiciárias paraibanas com competência criminal (Varas de Execução Penal, Criminais, de

Entorpecentes, Militar, de Família e Vara do Júri), destaca que a plataforma permite o exame dos encarcerados, caso a caso, de forma rápida.

O trabalho recebeu o apoio do coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) da Paraíba, desembargador Carlos Martins Beltrão Filho. Eslú Eloy Filho foi auxiliado pelos magistrados Silmary Alves, Carlos Neves e Adilson Fabrício, além das Diretorias de Gestão Estratégica e de Tecnologia da Informação, que deram suporte.

O magistrado explica que o sistema BNMP 2.0 emite alertas para os juízes, tribunais e para o próprio CNJ com relação a algum apenado que esteja com a pena cumprida ou que esteja preso, provisoriamente, há mais de 100 dias. O BNMP foi implementado pelo CNJ em 2011 e integrado em todos os tribunais.



Os juízes auxiliares da Presidência do CNJ, Maria de Fátima Alves da Silva e Marcelo Mesquita da Silva, explicaram aos servidores da Justiça paraibana o funcionamento do Banco de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0).



AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Direitos respeitados e atendimento no prazo de 24 horas

Instituída em cumprimento à Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Audiência de Custódia vem ocorrendo, com regularidade, desde o segundo semestre de 2015 na Comarca de João Pessoa, e, a partir daí, foi sendo gradualmente implementada em todo o Judiciário estadual paraibano.

Somente na gestão do desembargador Joás de Brito Pereira Filho, até o fim do primeiro semestre de 2018, foram realizadas 3.108 audiências, ou seja, os presos em flagrante delito foram apresentados a um juiz, no prazo de 24 horas, para que a regularidade das prisões pudesse ser verificada, bem como analisada a presença de algum vício que maculasse o mandado de prisão.

De acordo com o diretor do Fórum Criminal da Capital e responsável pelo Núcleo de Custódia instalado na unidade, juiz Adilson Fabrício Gomes Filho (titular da 1ª Vara Criminal), desde que começaram, em 2015, até o final do primeiro semestre de 2018, ocorreram 5.742 Audiências de Custódia.

“As Audiências de Custódia ocorrem sete dias por semana, sempre respeitando o prazo de 24 horas para a apresentação do preso, funcionando, inclusive, nos finais de semana e feriados, em regime de plantão. Nos plantões judiciais, o juiz plantonista fica responsável pela condução das mesmas. Na Capital, ocorrem, normalmente, no Núcleo de Custódia, na estrutura fixa já existente para a realização desses atos judiciais. Nas demais comarcas do Estado, são realizadas junto ao juízo processante”, explica o magistrado.

O Núcleo de Custódia de João Pessoa funciona no 6º andar do Fórum Criminal e está equipado com duas sa-



las de audiências, e uma para o cartório, além de uma cela para presos, e uma sala para a instalação das tornozeiras eletrônicas. No total, são cinco servidores dedicados, exclusivamente, ao Núcleo, entre analistas, técnicos e um assessor de juiz.

Todos os dados das Audiências de Custódia são inseridos no banco de dados denominado Sistema de Audiências de Custódia (Sistac). “Esse instrumento visa à apreciação mais adequada e apropriada da prisão que se impôs, considerando a presença física do autuado em flagrante, a garantia do contraditório e a prévia entrevista pelo juiz da pessoa presa”, explica o diretor.

Outro benefício destacado pelo magistrado é que se trata de um mecanismo que permite ao juiz, ao membro do Ministério Público e à defesa técnica, conhecer possíveis casos de tortura para que providências legais sejam adotadas. “Previne, por fim, o ciclo da violência e da criminalidade, quando possibilita ao juiz analisar se está diante da prisão de alguém que cometeu um delito de forma ocasional ou de pessoas envolvidas com facções criminosas”, analisou.

INTERCÂMBIO

Banco de dados criminais do TJPB é interligado ao da PF

O banco de dados criminais do Tribunal de Justiça da Paraíba foi interligado ao Sistema Nacional de Informações Criminais (Sinic) do Departamento Nacional da Polícia Federal. O intercâmbio, por meio de convênio já existente, foi tratado durante encontro entre o presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, e representantes da Superintendência da Polícia Federal na Paraíba.

De acordo com o presidente do TJ, desembargador Joás de Brito, o intercâmbio de informações é importante, sobretudo, para juízes da área criminal, que têm acesso ao Sinic. “Numa audiência de custódia, por exemplo, este sistema nos permite saber se aquela pessoa tem antecedentes, numa perspectiva nacional. O convênio já existia e, agora, o implementamos com novas ferramentas”, disse.

O diretor do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal, Brasília Caldeira Brant, explica que o Sistema Nacional de Informações Criminais é vinculado a uma plataforma digital, o que possibilita uma segurança maior.



Trâmites de processos criminais mais rápidos

O Sinic surgiu como oportunidade de acelerar o trâmite de processos criminais, sendo um instrumento de consulta e inclusão e de alteração de informações na folha de antecedentes criminais de um indivíduo. Aliado ao Sistema Infoseg, do TJPB, o magistrado passou a ter em mãos mais uma fonte rica de informações, essencial para auxiliá-lo em suas decisões.

“Estamos assinando acordos de cooperação e já firmamos 14. Na Paraíba, já existe um convênio e vamos aproveitá-lo para viabilizar a integração eletrônica de dados do TJ e da PF, e, assim, darmos acesso online ao Judiciário, inclusive nas audiências de custódia ou nos mutirões carcerários”, disse Caldeira Brant.

MUTIRÃO CARCERÁRIO

Revisão de penas garante direitos e benefícios

Durante 22 dias de junho de 2017, nos turnos da manhã, tarde e noite, foi realizado um esforço concentrado dentro do Presídio Regional de Sapé, onde 209 detentos foram atendidos, sendo 129 apenados e 80 presos provisórios das Comarcas de Sapé e Mari. Mutirões foram desenvolvidos, ainda, nas Comarcas de Solânea, Santa Rita e João Pessoa (Penitenciária de Segurança Média).

A iniciativa fez parte do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário da Paraíba (GMF), órgão do Tribunal de Justiça da Paraíba, presidido pelo desembargador Carlos Martins Beltrão Filho, sob a coordenação da juíza Lilian Frassinetti Correia Cananéa.

De acordo com a juíza, em Sapé, foram concedidos 30 progressões de regime, 15 livramentos condicionais, 10 extinções de pena com indulto, 23 remições de pena, duas concessões de prisão domiciliar, e 29 somas e unificações de penas. Foi instaurado, também, um incidente de insanidade mental e, realizadas sete audiências de justificação, onde, em todas, foram decretadas a regressão de regime por falta dos apenados.

Em quatro semanas de esforço concentrado, entre julho e agosto de 2017, na 1ª Vara Mista da Comarca de Solânea, foram atendidos 167 detentos, entre provisórios e condenados. Os benefícios concedidos foram: 13 livramentos condicionais; 10 indultos; 16 progressões de regime; cinco remições; quatro extinções de pena e uma prisão domiciliar.

Logo em seguida, foi realizado mutirão no Presídio Padrão de Santa Rita. “Venho aprimorando essa iniciativa desde que cheguei na Comarca, em 2002. Faço as audiências dentro dos presídios, todo mês, quando atendo cerca de 50 presos”, revela a magistrada. Antes, no dia 17 de junho, Lilian Cananéa fez um mutirão só com os presos do aberto e semiaberto da Penitenciária de Segurança Média Juiz Hitler Cantalice, em João Pessoa, atendendo um total de 51 apenados.

Os regimes concentrados tiveram o apoio da Defensoria Pública, Ministério Público, além de diretores e funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária.



A juíza Lilian Frassinetti Cananéa coordenou os esforços concentrados em presídios, para avaliar fichas dos apenados.



Projeto do juiz Francisco Rabelo permite que reeducandas da Penitenciária Feminina de Cajazeiras reduzam suas penas por meio da leitura.

REDUÇÃO DE PENA

Leitura em presídio educa, ressocializa e liberta

Desde junho de 2018, apenadas da Penitenciária Feminina de Cajazeiras passaram a ter a oportunidade, a partir da leitura, de reduzir suas penas em até 48 dias por ano. A medida foi tomada pelo juiz Francisco Thiago da Silva Rabelo, em substituição na 1ª Vara Mista da Comarca local. A iniciativa foi fruto de parceria entre o Poder Judiciário, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC), que estruturou uma sala e arrecadou os livros que compõem o acervo, a Direção do Presídio e a população, que contribuiu com as doações.

As apenadas têm 30 dias para realizar a leitura de um livro e apresentar uma resenha. “Eu converso com elas sobre a obra e faço algumas perguntas. É uma etapa importante para firmar a leitura, que é uma atividade que liberta, educa e proporciona a ressocialização”, ressalta o juiz Thiago Rabelo.

Ao final de cada mês de leitura, a pena é reduzida em quatro dias, o que pode chegar a 48 dias por ano. O projeto funciona nos mesmos moldes do que já acontece no Presídio Regional de Cajazeiras, também implementado pelo magistrado.



Os desembargadores Carlos Martins Beltrão e Joás de Brito, as juízas Francilene Lucena e Ivna Mozart; Jairo Pacheco, presidente da ONG IDE; e Ana Lúcia Alencar Pereira, presidente da Associação das Esposas dos Magistrados e Magistradas da Paraíba (Aemp), na inauguração da Sala de Leitura.

'UMA NOVA PÁGINA'

Na Cadeia de Soledade, leitura e informática

Um trabalho de ressocialização e de remição da pena é realizado, também, desde o dia 17 de junho de 2018, junto a presos da Cadeia Pública de Soledade, que passaram a dispor de uma Sala de Leitura, aulas de Informática e um projeto de alfabetização.

O local foi inaugurado no dia 13 e foi possibilitado a partir de uma parceria entre o Poder Judiciário da Comarca, sistema penitenciário e a ONG IDE Projetos Sociais, para pôr em prática o projeto 'Uma nova página', que oportuniza aos detentos a chance de reduzirem as respec-

tivas penas em até 48 dias por ano, através da leitura e da alfabetização.

A solenidade contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, que tem apoiado iniciativas nesse sentido. "Além de educar e socializar estes presos, a medida ajuda para que eles cumpram a pena com mais rapidez. O interessante é que não é uma sala apenas para leitura, mas, também, para alfabetização. Desde que fui informado deste projeto, imediatamente, abracei a causa e me



prontifiquei a comparecer ao evento, para prestigiar esta iniciativa brilhante", afirmou Joás de Brito.

O presidente da ONG, Jairo Pacheco, revelou que o órgão investiu na estruturação, nos equipamentos necessários e na escolha dos profissionais qualificados nas áreas de Informática e Pedagogia, que darão continuidade ao trabalho. Quanto aos livros adquiridos, contou que houve doações da Editora RHEMA Publicações e aquisições junto à Secretaria de Educação. "Vamos atuar, de forma semanal, na realização das atividades educativas. Firmamos parceria com o Governo estadual para promovermos a alfabetização e trazermos o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA). Queremos realizar outros cursos, e já estamos organizando um de eletricidade predial e outro de manutenção de micros", afirmou.

"São homens que ficam, em sua maioria, ociosos, o que torna o cumprimento da pena mais difícil. Com a men-

te ocupada com leitura e estudo, além de melhorar a pena, sairão com valores agregados", avaliou o diretor da Cadeia de Soledade, o agente penitenciário Thiago Marinho.

A juíza titular da Comarca, Francilene Lucena Melo Jordão, fará o acompanhamento do projeto para a devida remição da pena. A magistrada afirmou que a medida está em conformidade com a Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, que propõe o incentivo à remição pela leitura. "O que se espera é que, ao se engajarem no projeto, os apenados e demais custodiados se tornem agentes multiplicadores da iniciativa, não apenas pelo benefício da remição da pena, mas pelo ganho pessoal que a leitura trará às suas vidas", declarou.

A juíza Ivna Mozart, titular do 3º Juizado Auxiliar Cível da 2ª Circunscrição, também participou da inauguração, por ter contribuído com a construção do projeto enquanto respondia pela Comarca.

MÊS NACIONAL DO JÚRI



NÚMEROS DA JUSTIÇA

Durante todo o mês de novembro de 2018, o Judiciário estadual paraibano levou a Júri Popular um total de 114 casos envolvendo crimes dolosos contra a vida, na forma tentada e consumada. O dado é oriundo do esforço empreendido por 38 unidades do Estado, durante o Mês Nacional do Júri, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em todo o país.

De acordo com os dados catalogados pela Diretoria de Gestão Estratégica e pelo juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, Eslú Eloy Filho, que coordenou o esforço concentrado denominado 'Mutirão do Júri', houve um incremento de 24% no total de júris realizados, em relação ao ano de 2017, quando aconteceram 92 julgamentos.

Conforme os dados informados ao CNJ, o número de absolvição pelo Conselho de Sentença teve queda de 8%. Foram 65 absolvições em 2017 e 60, em 2018. Já as condenações passaram de 51 para 66, no mesmo período, variando em 29% a mais. Houve duas desclassificações de crimes em 2017, número que dobrou para quatro

em 2018.

Dos 114 júris, o magistrado informou que 64 foram de processos com réus presos; cinco relacionados a feminicídios; três envolvendo homicídios de crianças e adolescentes; dois referentes a crimes praticados por policiais; 13, oriundos de confrontos em bares e estabelecimentos comerciais e 27 dizem respeito a outros assuntos.

A exigência das categorias está estabelecida na Portaria 69/2017 do CNJ, que instituiu os critérios e as ações a serem priorizados durante o mês de novembro nos Tribunais do Júri de cada Estado. O juiz afirmou que os dados foram positivos.

"A partir destes números, o CNJ pode formalizar suas políticas de atuação em relação aos casos específicos; repassa os dados aos órgãos policiais dos Estados, especialmente, para a Polícia Judiciária, para que atuem no combate e na prevenção destes tipos de crimes; verifica as categorias que estão em crescimento; define metas, entre outras ações, possibilitando uma melhor persecução penal", analisou Eslú Eloy.

Eslú Eloy Filho,
coordenou o
esforço concentrado
denominado
'Mutirão do Júri'.





Os desembargadores Joás de Brito e João Benedito com juízas e juiz responsáveis pelo Programa Justiça pela Paz em Casa



NÚMEROS DA JUSTIÇA

PAZ EM CASA

TJPB desenvolve ações e projetos permanentes em defesa das mulheres

A violência contra mulher, embora muito debatida pela sociedade brasileira, ainda persiste não só na forma física, mas, também, na psicológica, verbal e financeira. Estas últimas, cada vez mais identificadas, precisam ser discutidas e denunciadas. Alinhado à preocupação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relação a esta causa, o Tribunal de Justiça da Paraíba desenvolve projetos permanentes voltados ao combate e prevenção à violência contra a mulher.

Nesse sentido, destacam-se a Campanha 'Justiça pela Paz em Casa', concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero; o 'Justiça em seu Bairro – Mulher Merece Respeito', destinado a orientar esse público, de forma simples e compreensível, sobre seus direitos e a estimular denúncias; o 'Papo de Homem: Construindo Masculinidades', desenvolvido na Comarca de Campina Grande, envolvendo autores de agressão; e o Projeto 'Uma Nova Chance', que cria grupos de apoio para reflexão e diálogo com homens autores de violência doméstica.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: JÁ BASTA!!!

Justiça pela Paz em Casa

Para promover essa política, o TJPB instituiu a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, que mantém hot site com orientações sobre o trabalho realizado. São coordenadores os magistrados Graziela Queiroga Gadelha de Sousa, Antônio Gonçalves Ribeiro Júnior e Renata Barros de Assunção Paiva. A atuação da Coordenadoria é regulamentada pela Portaria nº 15/2017 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nos anos de 2017/2018, o TJPB participou da 7ª à 12ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, voltada para o cumprimento da Meta 8 do CNJ, que visa fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Gestor das Metas do CNJ no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba, o desembargador João Benedito destaca as iniciativas adotadas.

Para se ter uma ideia, somente na 12ª Semana Justiça pela Paz em Casa, de 26 a 30 de novembro de 2018, foram analisados 2.593 processos em 37 unidades judiciárias da Paraíba. No evento, foram realizadas 490 audiências, cinco júris, prolatadas 1.646 sentenças, emitidos 1.211 despachos e expedidas 130 medidas protetivas.

Com esse resultado, o Tribunal de Justiça da Paraíba alcançou os seguintes números em 2018, durante as três etapas da campanha: 1.628 audiências, 2.163 sentenças, 2.027 despachos, 7 júris e 289 medidas protetivas. Os dados foram fornecidos pela Gerência de Pesquisas Estatística da Diretoria de Gestão Estratégica do TJPB.

Nas seis etapas da gestão do desembargador Joás de Brito Pereira Filho (três em 2017 e três, em 2018) foram realizadas 3.092 audiências, prolatadas 3.350 sentenças, expedidas 564 medidas protetivas, 10 júris e proferidos 3.423 despachos. No total, foram movimentados 10.439 processos.

A juíza Graziela Queiroga Gadelha de Sousa, da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica do TJPB, disse que a 12ª Semana Justiça pela Paz em Casa foi exitosa em todos os aspectos. “Destaco, inicialmente, o empenho dos magistrados e servidores, que se doaram para realizar audiências, despachar e sentenciar os processos”. Quanto ao aspecto da prevenção, divulgação e humanização dos atendimentos, a magistrada informou que houve também evolução.



Audiência dentro do projeto Justiça pela Paz em Casa, realizada na Comarca de Campina Grande.

CALENDÁRIO DE CAMPANHAS

SÉTIMA ETAPA

07 a 11 de março de 2017

OITAVA ETAPA

21 a 25 de agosto de 2017

NONA ETAPA

20 a 24 de novembro de 2017

DÉCIMA ETAPA

05 a 09 de março de 2018

DÉCIMA PRIMEIRA ETAPA

20 a 24 de agosto de 2018

DÉCIMA SEGUNDA ETAPA

26 a 30 de novembro de 2018



Magistrados e servidores no lançamento da Campanha Justiça pela Paz em Casa, na Comarca da Capital

'Papo de Homem: Construindo Masculinidades'

Projeto reflexivo voltado para homens com histórico de agressão foi criado na Comarca de Campina Grande. O 'Papo de Homem: construindo masculinidades' é desenvolvido pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, para atender ao que está disposto na Lei Maria da Penha (artigo 30 da Lei nº 11.340) e no Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O projeto procura prevenir e reduzir os índices de reincidência de violência contra a mulher, por meio da formação de grupos de homens autores de agressão doméstica e familiar para uma reflexão. Nos encontros, são desenvolvidos trabalhos socioeducativos e de reflexão, tomando como referência a equidade de gênero, a forma-

ção de novas masculinidades e desenvolvimento de novas formas de resolver conflitos.

Nesse sentido, foram escolhidos alguns temas para serem trabalhados, entre eles os papéis de gênero e masculinidades, Lei Maria da Penha e direitos das mulheres, homens e a expressão de emoções, e relações interpessoais.

A juíza Renata Barros de Assunção Paiva, coordenadora da Meta 8 do CNJ, é a responsável pelo desenvolvimento do grupo, ao lado de uma equipe multidisciplinar do Juizado, composta por psicólogas e assistentes sociais.

A psicóloga Clarissa Paranhos Guedes, que integra a equipe multidisciplinar, afirma que as atividades com os grupos incluem dinâmicas, cine debates, discussões e vivências, sendo que em cada um é trabalhado um tema específico.

Em Princesa Isabel, o Projeto 'Uma Nova Chance'

O juiz Pedro Davi Alves de Vasconcelos, da 1ª Vara da Comarca de Princesa Isabel, implantou o projeto "Uma nova chance", que também cria grupos de apoio para reflexão e diálogo com homens autores de violência doméstica. "O objetivo é desconstruir o aprendizado de dominação e poder sobre a mulher", explicou o magistrado.

Atuam em cooperação o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), o Instituto Federal da Paraíba (Campus Princesa Isabel) e as Polícias Militar e Civil do Estado. Os trabalhos serão iniciados em fevereiro de 2019.

De acordo com o magistrado, os programas são reconhecidos como um dos meios mais eficazes para prevenir e combater a violência doméstica, bem como para reduzir sua reincidência. Ele se inspirou no projeto Tempo de Despertar, desenvolvido pelo Núcleo de Combate à

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Ministério Público de Taboão da Serra (SP).

Programa equivalente é desenvolvido na comarca de Campina Grande pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. "Nós vamos possibilitar que os autores de violência façam uma reflexão sobre suas atitudes e os motivos que os levaram a agredir suas companheiras, ex-companheiras, irmãs, mães, avós, filhas; a entenderem a Lei e os direitos nela previstos", ressaltou o magistrado.

Os autores da violência serão acompanhados durante um período determinado, o que possibilitará entender seus dramas cotidianos e inseri-los, eventualmente, no mercado de trabalho, bem como, encaminhá-los para cursos de alfabetização e profissionalização, tratamento de drogas e álcool e acompanhamento psicológico e psiquiátrico, a fim de evitar a reincidência.

CARTÓRIOS UNIFICADOS

Atendimento ao público ganha maior agilidade e força de trabalho é equalizada

Quatro Cartórios Unificados foram instalados no Poder Judiciário estadual, sendo três em João Pessoa, que compreendem o do Fórum de Mangabeira, criado em 7 de janeiro de 2013, e o 1º e 2º do Fórum Cível, instalados no dia 26 de agosto de 2016; e um na Comarca de Campina Grande, onde funciona as cinco Varas de Família, no Fórum Affonso Campos, desde 29 de agosto de 2016.

De acordo com o juiz Carlos Antônio Sarmento, diretor do Fórum Cível da Capital e gestor dos Cartórios Unificados no âmbito do Judiciário estadual, o sistema é um avanço para a Justiça, vez que reúne em um só local os cartórios das Varas de Família de um Fórum. "Antes, no caso de João Pessoa e Campina, cada vara tinha o seu próprio cartório, com número de servidores diferenciado; uns com mais, outros com menos, realidade que gerava insatisfação de funcionários e magistrados", explicou o juiz.

No que diz respeito ao ritmo de trabalho, o magistrado informou que o sistema garante melhor dinâmica ao serviço realizado e promove a denominada equalização da força de trabalho. "A fluidez do serviço, agora, é outra. Mudou para melhor. Isso ocorre porque, com o sistema, os servidores trabalham em um só ambiente, com a mesma finalidade, o que resulta em celeridade processual", acrescentou.

Carlos Sarmento declarou que a unificação dos cartórios tirou a sobrecarga imposta aos juizes titulares das Varas de Família, já que, antes, eles eram os responsáveis pela administração dos cartórios de suas respectivas unidades. "Agora, o sistema tem um só gestor, que trabalha com apoio do coordenador de cartório. Com isso, o juiz de qualquer Vara de Família da Capital ou de Campina não se preocupa mais com a gestão da unidade judiciária, nem com os servidores lotados na mesma", enfatizou.





SERASAJUD

Magistrados passam a ter acesso direto a sistema de restrições financeiras

Com o objetivo de estabelecer uma comunicação direta com a Serasa e agilizar a tramitação de ofícios entre unidades judiciárias e a Serasa Experian, o Tribunal de Justiça da Paraíba ampliou a utilização do sistema SerasaJud para todo o Judiciário estadual. O acesso à ferramenta permite aos magistrados encaminhar solicitações ou retirar restrições disponíveis no sistema, mediante a transmissão de dados via internet, utilizando a segurança conferida pelos certificados digitais.

Originalmente, a ferramenta foi criada para auxiliar, exclusivamente, os juízes que trabalhavam com a Meta 5 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esta visa estabelecer uma política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de Execução Fiscal.

No entanto, segundo a juíza Renata Câmara Belmont, que coordena a Meta 5 no âmbito do Judiciário estadual, uma vez comprovada a grande utilidade do SerasaJud, verificou-se a necessidade de expandir o uso. A ampliação foi regulamentada pelo Provimento nº 034/2017 da Corregedoria-Geral de Justiça da Paraíba, publicado no Diário da Justiça eletrônico (DJe) do dia 18 de dezembro de 2017.

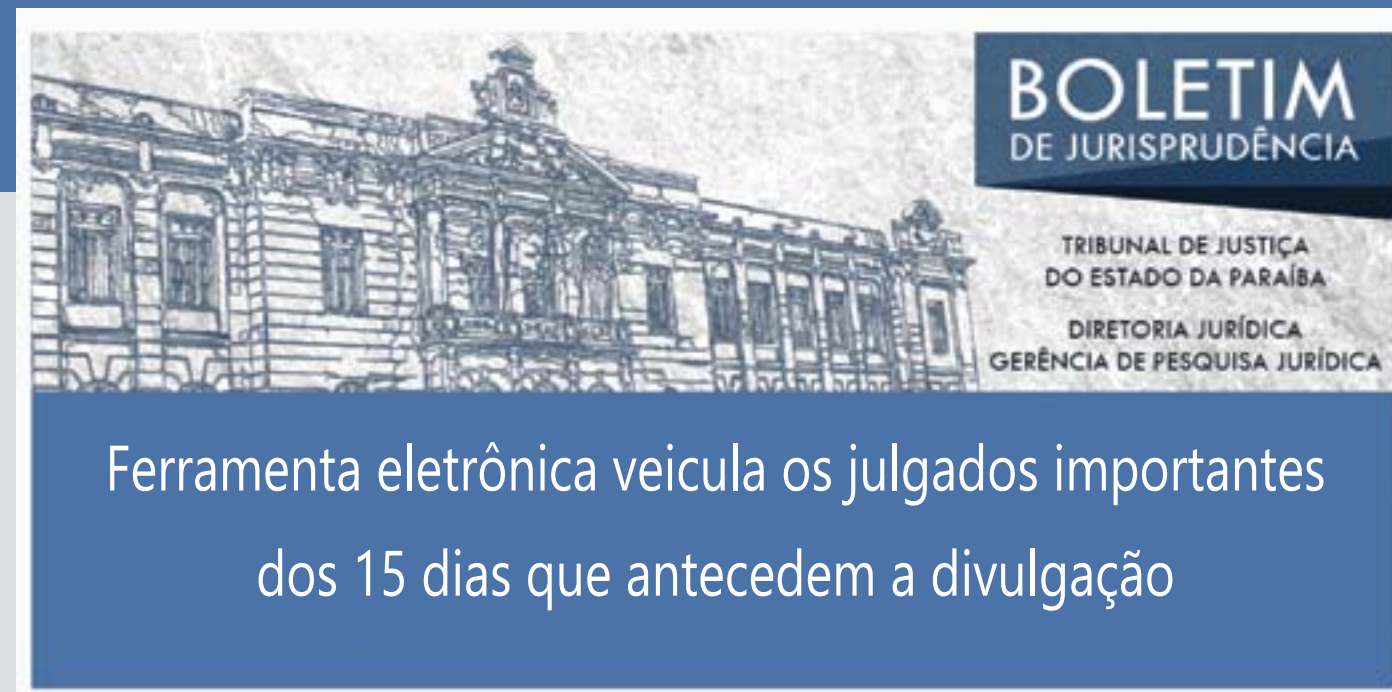
BACENJUD

Uso de programa permite redução nos prazos de execuções de bloqueios

Magistrados de todo o País já utilizam o novo sistema eletrônico de bloqueio de valores para o pagamento de dívidas judiciais, o BacenJud 2.0, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A ferramenta ajuda na redução de um dos maiores gargalos da Justiça: o prazo de execução dos processos.

Criado em 2001, o BacenJud é um sistema eletrônico virtual que conecta o Judiciário ao setor financeiro. Por meio dele, juízes podem fazer bloqueios de valores em contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas que tiveram dívidas reconhecidas em decisão judicial. “O uso mais recorrente da ferramenta gera reflexos direto no prazo de tramitação dos processos em fase de execução. Precisamos estimular o maior uso da ferramenta, sobretudo pelas justiças Estadual e Federal, que poderão, com isso, obter melhores resultados no tempo de duração das execuções”, afirma o conselheiro do CNJ Luciano Frota.

Entre as novas funcionalidades incluídas na versão 2.0 estão o bloqueio “intraday”, ou seja, a conta do devedor fica bloqueada pelo dia inteiro; a possibilidade de realizar bloqueios em contas de investimentos prefixados e pós-fixados (como ações em bolsa de valores, Tesouro Direto e outros) e a inclusão das cooperativas de crédito no rol das instituições abarcadas pelo sistema.



Ferramenta eletrônica veicula os julgados importantes dos 15 dias que antecedem a divulgação

O Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Gerência de Pesquisas Jurídicas (GEPJU), disponibiliza um serviço de informação que mantém magistrados, servidores, operadores de Direito em geral e demais interessados atualizados sobre as principais decisões tomadas no Judiciário, tanto em relação aos feitos físicos quanto ao do Processo Judicial eletrônico (PJe).

O Boletim de Jurisprudência, lançado em 2014, é disseminado via e-mail e disponibilizado no Portal do TJPB, no endereço www.tjpb.jus.br. A ferramenta veicula os julgados importantes dos 15 dias que antecedem a divulgação. A circulação acontece, em regra, nos dias 1º e 15 de cada mês.

O Boletim de Jurisprudência traz os julgamentos dos Tribunais Superiores e do TJPB, divulgando as decisões judiciais das Câmaras Cíveis e Criminal, Seções Especializadas, Pleno e Gabinetes dos desembargadores, incluindo Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidentes de Assunção de Competência (IAC).

Dispõe, ainda, das ementas dos acórdãos, bem como seu inteiro teor, novidades da legislação e notícias veiculadas nos portais do TJPB, Superior Tribunal de Justiça (STJ), Supremo Tribunal Federal (STF) e Con-

selho Nacional de Justiça (CNJ).

Em outubro de 2018, a GEPJU, em parceria com a Diretoria de Tecnologia (Ditec) do TJPB, implantou o Banco de Jurisprudência PJe, para a consulta dos processos judiciais eletrônicos. Num primeiro momento, o serviço foi voltado a servidores, assessores, juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça da Paraíba, sendo acessado, unicamente, na Intranet, para um período de teste. Em seguida, foi liberado para o público externo.

O gerente de Pesquisa Jurídica do TJPB e do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), Thiago Bruno Nogueira Alves, explica que, até então, o Tribunal disponibilizava somente a jurisprudência dos processos físicos, com o registro de acórdãos e decisões destes feitos. Porém, não era possível realizar pesquisas sobre o que estava sendo decidido no Processo Judicial eletrônico, pois as decisões não iam para o Banco.

“Tivemos que desenvolver uma ferramenta para linkar os sistemas de pesquisa e do Processo Judicial eletrônico e, agora, conseguimos implantar o Banco de Jurisprudência dos feitos do PJe, que abrange todos os julgados do Tribunal e das Turmas Recursais”, destaca.



CONCILIAÇÃO



O desembargador Leandro dos Santos, diretor do Nupemec, abriu a Semana Nacional de Conciliação na Paraíba.

NUPEMEC

Expansão dos Cejuscs, cursos para mediadores e parcerias ampliam a prática da conciliação na Paraíba

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça da Paraíba foi criado através da Resolução nº 28, de 13 de julho de 2011, com o objetivo de implementar e desenvolver, no Estado, a Política de Conciliação estabelecida pela Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desde então, a prática vem sendo expandida, por meio de esforços concentrados, cursos e da criação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) em diversas comarcas paraibanas.

Ao todo, já são 28 Cejuscs instalados da Capital ao Sertão, que promovem sessões e audiências de conciliação e de mediação, realizam atendimento, orientam os cidadãos que possuem dúvidas e questões jurídicas, solucionam demandas em fase pré-processual e evitam a judicialização de conflitos.

Os centros funcionam, normalmente, em parceria com instituições de ensino superior, por meio da atuação

dos alunos dos cursos de Direito, supervisionados pelos docentes. No biênio 2017/2018, foram instalados seis unidades: Cejusc V Cível, em Mangabeira (convênio entre TJPB e Fesp); Cejusc IX Misto, em Santa Rita (TJPB e FAP); Cejusc I Misto, em Itabaiana (TJPB); Cejusc II Comunitário, em Catolé do Rocha (TJPB/Mitra Diocesana); Cejusc I Cível, em Conceição (TJPB); Cejusc XI Misto/Justiça Restaurativa, na Zona Norte (TJPB e Iesp); e o Cejusc Fazendário, no Fórum Cível da Capital.

O Nupemec é dirigido pelo desembargador Leandro dos Santos. São diretores adjuntos os juízes Fábio Leandro de Alencar Cunha, Bruno César Azevedo e Antônio Carneiro de Paiva Júnior. Os magistrados atuam incentivando para que todos os juízes do Estado utilizem a conciliação e a mediação como um novo modelo de jurisdição.

A conciliação é utilizada no Judiciário paraibano desde a época dos Juizados de Pequenas Causas, na década de 80, e, a partir de 2010, tornou-se uma política nacional que vem sendo cumprida pelo TJPB. “Conciliar é um ato que depende muito das partes em litígio, que, uma vez optando por este caminho, põem fim ao conflito, o que é positivo para todos. Trabalhamos para que os centros sejam mais do que espaços de práticas de conciliação, mas, também, de cidadania, com informação, orientação e um alcance ampliado”, explica o desembargador Leandro dos Santos.

O juiz Bruno Azevedo destaca a parceria com as instituições de ensino. “Procuramos difundir essa política junto às universidades, porque são elas que fomentam os juristas do amanhã. É interessante para o Núcleo de Conciliação que esses futuros atores jurídicos já saiam dos bancos acadêmicos com essa percepção”, observa.



Mutirões: DPVAT, BNB e Fiscal

Três grandes esforços concentrados de conciliação foram realizados em 2017 e 2018 pelo Nupemec. No período de 23 a 26 de maio de 2017, o Mutirão DPvat foi responsável por realizar 742 atendimentos, 669 audiências e promover acordos em 80,45% dos casos, negociando um total de R\$ 691.996,70. Os valores foram pagos a vítimas de acidentes de trânsito com direito a receber o seguro.

Nos meses de novembro e dezembro de 2017 ocorreu o Mutirão Fiscal em parceria com a Prefeitura de Cedelo, sendo responsável por acordos que atingiram R\$ 1.035.517,00. O evento fez parte da Meta 5 do CNJ, que visava enfrentar o estoque de processos de Execução Fiscal.

Em 2018, no Mutirão BNB (Banco do Nordeste do Brasil), os jurisdicionados com processos relacionados a dívidas rurais puderam renegociar e quitar seus débitos com até 95% de abatimento. De acordo com relatório parcial fornecido pelo Núcleo, o esforço permitiu que 71 feitos fossem conciliados, nas 82 audiências realizadas nas comarcas de João Pessoa, Conde, Araçagi, Guarabira, Sumé, Patos e Sousa. O mutirão para quitação de dívidas rurais ocorreu, ainda, nas Comarcas de Conceição, Piancó, Itaporanga, Cajazeiras, São João de Piranhas e São João do Rio do Peixe.

O diretor adjunto do Nupemec, juiz Antônio Carneiro de Paiva Júnior, disse que os mutirões são uma excelente oportunidade de resolver questões, sobretudo, num período de crise econômica. “O Nupemec, através desses eventos, visa aproximar-se cada vez mais dos cidadãos, facilitando o acesso à Justiça e consolidando a cultura da pacificação”, ressalta.

Conforme relatórios do Nupemec, em 2017, foram realizadas 971 audiências em fase pré-processual, com 499 acordos obtidos, o que correspondeu a 51,39% de conciliações efetivadas. Em fase processual, os acordos somaram 681, ou 11,04% das 6.170 audiências.

Em 2018, até o mês de outubro, em fase pré-processual, houve 485 acordos em 1.113 audiências, alcançando o índice de 43,58%. Já em fase processual, foram realizados 750 acordos em 5.377 audiências, o que representou 13,95% de conciliações.

Semana Nacional de Conciliação

Inserida no calendário do Nupemec desde que foi criada pelo Conselho Nacional de Justiça, a Semana Nacional de Conciliação também é responsável pelo alcance de números positivos em relação à solução dos conflitos através dos métodos consensuais.

Na Paraíba, durante o evento ocorrido de 27 de novembro a 1º de dezembro de 2017, 1.848 audiências foram realizadas, o que resultou em 716 acordos firmados e um total de R\$ 1.374.620,00 homologados, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em 2018, a XIII Semana Nacional da Conciliação, ocorrida no período de 5 a 9 de novembro, foi responsável por realizar, no Judiciário estadual paraibano, 265 acordos e homologar um total de R\$ 1.902.010,00. Em cinco dias, foram realizadas 1.262 audiências, conforme dados prestados pelo Nupemec. Ao todo, 21 comarcas paraibanas se engajaram no mutirão.

Ações futuras: cursos e convênios

Cursos de capacitação para mediador e conciliador judicial são promovidos, constantemente, pelo Nupemec. Desde 2017, contou com 700 participantes, assim distribuídos: Patos (70 inscritos), Sapé (50), Itabaiana (42), Santa Rita (46), Conceição (63), Campina Grande (136), Sousa (112), Guarabira (149), Catolé do Rocha (32).

A implementação de convênios com outras instituições também vem sendo a tônica da Administração do Nupemec, a exemplo do firmado com a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba, para a criação do ‘Selo OAB/TJPB Recomendado’, oficializado em solenidade realizada no dia 27 de agosto.

Um outro convênio (16/2018) foi assinado entre o TJPB e o Centro Universitário Unifacisa de Campina Grande, com o objetivo de instalar um Cejusc de Família no 3º Juizado Especial Cível de Campina Grande. O centro foi instalado e está em funcionamento.



Convênio firmado com o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba, Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa e Defensoria Pública da Paraíba para a instalação do Cejusc Fazendário.

O TJPB instalou o Cejusc Fazendário no Fórum Cível da Capital e fez homenagem ao juiz Bonifácio Lobo. O desembargador João Benedito da Silva, vice-presidente do Tribunal, fez a inauguração da unidade judiciária.

CREDIBILIDADE

'Selo OAB/TJPB Recomenda' é oficializado e oferece mais garantia à população

Em 27 de agosto de 2018, o 'Selo OAB/TJPB Recomenda' foi oficializado, em solenidade realizada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba. Com isso, as Câmaras de Mediação e Arbitragem e os cursos de capacitação de mediadores extrajudiciais e árbitros passaram a ser contemplados com este instrumento, que visa oferecer à população um mecanismo que ateste a credibilidade e a qualidade dos procedimentos que ali são realizados.

O convênio para a criação do Selo havia sido assinado pelos presidentes do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, e da OAB-PB, advogado Paulo Maia, no dia 6 de agosto. Isso permitiu que o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal e a OAB passassem a avaliar e qualificar as Câmaras de Mediação e Arbitragem pelos critérios de infraestrutura, recursos humanos e formação dos profissionais. No caso das instituições de ensino, a avaliação ocorre observando os critérios de estrutura curricular, formação dos palestrantes, material didático, didática, relação teoria e prática.

O presidente da Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB, Pablo Juan Nóbrega, explicou que, com o Selo, a sociedade pode buscar a arbitragem para dirimir seus conflitos, com segurança. "A nossa preocupação era que algumas Câmaras viessem a prestar um mau serviço, e este litígio virasse dois, vindo a desaguar no Judiciário. Então, queremos atestar para a sociedade sobre este padrão de qualidade", salientou.

O presidente da OAB, advogado Paulo Maia, afirmou que é mais uma ação conjunta no sentido de oferecer mais cidadania à população. Ele explicou que a fiscalização das câmaras compete ao Ministério Público, e que as instituições atuarão por meio de edital.

O diretor do Nupemec, desembargador Leandro dos Santos, que representou o presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, disse que a Arbitragem está inserida no sistema de Justiça há muito tempo. "Na Lei dos Juizados Especiais, que é de 1995, já existe a figura do juízo arbitral; o Código Civil também tem previsões sobre o compromisso arbitral quando analisa contratos; e, mais recentemente, tivemos a edição da Lei da Arbitragem", informou.

Para o desembargador, desde 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Judiciário vêm investindo em outros mecanismos para a solução dos conflitos como a mediação, a conciliação e a arbitragem.

Mutirão em Guarabira



XIII Semana Nacional da Conciliação



Mutirão Energisa



Mutirão da Cagepa



Equipe que atuou no Mutirão de Cajazeiras



Inauguração do Cejusc de Catolé



Reforma do Cejusc do Fórum Cível da Capital



Inauguração do Centro de Conciliação e Mediação da Zona Norte



Reunião de trabalho do Nupemec



Inauguração do Cejusc de Santa Rita





JUSTIÇA RESTAURATIVA

Convênio possibilita implantação de projeto-piloto 'Delegado Conciliador'

Convênio entre TJPB, Iesp e Segurança Pública do Estado instituiu projeto-piloto 'Delegado Conciliador'.

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, e representantes do Instituto de Educação Superior da Paraíba (Iesp), da Secretaria de Segurança Pública do Estado e da Polícia Civil assinaram, no dia 18 de outubro de 2018, um convênio para implantação do Projeto-piloto 'Delegado Conciliador do Núcleo de Práticas Restaurativas na Zona Norte', que passou a funcionar na 10ª e 12ª Delegacias de Polícia Civil do Bairro de Tambaú, em João Pessoa (PB).

A proposta é promover um novo modelo de Justiça voltado para a mediação, conciliação e práticas restaurativas, que solucione casos de menor potencial

ofensivo sem, necessariamente, haver judicialização. De acordo com o diretor adjunto do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJPB (Nupemec), juiz Bruno Azevedo, foi escolhida a área criminal para iniciar a atuação nos delitos de menor potencial ofensivo, em Ações Penais Públicas condicionadas à Representação.

"Trabalhamos estes institutos, buscando a composição, acordos, enfim, a solução não judicial nestes eventos. A Justiça Restaurativa consiste em aplicar componentes da mediação e da conciliação e o 'Delegado Conciliador' vai poder trabalhar estes instrumentos nos casos concretos", explicou Bruno Azevedo.

MODELO INCENTIVADO PELO CNJ

A Justiça Restaurativa é um modelo novo incentivado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução nº 225, que busca outra forma de solução na abordagem de processos criminais. Conforme explicou o magistrado Bruno Azevedo, se trata de um conjunto

ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias para possibilitar uma autocomposição consensual. Ou seja, um dos indivíduos (ou ambos) envolvidos em um conflito, cria uma solução, que deve ser mediada por pessoa neutra que domine essas técnicas.

Novas formas de solução para conflitos criminais de menor potencial ofensivo

Ao assinar o documento, o presidente do TJ, desembargador Joás de Brito, afirmou que a medida é uma avanço e representa uma maior resposta aos problemas sociais, mesclando elementos como pacificação e celeridade. "O delegado-conciliador vem para evitar a necessidade daqueles termos circunstanciados, que geram processos nos Juizados Especiais Criminais (Jecrim). São ações de pequeno porte, que poderão ser evitadas através da mediação e da restauração. Esta última é um grande passo, pois propõe não somente resolver o conflito, mas trazer a paz entre aqueles litigantes de uma forma definitiva", ressaltou.

Para o secretário de Segurança Pública do Estado, Cláudio Coelho Lima, a parceria visa buscar novas formas para atender às demandas sociais, sendo uma

delas a mediação dos conflitos. "É importante, pois traz uma resposta mais rápida para o cidadão, o que representa um aprimoramento do serviço. Quando um processo na Justiça não é ajuizado é porque houve uma solução para aquele caso, além de ser evitado, também, um custo maior para o Estado", declarou.

O delegado-geral da Polícia Civil da Paraíba, João Alves de Albuquerque, adiantou que o órgão já buscava meios para instituir o Jecrim. "A Polícia Civil dos Estados da Bahia e do Ceará já entraram em contato com a nossa Delegacia-Geral para conhecer os nossos Núcleos de Conciliação e verificar como foi feito o convênio, pois esta é uma tendência nacional, a fim de evitarmos o crescimento do número de inquéritos policiais, oferecendo soluções mais rápidas", comentou.

EDUCAÇÃO PACIFICADORA

As novas formas de solução dos conflitos criminais de menor potencial ofensivo também vêm sendo discutidas e implementadas na instituição de ensino superior Iesp, que é órgão integrante do convênio. Segundo a coordenadora adjunta do Curso de Direito, professora Mariana Tavares de Melo, a Faculdade busca ir além do papel de educar e formar pessoas para o mercado.

"Queremos contribuir de uma maneira pacificadora com a sociedade, por isso, estamos estabelecendo esta parceria. Há uma tendência nova dentro do Direito e que nós abraçamos, que é de, justamente, reduzir o número de abertura de processos em situações que podem ser resolvidas com um bom diálogo. Temos um corpo docente bem constituído, com professores que realizaram cursos no CNJ para atender melhor esta nova propositura do Direito, que é mais pacificador", destacou.

Também estiveram presentes ao ato de assinatura do convênio o delegado de Polícia Antônio Brayner; o superintendente da 1ª Região da Polícia Civil, Marcos Paulo Vilela; o diretor-geral e o diretor adjunto da Acadepol, Severiano Pedro do Nascimento e Bergson Almeida de Vasconcelos, respectivamente; e o professor coordenador de Estágios Externos do Iesp, Marcel Silva Luz.



CURSO DEBATE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Já no dia 30 de novembro de 2018, magistrados, promotores de Justiça e servidores do Judiciário estadual e do MPPB participaram do curso sobre Justiça Restaurativa, no auditório da Escola Superior da Magistratura (Esma), em João Pessoa. O evento debateu a implementação da Justiça Restaurativa no âmbito das medidas socioeducativas e da violência doméstica no Estado.

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, fez a abertu-

ra do ciclo de palestras e ressaltou que a Justiça Restaurativa é uma novidade que está sendo implantada no país e que se orienta pela criatividade e sensibilidade a partir da escuta dos ofensores e das vítimas.

“A Justiça Restaurativa representa um outro caminho para resolver e solucionar os conflitos sociais”, disse o presidente. Segundo ele, o objetivo do curso foi estimular os magistrados e promotores do Estado a utilizarem o método, que propõe uma resposta mais humana na solução dos conflitos penais.



O psicólogo Paulo Henrique Moratelli, delegado internacional para o Brasil da Sociedade Científica de Justiça Restaurativa (Espanha) e mediador cível, familiar, penal, penitenciário e transformativo, falou sobre 'Colocando em prática a Justiça Restaurativa'.



NAT-JUS

Núcleo técnico vai apoiar juízes em processos de saúde

Em dezembro de 2017, o Comitê Estadual de Saúde do Tribunal de Justiça da Paraíba iniciou as discussões para a transformação da Câmara Técnica de Saúde (CTS) em Núcleo de Apoio Técnico da Justiça (NatJus). No ano seguinte, convênios foram firmados para a instalação do Nat-Jus. A medida foi necessária porque o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu um banco de dados nacional, o e-NatJus, com base em Medicina Fundamentada em Evidências.

O e-NatJus é um cadastro nacional de pareceres, notas e informações técnicas que dará aos magistrados fundamentos científicos para que possam decidir se concedem ou não determinado medicamento ou tratamento médico a quem aciona a Justiça. Criado pelo CNJ, a plataforma digital oferece base científica para as decisões dos magistrados de todo o país quando precisarem julgar demandas de saúde.

COMITÊ

O Comitê Estadual de Saúde, instituído pelo CNJ, é composto pelo Tribunal de Justiça da Paraíba (juiz estadual Marcos Coelho de Salles), pela Justiça Federal (juiz federal João Pereira), Ministérios Públicos Estadual e Federal, Defensorias Públicas Estadual e da União, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa, Conselho Estadual de Medicina, Universidade Federal da Paraíba, Ordem dos Advogados do Brasil, e a Unimed, como representante da saúde suplementar.

O desembargador Joás de Brito participou de reunião do Comitê Estadual de Saúde, que é presidido pelo juiz Marcos Salles.



Encontro com o governador Ricardo Coutinho definiu a indicação de técnico para o NatJus



Marcos Salles se reuniu, também, com o prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo



Houve encontro ainda com a reitora da UFPB, Margareth Diniz, para a indicação de médicos e enfermeiros



INCLUSÃO SOCIAL

É o conjunto de medidas, políticas ou ações que objetivam a participação igualitária de pessoas ou grupos excluídos na sociedade. Quando se trata de pessoas com deficiência, a inclusão social é o pressuposto para a garantia do direito à igualdade prevista pela Constituição Federal a todos os cidadãos.

SENSIBILIDADE

Gestão focada na inclusão social e na cidadania

Na gestão 2017/2018, magistrados paraibanos participaram de campanhas, audiências públicas e cursos de capacitação sobre inclusão social de pessoas com deficiência, para que pudessem conhecer a realidade delas e, também, compreender, de forma mais aprofundada, questões relacionadas à saúde, que costumam ser demandadas na Justiça estadual.

Uma dessas formações foi realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 2018, no Fórum Cível da Capital, com o tema 'Direito e Inclusão'. Os motivos e resultados de tratamentos, terapias e medicamentos específicos indicados a pessoas com síndromes raras, como autismo, Down e microcefalia, foram abordados por especialistas. O evento foi aberto a promotores, advogados, defensores públicos e operadores do Direito.

O seminário foi promovido por meio de uma parceria entre membros do Tribunal de Justiça da Paraíba, Ministério Público estadual, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB) e Polícia Federal.

A juíza Israela Pontes, titular da 4ª Vara Mista da Comarca de Santa Rita, mãe de uma criança com síndrome de Down e uma das promotoras do seminário, destaca que a capacitação possibilitou esclarecer as razões pelas quais alguns tratamentos específicos (envolvendo modalidades diferenciadas de terapias, como fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, entre outras) são mais indicados que os convencionais, nos casos das síndromes.

"A inclusão é uma realidade. Há algum tempo, não víamos as crianças com deficiências ou síndromes na escola comum, nas ruas, na aula de natação. Hoje, com a informação mais disponível e com o Estatuto da Inclusão, as famílias sabem que seus filhos têm direito a esses lugares e às terapias que lhes garantam o desenvolvimento. Cresceu o número de demandas desta na-



tureza na Justiça para exigir que os planos de saúde e o próprio Estado ofereçam os tratamentos necessários", afirmou a magistrada.

Um dos integrantes da organização, o juiz Marcos Coelho de Salles, coordenador do Comitê Estadual de Saúde da Paraíba - órgão ligado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - explicou que o comitê tem procurado "sensibilizar a magistratura sobre esses direitos, a fim de dar amplitude às políticas públicas necessárias".

Nos últimos anos, ao julgar recursos sobre acessibilidade, participação em concursos públicos, isenção tributária, acesso à informação e outros casos relacionados a pessoas com deficiência, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu a correta interpretação das normas do estatuto, uniformizando a jurisprudência sobre o tema.

Além dos juízes Israela Pontes e Marcos Sales, e do advogado Paulo da Luz, integraram a mesa de abertura do evento o diretor do Fórum Cível, juiz Carlos Antônio Sarmento, representando o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Joás de Brito Pereira Filho; o procurador de Justiça Valberto Cosme de Lira; o presidente da OAB, Paulo Maia; a delegada Luciana Paiva Barbosa; a presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), juíza Maria Aparecida Sarmento Gadelha; e o diretor-geral da Escola Superior da Advocacia, Otto Rodrigo de Melo Cruz.

Magistrados da Paraíba e especialistas debatem sobre autismo, síndrome de Down e microcefalia durante o evento 'Capacitação em Direito e Inclusão', ocorrido durante dois dias no Fórum Cível de João Pessoa.



APOIO SOCIAL

TJPB adere à campanha

'Síndrome de Down tem Diretriz'



Antes do seminário, no dia 21 de março de 2017, o Tribunal de Justiça da Paraíba aderiu à campanha promovida pelo Instituto Primeiro Olhar, de João Pessoa, que apoia a luta de familiares de crianças com Down. A participação reflete uma nova política no âmbito do Judiciário, que ganhou expansão na administração do desembargador Joás de Brito Pereira Filho, com atenção voltada para segmentos fragilizados da sociedade.

A campanha foi lançada em evento na Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TJPB, com a participação do idealizador do Instituto Primeiro Olhar, o médico Eduardo Borges da Fonseca, da primeira-dama do Município de João Pessoa, Maísa Cartaxo, de magistrados, servidores, do deputado Raniery Paulino, de vereadores da Capital e de portadores da síndrome de Down e seus familiares.



O TJPB apoiou a Campanha 'Síndrome de Down tem Diretriz', reunindo integrantes do Instituto Primeiro Olhar, magistrados, servidores, parlamentares e especialistas em evento na Sala de Sessões do Tribunal Pleno.



AUTISMO

Audiência Pública debate aspectos relacionados à cobertura por planos de saúde

O médico, neurologista infantil e doutorando em Ciências Médicas da Unicamp, Clay Brites, falou sobre a terapia ABA, definiu o autismo e abordou terapias.

Ainda por causa das inúmeras demandas ajuizadas contra planos de saúde, solicitando cobertura para tratamento de autismo pelo método ABA, os juízes das varas cíveis da Comarca de Campina Grande promoveram audiência pública, no dia 19 de outubro de 2017, com o tema 'O Autismo e Planos de Saúde'. O evento ocorreu no auditório do Tribunal do Júri do Fórum Affonso Campos.

Os magistrados entenderam que seria relevante debater amplamente a temática do autismo, síndrome que atinge quase dois milhões de brasileiros; as novas formas de tratamento, muito solicitadas, e de acompanhamento dos pacientes.

A iniciativa, inédita na comarca, abriu a discussão envolvendo especialistas, entidades da sociedade civil,

Ministério Público, Defensoria Pública e OAB, na busca de alcançar prestação jurisdicional mais eficiente.

Durante o evento foram exibidos vídeos e proferidas palestras por especialistas na área da Medicina, Neurologia, Psicologia e Psicopedagogia, que abordaram aspectos técnicos do autismo; apresentaram formas de tratamento e resultados positivos a partir dos mesmos. Entre as terapias abordadas, a ABA – traduzida como Análise de Comportamento Aplicado – foi a mais debatida, por apresentar resultados efetivos na evolução dos pacientes, conforme dados apresentados.

O médico neurologista infantil e doutorando em Ciências Médicas da Unicamp Clay Brites falou sobre a terapia ABA, definiu o autismo e abordou algumas indicações terapêuticas.





Renata de Sousa Cavalcanti, cofundadora do Instituto Primeiro Olhar, com a garotinha Marina Bezerra de Sá Braga, durante lançamento de campanha sobre a síndrome de Down, que recebeu apoio do Tribunal de Justiça da Paraíba.



INCLUSÃO
SOCIAL

AMB FAZ CENSO

Ações concretas voltadas para magistrados com filhos especiais

Um encontro na Paraíba foi o ponto de partida de um movimento nacional, comandado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), para a deliberação de ações concretas voltadas aos juízes que tenham filhos com deficiência.

Ocorrido em agosto de 2018, o evento deliberou sobre a realização de censo promovido pela AMB para ouvir os juízes. Foi a primeira ação da Diretoria de Política Institucional e de Apoio para Magistrados com Filhos Especiais, criada em resposta ao pleito das Associações de Magistrados do Nordeste.

Na ocasião, a juíza paraibana Israela Pontes (titular da 4ª Vara Mista da Comarca de Santa Rita), mãe de uma criança com síndrome de Down, relatou a sua experiência no processo administrativo que culminou no deferimento de remoção temporária, para viabilizar o acompanhamento das terapias do seu filho.

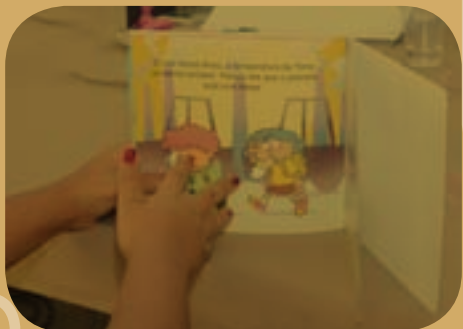
Participaram da reunião os juízes Maria Aparecida Sarmento Gadelha, Max Nunes de França e Leila Cristiani Correia de Freitas e Sousa, respectivamente, presidente, 1º vice-presidente e 3º vice-presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB). Outros juízes paraibanos também marcaram presença: Marcos Coelho de Sales, Antônio Silveira Neto e Horácio Ferreira de Melo Júnior.

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Joás de Brito Pereira Filho,



também esteve no encontro. O gestor do TJ entende que as questões relacionadas a tratamentos especiais merecem a atenção do Poder Judiciário e de toda a sociedade.

A reunião contou, ainda, com a presença do presidente da AMB, juiz Jayme Martins de Oliveira Neto, e de representantes das Associações de Magistrados do Maranhão, da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Ceará e Piauí.



INFÂNCIA E JUVENTUDE



REINTEGRAÇÃO

Abrigos no Estado são visitados por magistrados e equipe multidisciplinar

A reavaliação sistemática da situação jurídica e psicossocial das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional recebeu atenção especial da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinju) do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Nos dois anos da gestão do desembargador Joás de Brito, todos os abrigos no Estado foram visitados por magistrados e equipes multidisciplinares, para analisar a situação de cada interno e verificar a possibilidade de reintegração familiar, encaminhamento para adoção ou manutenção do acolhimento.

"A intenção é de que possamos reintegrar o maior número possível de acolhidos, ou encaminhá-los para uma família substituta", afirma o juiz Adhailton Lacet Porto, coordenador de Infância e Juventude do TJPB e titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital.

As audiências concentradas são realizadas a cada seis meses, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). "Quando as tentativas de reinte-

gração familiar não resultam satisfatórias, trabalha-se a autonomia e, no caso do adolescente, o protagonismo dele para que possa, ao sair da instituição, ter sua independência tanto no âmbito pessoal como profissional", explica o juiz Lacet.

O Grupo de Trabalho Convivência Familiar e Comunitária é quem acompanha a situação dos acolhidos na Capital. É formado por representantes da Coinju, 1ª Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Secretarias Estadual da Saúde e Municipal, de Habitação, de Educação e de Assistência Social, Conselho Tutelar, Defensoria Pública e Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes.

As ações contam com o apoio, também, do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). A psicóloga Vitória Régia Gonçalves, coordenadora do Setor de Acolhimento da Vara da Infância e Juventude, explica que manter o acolhimento é o último dos recursos.



Grupo de Trabalho Convivência Familiar e Comunitária, formado por representantes da Vara da Infância e da Juventude da Capital, Ministério Público, equipe multidisciplinar e ONGs, visitou abrigos para ver possibilidade de reintegração de crianças.



Complexo Judiciário de Campina Grande ganhou sala para escuta especializada



INFÂNCIA E
JUVENTUDE

PROTEÇÃO

Complexo Judiciário
de Campina ganha sala
para escuta de crianças

O Complexo Judiciário da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande inaugurou, no dia 14 de dezembro de 2017, uma sala para escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

O espaço permite um procedimento diferenciado no depoimento especial, com aplicação de protocolos específicos, que visam evitar a revitimização daqueles que sofreram alguma violência ou trauma, conforme preconizado na Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos deste grupo.

De acordo com o juiz Algacyr Rodrigues Negromonte, titular da Vara da Infância e Juventude, o espaço funciona com dois ambientes: no primeiro, há uma brinquedoteca, onde a criança é assistida por profissional qualificado para realizar a coleta do depoimento, que é transmitido por meio de videoconferência para a sala vizinha, onde ficam o juiz, o advogado, o promotor e o acusado.

As perguntas feitas à criança são encaminhadas ao profissional, que faz uma adaptação, conforme a idade e os protocolos utilizados.

"Era uma dificuldade realizar a escuta de crianças e adolescentes vítimas de alguma violência, sem machucá-los de novo. Desde que comecei a fazer uso do depoimento especial, vejo a importância deste procedimento para a proteção dos que são ouvidos", afirma o magistrado.



Depoimento Especial é realizado, também, por meio do Projeto Itinerante 'Justiça Pra te Ouvir'.



INFÂNCIA E
JUVENTUDE

PRA TE OUVIR

Projeto itinerante
realiza a coleta do
Depoimento Especial

Na Paraíba, crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes de violência física, psicológica ou sexual são atendidos pelo Projeto 'Justiça pra te ouvir', ação itinerante do Tribunal de Justiça, que percorre comarcas para realizar a coleta do chamado depoimento especial. Desde a implantação do projeto, em 2012, até outubro de 2018, já ocorreram 675 oitivas, coordenadas por psicólogas especializadas na atividade.

O número, no entanto, chega a 1.138 escutas especializadas, quando somados os trabalhos realizados antes de 2012, revela o juiz-coordenador da Infância e Juventude, Adhailton Lacet Correia Porto.

O depoimento especial passou a ser obrigatório a partir da Lei nº 13.431/2017, que entrou em vigor em abril de 2018, e regulamenta (nos artigos 7º a 12) a escuta especializada segundo os moldes do antigo 'Depoimento Sem Dano'. No Judiciário paraibano, as entrevistas especializadas com crianças e adolescentes já vêm sendo desenvolvidas desde 2010, seguindo a Recomendação nº 33 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Levantamento da Coordenaria da Infância e Juventude do TJPB (Coinju) mostra a evolução do trabalho. Em 2013, foram realizadas 81 escutas; em 2014, 66. O número subiu para 87 em 2015 e 103, em 2016. No ano de 2017, 200 crianças e adolescentes foram ouvidos e, até outubro em 2018, a equipe executou 138 entrevistas.



APADRINHAMENTO

Benefício muda a vida de crianças em abrigos e casas de acolhimento

Amparado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o apadrinhamento de crianças e adolescentes que se encontram em casas de acolhimento tem levado esse público a uma nova convivência com a sociedade, permitindo que receba carinho, ajuda financeira para suas necessidades dentro e fora do abrigo ou, de modo mais amplo, tudo junto.

O benefício passou a ser uma realidade a partir da inauguração, em João Pessoa, do Núcleo de Apadrinhamento Sorriso Infantojuvenil (Napsi), em 16 de

janeiro de 2018. Criado pela 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital, o Napsi é responsável pelo Projeto 'Meu Padrinho Legal'.

"As crianças começam a absorver um pouco do amor que a gente tem pra dar. Percebem que não há outros interesses, a não ser dar amor. Você vê isso dar frutos. E é a maior recompensa que existe", revela a casal que apadrinhou dois irmãos, de 8 e 9 anos.

De acordo com o coordenador da Infância e Juventude do TJPB e juiz da 1ª Vara da Capital, Adhail-

ton Lacet, o apadrinhamento permite que pessoas que não pretendem adotar possam contribuir na formação do público que está em situação de acolhimento, ajudando com bem materiais, serviços e, principalmente, afeto.

O Napsi foi instituído pela Portaria nº 01, publicada no dia 5 de maio de 2017, mas só formalizado em 2018. Porém, desde aquela data, foi iniciado o cadastro de pretendentes, que passaram por avaliação da equipe multidisciplinar da 1ª Vara. O Núcleo reúne documentação dos participantes, indica os tipos de apadrinhamento e realiza o acompanhamento do projeto.

Em 2018, o Núcleo ampliou o atendimento aos padrinhos e madrinhas, promovendo reuniões para a troca de experiências. Nos encontros, foi debatido o cadastramento e promovidos estudos sobre a matéria, além de partilhadas as dificuldades de vivência com os apadrinhados, para, com isso, ser elaborado um manual condensando as principais informações sobre o tema.

O apadrinhamento é voltado para crianças acima de oito anos, ou de qualquer idade se tiverem algum problema de saúde físico ou mental. "O objetivo é incentivarmos o apadrinhamento daqueles que têm menos chances de retornar para suas famílias ou de serem adotados", explica o juiz.

Três modalidades de apadrinhamento

A coordenação do Napsi está a cargo da psicóloga Fernanda Sattva, que é servidora da 1ª Vara. A psicóloga explica que existem três modalidades de apadrinhamento: financeiro, social e afetivo. O primeiro visa oferecer um suporte financeiro para a criança ou adolescente, doando ou arcando com os custos de roupas, materiais escolares, brinquedos, cursos. Já o padrinho social poderá prestar um serviço para a criança ou grupo de crianças e adolescentes, seja com aulas, reforço escolar, atendimento médico, esporte, artes.

A terceira modalidade – afetiva – objetiva estabelecer um maior contato com a criança ou adolescente, focando na convivência. "Este padrinho ou madrinha poderá buscar a criança ou adolescente nos finais de semana, levar para uma viagem, podendo, também, promover todas as outras formas de acolhimento. Mas, a intenção é que exista este vínculo e esta proximidade", destacou.



ADOÇÃO

TJPB conseguiu elevar em 13% a mudança dos perfis de pretendentes

Com a Campanha 'Não resista ao amor. Adote', o Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital e da Diretoria de Comunicação Institucional, conseguiu elevar em 13% a mudança dos perfis de pretendentes à adoção, que passaram a incluir crianças de zero a 10 anos como preferência.

O trabalho desenvolvido pela equipe da Vara da Infância é no sentido de sensibilizar as pessoas sobre a situação de crianças e adolescentes que se encontram nas casas de acolhimento à espera de uma família. Busca, ainda, despertar a possibilidade da adoção, mesmo para aquela família que já tenha filhos biológicos; mostrar, também, que muitos podem ser padrinhos, sejam financeiros, sociais ou afetivos.

Para o coordenador da Infância e Juventude do TJPB, juiz Adhailton Lacet, o tema merece ampla visibilidade. A Campanha 'Não resista ao amor. Adote' foi encerrada, em junho de 2018, com um evento na casa de

Equipe interdisciplinar da 7ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Sousa realizou, em setembro de 2018, o curso de formação para pretendentes à adoção.

As comemorações na casa de festas Popotamus contou, ainda, com a presença do presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), juiz Jaime Martins de Oliveira Neto.

festas Popotamus, com a participação da cantora mirim Mariah Yohana, destaque do The Voice Kids 2018.

A Rede Paraíba de Comunicação foi a parceira na divulgação da Campanha em todo o Estado. O grupo abrange a TV Cabo Branco, TV Paraíba (afiliadas da Globo), G1 Paraíba e GloboEsporte.com Paraíba. É composta, também, pelo Jornal da Paraíba e pelas rádios Cabo Branco FM e CBN João Pessoa e Campina Grande.

"Sem dúvida, as pessoas estão passando a enxergar com bons olhos essa possibilidade de buscar crianças maiores, conhecida como Adoção Tardia, inclusive, no interior do Estado", observa o magistrado.

Na Paraíba, até junho de 2018, existiam 63 crianças e adolescentes cadastrados, sem impedimento legal para serem adotados. O número correspondia a 0,74% do total nacional. Entre eles, 27 já estavam em processo de adoção, sob a guarda de alguma família, e os outros 36 encontravam-se aptos à adoção pelos 562 pretendentes cadastrados no Estado.



Cursos foram oferecidos, também, em Guarabira e na Comarca da Capital, orientando pretendentes à adoção sobre a legislação e etapas. Campanha teve a participação da cantora mirim Mariah Yohana, destaque do The Voice Kids 2018.



Preparação psicossocial e jurídica dos pretendentes

Para quem deseja adotar alguma criança ou adolescente, o Judiciário estadual paraibano oferece o Curso de Preparação Psicossocial e Jurídica para Pretendentes à Adoção. A capacitação é ministrada por equipe multidisciplinar do Setor Psicossocial da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital e da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), atendendo ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), contemplando todas as circunstâncias da Justiça.

"O curso é um momento importante para a conscientização dos trâmites da adoção, para evitar complicações jurídicas e mais traumas na vida de crianças e pretendentes", destaca a juíza Candice Queiroga, que deu as boas-vindas a participantes de curso na Comarca de Guarabira.

Na formação são debatidos os aspectos jurídicos, sociais e psicológicos da adoção, bem como a adoção tardia. O objetivo é preparar os participantes para uma adoção responsável, bem como sensibilizá-los para uma possível mudança de perfil.

Por ocasião da realização de curso na sede da Escola Superior da Magistratura (Esma), em julho de 2018, quando participaram mais de 70 pretendentes à adoção, a psicóloga e coordenadora do Setor de Adoção, Maria Goreti Dantas de Abrantes, apresentou o Projeto Acolher, que consiste na realização de visitas às maternidades, para certificar se as mães que demonstram interesse em doar o filho recém-nascido estão sendo orientadas a seguir o procedimento legal junto à Vara da Infância e Juventude.





FINANÇAS E ORÇAMENTO

CONTROLE INTERNO

Transparência nos gastos garante legalidade, economia e eficiência

A Gerência de Controle Interno (Gecoi), unidade administrativa diretamente vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça Paraíba, tem suas competências definidas no artigo 8º da Lei Estadual nº. 9.316, de 29 de dezembro de 2010. A Gecoi é órgão de controle interno e auditoria do TJPB que assessoria a Presidência do Tribunal na supervisão da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional, sob os aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

O Ato da Presidência 93/2017 aprovou o Estatuto e o Referencial Técnico para as Atividades de Auditoria Interna (ERTAI) do Poder Judiciário do Estado da Paraíba e regulamentou os processos de trabalho a serem observados no âmbito da Gerência de Controle Interno. O normativo estabelece princípios, diretrizes e requisitos para a prática profissional da atividade de auditoria, incorporando práticas já consolidadas internacionalmente, por intermédio de avaliação e consultoria baseada em riscos.

Por iniciativa da Gecoi, foi encaminhada à Presidência projetos de resoluções para a implantação da Política de Gestão de Riscos e do Sistema de Controle Inter-

no (SCI), com vistas a dar prosseguimento e possibilitar a conclusão do Projeto Estratégico do TJPB – Nova Estrutura de Controle Interno – e atender ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal.

A Gecoi participou da elaboração do Manual para a Gestão de Contratos e Processamento da Despesa, estabelecido pelo Ato da Presidência 44/2018, que orientou redução dos riscos relacionados à conformidade legal, financeira e orçamentária.

As ações a serem promovidas pelo controle interno da instituição estão formalizadas no Plano Anual de Auditoria (PAA) e no Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP).

O PAA 2018 contemplou como objetos de exame a avaliação (auditoria operacional, conformidade, contábil e especial); consultoria, inspeção, fiscalização, monitoramento e ação coordenada do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As áreas orçamentária, financeira, contábil, fiscal, de licitações e contratos, de tecnologia da informação, segurança, gestão de pessoas, correição e patrimônio foram objetos da ação efetuada pelo setor de controle interno.



Monitoramento do orçamento

A Gecoi monitora, mensalmente, a execução orçamentária; acompanha a evolução da receita própria e os repasses do duodécimo constitucional; analisa os gastos com a folha de pagamento; certifica, por meio de pareceres técnicos, os relatórios de gestão fiscal, publicados trimestralmente, sugerindo as correções necessárias e acompanhando as execuções dos contratos administrativos firmados.

As recomendações e determinações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE) são monitoradas por intermédio de Plano de Ação apresentado às áreas responsáveis com a descrição das medidas que serão adotadas para fins de cumprimento das deliberações do órgão de controle externo.

O PALP, instituído para o quadriênio 2018/2021, estabeleceu o planejamento das atividades de auditoria interna, compatibilizando as demandas ao adequado monitoramento da gestão de riscos, controles internos e governança corporativa, a equipe de auditoria disponível e os níveis de risco das áreas auditadas do TJPB, para agregar valor e melhorar as operações da organização.

Dentre as três linhas de defesa introduzidas pelo Instituto dos Auditores Internos no tocante ao gerenciamento de riscos, a Gecoi se posiciona na terceira linha, ou seja, na avaliação independente dos controles e não dos processos, fornecendo a alta administração da organização e aos órgãos governamentais avaliações abrangentes elaboradas com objetividade e independência, em consonância com as normas internacionais. Já a primeira linha de defesa cuida do controle da gerência, enquanto que a segunda linha é responsável pela supervisão de conformidade estabelecida pela gerência.

No ano de 2017, a Gecoi emitiu 256 pareceres técnicos acerca de assuntos diversos e sete relatórios de auditorias. Já em 2018, foram expedidos 10 Comunicados de Auditoria ao quadro técnico.

Projetos levados à 'Virada Legislativa'

O Controle Interno do TJPB participou da organização do evento "Hackfest+ Virada Legislativa 2018", que promoveu discussões sobre o combate à corrupção, soluções tecnológicas e transparência da gestão pública, propondo projetos de leis e incentivando o controle social.

A Gecoi realizou consultorias em várias áreas relacionadas a atividades como: elaboração dos modelos padronizados dos papéis de trabalho utilizados nas auditorias; redesenho e manualização dos processos de contratualização; desenvolvimento, em projeto-piloto, de manual operacional para verificação contábil e financeiro das prestações de contas dos cartórios extrajudiciais; e desenvolvimento de metodologia para gestão de riscos na área de segurança pessoal e patrimonial, de forma cooperativa com o Ministério Público.

Para tanto, promoveu encontros com representantes da Secretaria de Administração Penitenciária Estadual (Seap) e dos serviços de inteligência da Polícia Civil e da Polícia Militar da Paraíba.

A adoção e a implementação dessas medidas asseguraram uma melhor efetividade dos serviços prestados pelo órgão de controle interno, buscando a melhoria contínua dos processos e procedimentos administrativos, com vistas a minorar riscos e fortalecer o sistema de controle interno, servindo de ferramenta de orientação e controle a administração judiciária.

ATENÇÃO AO 1º GRAU

Magistrados e servidores participam das políticas de gestão

Assessorados pela Gerência de Projetos, vinculada à Diretoria de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça da Paraíba, os Comitês Orçamentário e de Priorização do Primeiro Grau desenvolveram ações voltadas à implementação da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução nº 194/2014. A Política tem o objetivo de estruturar e implementar medidas concretas e permanentes para melhoria dos serviços judiciais prestados pela primeira instância dos tribunais brasileiros.

Conforme relatório apresentado pela gerente de Projetos, Caroline Leal, sobre as atividades durante o biênio 2017/2018, a atual composição do Comitê Orçamentário de 1º e 2º Graus iniciou sua atuação em abril de 2017. Já o da Priorização começou a partir de julho do mesmo ano.

Os trabalhos foram orientados pelo desembargador Carlos Martins Beltrão Filho, coordenador do Comitê. Os demais integrantes titulares são os juízes Ricardo da Costa Freitas, Renan do Valle Melo Marques, Fabrício Meira Macedo e Edvan Rodrigues Alexandre, além dos servidores Washington David Feitosa da Costa, Danilo Lacerda Fernandes e João

Comitê de Priorização – Órgão formado por treze membros, entre suplentes e titulares, distribuídos da seguinte forma: dois desembargadores, seis magistrados e cinco servidores. As atribuições estão descritas na Resolução nº 194/2014 do CNJ.

Durante reuniões, os membros abordaram, entre os principais conteúdos, a Resolução nº 219 do CNJ (que versa sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário) e suas atualizações; o Projeto de Distribuição da Força de Trabalho; capacitações realizadas pela Escola Superior da Magistratura (Esma) sobre a Política de Priorização; Nova Sistemática de Recolhimento das Despesas Processuais; arrecadação do Fundo Especial do Poder Judiciário; Contadorias Judiciais; Gratificação de Produtividade; e Reforma administrativa: projeto de lei e emendas propostas pelo Comitê.

Ramalho Alves da Silva.

Como suplentes, compuseram o Comitê o desembargador Arnóbio Alves Teodósio; a juíza-corregedora Silmary Alves de Queiroga Vita, o magistrado Meales Medeiros de Melo e os servidores Deusdete Rufino de Carvalho e Alfredo Ferreira de Miranda Neto.



INTEGRANTES DO COMITÊ DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU

MEMBROS	CARGO	CATEGORIA	TIPO
Carlos Martins Beltrão Filho	Desembargador	Indicação da Presidência	Coordenador
Arnóbio Alves Teodósio	Desembargador	Indicação da Presidência	Suplente
Ricardo da Costa Freitas	Magistrado	Indicação da Corregedoria	TITULAR
Silmary Alves de Queiroga Vita	Magistrada	Indicação da Corregedoria	Suplente
Renan do Valle Melo Marques	Magistrado	Indicação do Tribunal Pleno	TITULAR
Danilo Lacerda Fernandes	Servidor	Indicação do Tribunal Pleno	TITULAR
Fabrício Meira Macedo	Magistrado	Eleição direta	TITULAR
Washington David Feitosa da Costa	Servidor	Eleição direta	TITULAR
Deusdete Rufino de Carvalho	Servidor	Eleição direta	Suplente
Edvan Rodrigues Alexandre	Magistrado	Indicação Associação dos Magistrados	TITULAR
Meales Medeiros de Melo	Magistrado	Indicação Associação dos Magistrados	Suplente
João Ramalho Alves da Silva	Servidor	Indicação Sindicato dos Servidores	TITULAR
Alfredo Ferreira de Miranda Neto	Servidor	Indicação Sindicato dos Servidores	Suplente

Acompanhamento da execução orçamentária

Instituído no âmbito do TJPB pela Resolução nº 12/2014, o Comitê esteve voltado, principalmente, para o acompanhamento da execução orçamentária, mês a mês, junto à Diretoria de Economia e Finanças, analisando despesas e receitas.

Os membros também atuaram na realização de estudos em busca de aumento da arrecadação e mecanismos para redução de despesas, ante o congelamento pelo Executivo do Orçamento de 2016, 2017 e 2018. Desta forma, fizeram recomendações à gestão, de modo a garantir a execução do orçamento e obter, com isso, margem para investimento.

As recomendações foram formalizadas através do ADMEletrônico nº 2018210024 e se referiram à reestruturação administrativa, com redução de cargos, funções e de requisitados; isenção do ICMS para o Tribunal de Justiça da Paraíba; revisão de contratos; Tabela de Temporalidade, com vistas ao descarte dos processos físicos, o que gera economia com espaço e manutenção de acervo; Projeto de Aposentadoria Voluntária, para incentivar a aposentadoria daqueles que já preencheram os requisitos necessários, entre outros.

A última reunião de trabalho dos Comitês foi realizada, de forma conjunta, no dia 17 de dezembro de 2018, ocasião em que os membros fizeram um balanço das atividades idealizadas e executadas, bem como propuse-

ram alguns encaminhamentos já para a próxima gestão.

A Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição representa um trabalho de grande valia para o Poder Judiciário estadual. Assim, desde 2016, o Tribunal de Justiça da Paraíba promove encontros (Fóruns Orçamentários), envolvendo magistrados e servidores de todas as unidades judiciárias, para discutir e desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância.

A implementação da Política de Atenção Prioritária é norteada pelas seguintes linhas de atuação: alinhamento ao Plano Estratégico; equalização da força de trabalho; adequação orçamentária; infraestrutura e tecnologia; governança colaborativa; diálogo social e institucional; prevenção e racionalização de litígios; estudos e pesquisas; e formação continuada.

Realização de concurso público, reformulação do PCCR dos servidores, gratificação de produtividade para técnicos e analistas, melhor estrutura física, material de expediente e mobiliário. Essas foram algumas das propostas apresentadas por servidores e magistrados durante os Fóruns Orçamentários, para serem analisadas e, se possível, contempladas com investimentos do projeto orçamentário do Poder Judiciário estadual.

A última reunião de trabalho dos Comitês foi realizada, de forma conjunta, no dia 17 de dezembro de 2018



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO

PARTICIPANTE	
1º GRAU	CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO
	Alexandre Targino Gomes Falcao
	Adhemar de Paula Leite Ferreira Neto
	Fillipe Amorim Firmo da Silva
	Silas Neri Carlos
	Gustavo Pessoa Tavares de Lyra
	Falkandre de Sousa Queiroz
	Diego Garcia Oliveira
	Antonio Eugenio Leite Ferreira Neto
	Fabio Jose de Lima Chagas Irmão
	Pedro Henrique de Araujo Rangel
	Domingos Gualberto de Oliveira
	Fabio Brito de Faria
	Josinaldo Santana dos Santos
	Gilberto de Medeiros Rodrigues
	Philippe Guimaraes Padilha Vilar
	Benedito Venâncio da F. Júnior
	Camilo Sousa Amaral
	Rodrigo Marques Silva Lima
	Carlos Eduardo Leite Lisboa
2º GRAU	Perilo Rodrigues de Lucena
	Bruno Medrado dos Santos
	Cleberson Santana de Araujo
	Marisa Alves Toscano de Brito
	Marcio Murilo da Cunha Ramos
	Arnóbio Alves Teodósio
	Higor Rodrigues Leal
	Roberto de Medeiros Rodrigues
	Leandro dos Santos
	João Ramalho Alves da Silva
	Altamir de Alencar Pimentel Filho

Os membros também atuaram na realização de estudos em busca de aumento da arrecadação e mecanismos para redução de despesas

Locação reduz custos

Dentre as medidas para reduzir despesas e gerar receitas, a Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça da Paraíba promoveu, no ano de 2018, leilão de veículos e assinou a locação de 45 carros, substituindo parte da frota. Em 2019, assinou contrato para ampliar a frota, com a locação de mais 20 carros. Os veículos recolhidos da frota própria serão leiloados, após a tramitação de todo o processo licitatório. De acordo com o diretor Omar José Batista Gama, a locação vai permitir uma substancial economia ao TJPB, porque, além do preço menor em relação à aquisição/compra, o Poder Judiciário vai passar a não gastar com licenciamento e emplacamento, seguro, peças de reposição, assessoria jurídica em caso de sinistros, impostos, custos sobre ociosidade de frota e investimento em renovação. Com relação à última locação, a previsão é de que seja gerada uma receita aproximada de R\$ 700 mil para os cofres do Judiciário estadual.





O juiz José Guedes Cavalcanti intermediou negociações com prefeitos paraibanos para o pagamento de precatórios.

Joás de Brito com representantes da Prefeitura de João Pessoa em momento de negociação a respeito de precatórios.



PRECATÓRIOS

Valores arrecadados ultrapassam

R\$ 200 milhões

O Tribunal de Justiça da Paraíba, sob a Presidência do desembargador Joás de Brito Pereira Filho, arrecadou R\$ 211.489.771,19, pagos pelo Governo Estado e municípios paraibanos, em precatórios, nos anos de 2017 e 2018.

Sob a condução do juiz auxiliar da Presidência do TJPB, José Guedes Cavalcanti Neto, a pasta de Precatórios funcionou com planos anuais de pagamentos homologados tanto em relação ao Governo quanto aos municípios. O sequestro de valores foi medida utilizada quando da inadimplência dos pagamentos, nos termos do artigo 104 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), conforme revelou o magistrado.

Segundo o gerente de Finanças e Contabilidade do TJPB, Ronald Cavalcanti de Oliveira, o Estado pagou,

em 2017, um total de R\$ 72.215.867,24. No mesmo período, os valores arrecadados pelos municípios somaram R\$ 28.377.467,80. Até outubro de 2018, os precatórios pagos pelo Estado alcançaram R\$ 78.725.690,19. Por sua vez, as prefeituras chegaram a R\$ 32.170.745,96.

José Guedes explicou que, para o Governo do Estado e para cada município inserido no Regime Especial de Pagamento de Precatórios, existe um processo administrativo respectivo, que tramita em seu gabinete, a fim de realizar um melhor acompanhamento da regularidade dos repasses.

"No início de cada exercício (2017 e 2018), os entes públicos devedores foram notificados sobre a sistemática de arrecadação de recursos para pagamento do Regime Especial, delineada pelas Emendas Constitucionais

94/2016 e 99/2017, e sobre o valor da parcela mensal devida por cada um deles", informou o magistrado.

Após a verificação dos repasses, constatando-se que o ente devedor se encontra em situação de irregularidade nos pagamentos de seus precatórios, é determinado, através da Presidência do TJPB, o sequestro e ou retenção dos valores devidos, nos moldes no artigo 104 do ADCT, que dispõe, no inciso I: 'O presidente do TJ local determinará o sequestro, até o limite do valor não liberado, das contas do ente federado inadimplente'.

O magistrado explicou que o procedimento adotado segue o mecanismo estabelecido na Resolução nº 115 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê rito próprio para a eficácia da decisão judicial por meio de sequestro ou retenção.

"O presidente do tribunal de origem do precatório determina a autuação do processo administrativo, contendo os documentos comprobatórios da preterição de direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário ao pagamento do precatório. Após autuação, será oficiada a autoridade competente (presidente da república, governador ou prefeito) para, em 30 dias, proceder à regularização dos pagamentos ou prestar informações. Transcorrido o prazo, os autos são encaminhados ao Ministério Público para manifestação em 10 dias. Só a partir daí, o presidente do Tribunal proferirá decisão", esclareceu José Guedes.

Notificação antes do sequestro de recursos

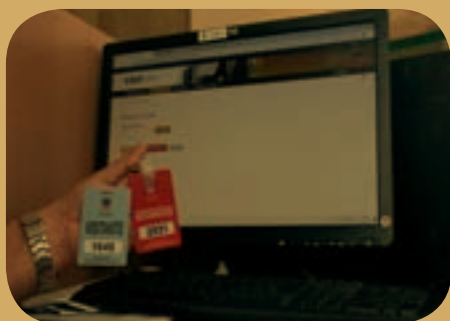
Antes de se determinar o sequestro de valores, os municípios que se encontravam em situação de irregularidade nos repasses mensais foram notificados para comparecer a uma audiência para parcelamento do débito. As audiências foram realizadas com os prefeitos e seus assessores jurídicos e secretários, no gabinete do juiz auxiliar da Presidência, na presença de um representante do MP.

Entre os municípios paraibanos, 96 realizaram acordos no ano de 2017. Já os que sofreram sequestro em suas contas, somaram, naquele ano, 70. Em 2018, cerca de 100 foram submetidos à medida.

Já quanto ao Governo do Estado, o valor mínimo das parcelas que deveria ter sido destinado, mensalmente, no exercício de 2018, seria de R\$ 25.995.932,82, sendo 50% a ser depositado na Conta Especial e os outros 50%, na Conta de Acordos do Estado da Paraíba. O magistrado ressaltou, inclusive, que o Estado foi notificado acerca do valor, por meio do Ofício Gapre nº 042/2018, no dia 22 de fevereiro de 2018.

"Em virtude de liminar prolatada no Mandado de Segurança nº 080.1228-27.2016.815.0000, em curso no TJPB, a parcela que estava sendo paga pelo ente estatal era de R\$ 11.300.000,00. No entanto, sem prejuízo de cobrança futura de adequação, caso viesse a ser reconhecida a não recepção do seu fundamento pela Emenda Constitucional nº 99/2017", complementou o magistrado.

O juiz acrescentou, ainda, que foi concedida parcialmente a segurança, mantendo-se a obrigação do Estado de efetuar os depósitos mensais, no ano de 2018, com acréscimos semestrais de 0,25%, entre janeiro de 2019 até julho de 2020, percentual incidente sobre a sua receita corrente líquida.



SEGURANÇA



PROJETO ACESSO SEGURO

Fóruns ganham câmeras, cabines e software de segurança

Com base na Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, instituída pela Resolução 239, de 6 de setembro de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça da Paraíba implantou o Projeto Acesso Seguro, que resultou na instalação de cabines de desmuniamento de armas, de câmeras de segurança e do software Visit para o controle de acesso às unidades judiciárias.

Depois de diagnóstico nas unidades judiciárias e de ampla discussão sobre as medidas necessárias para garantir segurança a magistrados, servidores e usuários, o presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, editou a Resolução 11/2017 em que estabeleceu normas para o ingresso e permanência de pessoas nas dependências do Poder Judiciário estadual.

O documento, aprovado pelo Pleno do TJPB em novembro de 2017, levou em consideração a implantação do Acesso Seguro, que tem como gestora a juíza Micheline de Oliveira Dantas Jatobá, e coordenador o servidor Jardel

Rufino. Identificação, inspeção de segurança, submissão a aparelho detector de metais e utilização de crachá de identificação para servidores e visitantes foram algumas das ações estabelecidas na resolução.

Até o final da gestão 2017/2018, o Acesso Seguro entrou em funcionamento no Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça, no Fórum Criminal da Capital e no Fórum da Comarca de Bananeiras, que serviu de projeto-piloto para a interiorização do programa. Logo em seguida, foi adotado nas comarcas de Bayeux e Mari. O planejamento incluiu, ainda, as comarcas de Campina Grande, Cajazeiras, Itabaiana, Pedras de Fogo, Piancó, São Bento e São José de Piranhas.

Todas as ações foram acompanhadas e discutidas pela Comissão de Segurança do TJPB, presidida pelo desembargador Carlos Martins Beltrão Filho. O programa de segurança começou a ser elaborado quando da formatação dos projetos que integram o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário estadual para o período 2015/2020.



Composição da Comissão de Segurança

- Des. Carlos Martins Beltrão Filho – *Presidente*
- Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos – *Membro*
- Des. Arnóbio Alves Teodósio – *Membro*
- Juiz Carlos Neves da Franca Neto – *Membro*
- Juiz Eslú Eloy Filho – *Membro*
- Juíza Maria Aparecida Sarmiento Gadelha (AMPB) – *Membro*
- Juíza Micheline de Oliveira Dantas Jatobá – *Membro*
- Ana Christina Soares Penazzi Coelho – *Membro*
- Adriana Lins de Oliveira Bezerra – *Membro*
- Ten Cel Josélio César de Oliveira – *Gerente de Segurança*
- João Carlos Botelho Filho – *Assessor*
- Jardel Rufino Sá – *Assessor*

O projeto Acesso Seguro foi apresentado durante reunião da Comissão de Segurança do TJPB



Sistema Visit

Nos primeiros 30 dias de funcionamento do software Visit na sede do TJPB e no Anexo Administrativo, constatou-se um fluxo de 3.130 visitantes, com uma média diária de 149 pessoas. O acompanhamento do sistema foi importante para o aprimoramento da ferramenta por técnicos da Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec). O programa permite o cadastro com a captura da imagem do visitante.

Guarnição motorizada

Outra importante medida adotada pela Comissão de Segurança do Tribunal de Justiça da Paraíba foi a retomada da ação de guarnições motorizadas da Polícia Militar no entorno do TJPB. Isso foi possível após reunião dos integrantes da comissão, sob a presidência interina do desembargador Arnóbio Alves Teodósio, com o comandante do 1º Batalhão da PM de João Pessoa, coronel Carlos Roberto Silva Sena. A medida foi elogiada pela presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), juíza Maria Aparecida Sarmiento Gadelha.

Muros e gradil por mais segurança

Ainda na área de segurança, o Tribunal de Justiça da Paraíba investiu na construção de um muro de proteção no Fórum Affonso Campos, da Comarca de Campina Grande. Em Cajazeiras, foi contratada empresa para instalação de gradil e muro no entorno do Fórum.

Comissão avalia aplicação do projeto e sua expansão

A Comissão de Segurança do Tribunal de Justiça da Paraíba realizou a última reunião de 2018, no dia 10 de dezembro, no Fórum de Bayeux. Na ocasião, foram debatidos vários assuntos, entre eles a segurança de magistrados, a solução sobre manutenção dos bens apreendidos em processos criminais e apresentação do Relatório de Matrizes de Risco ao presidente da Comissão, desembargador Carlos Martins Beltrão Filho. Em seguida, a equipe recebeu o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, que foi verificar os ajustes realizados no local para receber o projeto Acesso Seguro.

“Mais um avanço da Comissão, que tem trabalhado pela busca constante da melhoria da segurança dos Fóruns. As instalações estão em condições de atender tanto as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça quanto do Tribunal, no sentido de assegurar aos policiais a guarda adequada das armas”, observou o presidente do TJPB.

Para a instalação do Acesso Seguro, foi realizado

treinamento com 12 servidores do Fórum de Bayeux, ministrado pelo servidor-coordenador do Projeto, Jardel Rufino Sá.

Durante a apresentação do relatório, foram analisados fatores: estrutural, entorno, acessos, incêndio, crime, processos e pessoas. Foram estudados, ainda, a probabilidade, magnitude e risco nos Fóruns Criminal e Cível da Capital, do Anexo Administrativo do TJPB e do João XXIII, onde está localizado parte da área administrativa.

As reuniões setoriais da Comissão de Segurança é uma prática trazida pelo desembargador Carlos Beltrão, que visa descentralizar as ações do grupo e verificar a situação das unidades. Nessa reunião compareceram o desembargador Arnóbio Alves Teodósio, os juízes da Comarca Euler Jansen e Conceição Marsicano, e os demais integrantes da comissão, juízes Eslu Eloy (auxiliar da Presidência), Adriana Lins de Oliveira Bezerra (titular de Esperança) e Carlos Neves da Franca Neto (titular da VEP da Capital).



Em dezembro de 2018, a Comissão de Segurança fez uma avaliação sobre a aplicação do Projeto Acesso Seguro.





INFRAESTRUTURA



Diretoria de Comunicação convocou a imprensa para que o desembargador Joás de Brito anunciasse as medidas tomadas sobre o prédio do TJPB.



PRESERVAÇÃO

Para obras estruturais, prédio do Tribunal é interditado

Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico, o prédio do Tribunal de Justiça da Paraíba, localizado na Praça dos Três Poderes, em João Pessoa, é, sem dúvida, uma das mais belas edificações da Capital paraibana.

No sentido de garantir sua preservação, logo após assumir a Presidência do TJPB, em fevereiro de 2017, o desembargador Joás de Brito Pereira Filho requereu às Gerências de Engenharia e de Arquitetura uma avaliação técnica da estrutura do Palácio da Justiça, quando foi constatada a necessidade de recuperação. Devido a problemas estruturais, o prédio foi interditado.

Os acessos foram fechados a partir de abril de 2018. Para o desembargador Joás de Brito, a reforma era uma questão não apenas de manutenção, mas, também, de preservação da história do Judiciário.

“Apresentamos um plano para reforma. Desde o início, dentro do princípio da transparência, que prezo muito, fiz alerta e envidei esforços para solucionar o problema, inclusive, notificando o Governo do Estado sobre a situação em que se encontrava o prédio”, disse o desembargador.

Para a execução, porém, o Tribunal precisa de ajuda financeira. “Buscamos, com apoio de órgãos como Iphan e Iphaep, viabilizar recursos para bancar o projeto. Efetivamente, não possuímos recursos para enfrentar uma reforma dessa natureza”, afirmou.

A interdição total do prédio do Palácio da Justiça ocorreu no dia 25 de abril, após a Presidência do TJPB comunicar ao Ministério Público do Trabalho (MPT) os problemas enfrentados com relação ao teto do edifício. Em seguida, foi firmado um acordo com vistas à definição de prazo para a desocupação do imóvel.

Um outro acordo, firmado entre os Poderes Judiciário e Executivo, prevê, em uma das cláusulas, a viabilização da reforma do prédio do TJPB. No dia 7 de dezembro de 2018, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou os termos do acerto nos autos do Mandado de Segurança nº 35.648.

Além da transferência dos gabinetes dos desembargadores para o 4º e 5º andares do Anexo Administrativo, outras medidas foram tomadas para garantir a continuidade das atividades judiciais. O presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, autorizou, por exemplo, o Teletrabalho, que possibilitou a servidores desenvolverem suas tarefas em casa, com o uso de tecnologia.



As Diretorias de Finanças (DIFIN), Administrativa (DIADM), de Gestão de Pessoas (DIGEP), de Gestão Estratégica (DIGES) e de Processo Administrativo (DIPRO), que exerciam as atividades no Anexo Administrativo, foram deslocadas para o antigo prédio do Instituto João XXIII, na Rua Professor Batista Leite, nº 151, no Bairro do Roger.

TECNOLOGIA AJUDOU NA MUDANÇA DE PRÉDIO

O TJPB é um dos tribunais do país com maior expansão do Processo Judicial eletrônico (PJe), que dispensa o uso de papel na tramitação. Aliado a isso, a comunicação entre setores do Judiciário ocorre de maneira virtual, através do Malote Digital.





INFRAESTRUTURA

COMPLEXO EM MANGABEIRA

Nova edificação reúne Arquivo, Hemeroteca e Almoxarifado

A Gerência de Acervo, o Arquivo Geral, a Hemeroteca e o Almoxarifado do Poder Judiciário estadual já estão instalados e funcionando no Complexo Judicial Desembargador João Sérgio Maia, no Bairro de Mangabeira, em João Pessoa. Até pouco tempo, parte dessas unidades funcionava em prédios locados, como o Arquivo e o Almoxarifado.

A transferência para o Complexo gerou ao Tribunal de Justiça da Paraíba uma economia mensal no valor de R\$ 61 mil, segundo informação da Diretoria Administrativa do TJPB. No local, estão em fase de instalação um auditório, um Centro de Conciliação, e o Centro Comunitário Vereador Pedro do Caminhão.

O diretor administrativo do TJPB, Omar Gama, explica que o Centro Comunitário funcionará a partir de uma gestão compartilhada entre o Tribunal de Justiça e a Prefeitura de João Pessoa. “O Centro contará com uma biblioteca e será aberto ao público da comunidade de Mangabeira”, disse.

O Complexo conta com três amplos galpões, com áreas acima de mil metros quadrados cada. A edificação possui pé-direito duplo (distância ampla entre o teto e o chão, com estrutura reforçada), permitindo, assim, um uso verticalizado, o que, praticamente, pode duplicar a área instalada, conforme o setor de Engenharia e Arquitetura do TJPB.

A concepção moderna do Complexo, com espaços planejados, e a localização do prédio foram destacadas pelos supervisores Talita dos Santos Rosa (Acervo), João Paulo (Arquivo) e Ataídes Cassimiro da Silva (Almoxarifado).

“Além da economia, é importante ressaltar o ambiente moderno em que estamos trabalhando. No caso do Almoxarifado, o prédio é perfeito, com áreas próprias para carga e descarga. Tudo isso, sem falar na localização, próximo do Fórum Regional de Mangabeira, da Esma e da Corregedoria”, declarou Ataídes.

O supervisor João Paulo chamou a atenção para a climatização do local, o que, segundo ele, “é motivo de satisfação para os servidores que trabalham no Arquivo-Geral”. Já Talita dos Santos acrescentou que o prédio conta, ainda, com um amplo estacionamento para os servidores e visitantes. “E, o mais importante, o Centro Comunitário”, observou.

Parceria - Iniciada na gestão do desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, e concluída no biênio do presidente Joás de Brito Pereira Filho, a obra é fruto de uma parceria com a Prefeitura de João Pessoa, que cedeu o terreno ao Judiciário, por meio da assinatura de um Termo de Cessão de Uso, pelo período de 50 anos. Em contrapartida, o Tribunal se comprometeu a instalar, no próprio Complexo, uma área destinada à comunidade, estruturada com salas e computadores, voltada a treinamentos, lazer, entre outros objetivos.



OBRAS EM FÓRUNS

A unidade judiciária da Comarca de Queimadas foi totalmente reformada. Em Cajazeiras, foram iniciadas obras de ampliação e construção de Depósito e Arquivo, além de serviços de acessibilidade no interior do Fórum. Em Campina Grande, o TJPB deu início à troca do chiller (resfriador de água) do sistema de climatização. Projeto de acessibilidade, com a instalação de elevador, começou a ser desenvolvido no Fórum de Mangabeira, na Capital. Outra reforma iniciada foi a do Fórum do Conde.



HUMANIZAÇÃO

Fórum ganha sala para pessoas com crianças

O Tribunal de Justiça da Paraíba criou um espaço no Fórum Cível da Capital para proporcionar conforto e melhor atendimento às pessoas que têm crianças e participam de audiências na Vara de Família.

Em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (Seccional Paraíba), que cedeu os equipamentos, foram inaugurados, no dia 20 de agosto de 2018, a Sala de Amamentação, a Brinquedoteca e o Fraldário. O espaço recebeu o nome da defensora pública Maria de Fátima Lopes e localiza-se no 2º andar do Fórum Cível.

Ao participar do evento, o vice-presidente do TJPB, desembargador João Benedito da Silva, disse que o ambiente tem uma importância singular na vida do Judiciário e, principalmente, daquelas pessoas que, diariamente, utilizam seus serviços.

“A OAB nos traz esses equipamentos, atendendo às pessoas que estão a litigar o seu direito em Juízo, per-



mitindo que possam colocar os seus filhos para brincar com segurança, amamentá-los, trocar suas fraldas, enquanto estão em audiências”, disse o desembargador.

O diretor do Fórum Cível, juiz Carlos Sarmiento, afirmou que, desde quando integrou a Vara de Família da Capital, idealizou um espaço semelhante ao entregue. “Hoje, meu sonho se realizou, após abraçar o projeto da Comissão de Mulheres da OAB, de criar a sala de amamentação e o fraldário. Sugerir a inclusão de uma brinquedoteca, agregada ao projeto”.

A presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB, Carolina Lopes, destacou ser o espaço de fundamental importância para toda mulher, jurisdicionados e servidores. “Nós víamos muitas mães dando de mamar a seus filhos nos corredores, porque não tinham espaços adequados e foi por causa dessa carência que fomos atrás dessa parceria com o Tribunal”.



RECURSOS HUMANOS

TELETRABALHO

Produtividade de servidores cresce com o trabalho em casa

Em 16 de julho de 2018, o Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba aprovou a Resolução nº 06, que regulamentou o teletrabalho no Judiciário estadual paraibano, permitindo que funcionários pudessem executar suas atividades em casa, de forma remota, atendendo aos parâmetros fixados na Resolução nº 227/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para viabilizar a implantação do método de trabalho a distância no 1º e 2º graus, o TJPB criou uma comissão, coordenada pelo vice-presidente do Tribunal, desembargador João Benedito da Silva.

“No Judiciário paraibano, o teletrabalho ocorre nas formas total e parcial, no que diz respeito à quantidade de dias úteis em que se trabalha”, afirma João Benedito. Outro aspecto que ele destaca é a manutenção da capacidade plena de funcionamento dos setores em que haja atendimento aos públicos interno e externo, definindo que a quantidade de servidores em teletrabalho, por unidade, não ultrapasse os 50% de sua lotação.

Três meses depois da implantação, verificou-se um aumento em mais de 300% da produtividade de servidores que se enquadraram nessa situação. Para se ter uma ideia, de acordo com o assessor da Presidência, João Miranda, em maio de 2017 haviam sido minutados 211 processos, número que chegou a 700 em maio de 2018, correspondendo a um aumento de 232%.



O servidor Rodrigo Nóbrega, com a esposa e os filhos, participa do programa de Teletrabalho.



Em junho, ocorreu o maior salto de confecção de minutas. Enquanto no mesmo mês de 2017, foram registrados 159 atos, em 2018 chegou-se a 836, o que corresponde a 343% de aumento. No mês de julho, o Gabinete da Presidência também apresentou melhor desempenho com o teletrabalho, sendo 566 feitos minutados em 2017 contra 894 em 2018.

Em outubro de 2018, a Comissão de Gestão do Teletrabalho reuniu-se para analisar e oferecer parecer sobre as indicações de servidores para execução de seus serviços em regime de Teletrabalho. Foram examinados cinco processos que continham a indicação de 15 servidores, opinando a comissão favoravelmente aos pedidos.

A adoção dessa modalidade também foi possibilitada por causa da tramitação virtual (PJe) de 100% dos novos processos, do ADMEletrônico e do Malote Digital. De acordo com a resolução, cada unidade judiciária poderá designar até 30% dos seus servidores, sendo admitida, excepcionalmente, a majoração para 50% nas unidades que adotarem o Teletrabalho misto.

REGULAMENTAÇÃO

A Resolução do CNJ que regulamenta o teletrabalho leva em consideração o princípio da eficiência para a Administração Pública e a necessidade de promover a qualidade de vida dos servidores, entendendo que o avanço tecnológico, a partir da implantação do processo eletrônico, possibilita o trabalho remoto ou a distância. Os principais objetivos dessa modalidade são: aumentar a produtividade, economizar tempo, reduzir custos de deslocamento dos servidores e ampliar a possibilidade de atividade daqueles que têm dificuldade para comparecer à unidade de trabalho.



Sessão que aprovou o Teletrabalho no Tribunal de Justiça da Paraíba. Ao lado, o desembargador João Benedito da Silva preside reunião do grupo que definiu as regras do Teletrabalho.



'Voluntários da Justiça' auxiliam nas atividades em comarcas

Pelo menos 60 profissionais foram designados pelo desembargador Joás de Brito Pereira Filho, no biênio 2017/2018, para atuar no projeto Voluntários da Justiça, auxiliando nas atividades das Comarcas de Patos, Sousa, Princesa Isabel, Cajazeiras, João Pessoa, Rio Tinto, Santa Rita, Monteiro, Campina Grande, Juazeirinho, Mari e Araçagi.

Instituído pela Resolução nº 15, de 29 de abril de 2015, o Serviço Voluntário no âmbito do Poder Judiciário da Paraíba possui 38 áreas de atuação, dentre elas Direito, Administração, Contabilidade, Jornalismo ou Comunicação Social, Publicidade, Arquivologia, Computação e Economia.

Não remunerado, o serviço é contado como efetiva atividade profissional, para fins de estágio, concurso público e experiência de trabalho. O prazo de duração de atuação é de um ano, prorrogável por igual período.

A Coordenadoria do Serviço Voluntário foi administrada pela gerente de Capacitação da Escola Superior da Magistratura (Esma), Rosa Virgínia Oliveira, e pela gerente de Desenvolvimento, Ilcione Maciel Bandeira, ambas designadas pelo presidente do TJPB. Como coordenador adjunto atuou, no biênio 2017/2018, o diretor de Gestão de Pessoas do TJPB, Einstein Roosevelt Leite.

Três meses depois da
implantação do Teletrabalho,
verificou-se um aumento
em mais de 300% da
produtividade de servidores.

DIA COMEMORATIVO

TJPB promove momentos de bem-estar a servidores

O Tribunal de Justiça da Paraíba promoveu, no biênio 2017/2018, momentos de bem-estar para os servidores do Poder Judiciário estadual, como forma de homenageá-los pelo seu dia, comemorado em 28 de outubro. Foram oferecidos cortes de cabelo, esmaltação, limpeza de pele, design de sobrancelha e maquiagem, sem prejuízo das atividades judiciais.

Denominada de Semana do Servidor, o evento contou com a oferta de serviços estéticos de forma gratuita. Em 2017, o evento foi realizado no período de 23 a 27 de outubro, no Auditório Alcides Carneiro, no prédio do Tribunal de Justiça. Em 2018, ocorreu entre os dias 22 e 26, no Anexo Administrativo Desembargador Archimedes Souto Maior, e, também, nos Fóruns Cível, Criminal, e Regional de Mangabeira, e nos setores administrativos localizados no Anexo do Instituto João XXIII, todos na Capital. O encerramento das comemorações foi no dia 29 de outubro, no Fórum Affonso Campos, em Campina Grande.

O presidente Joás de Brito disse que os servidores representam uma força de trabalho pri-

mordial para o bom funcionamento da Justiça e, por essa razão, são merecedores da homenagem.

A iniciativa foi proposta pela Gerência do Cerimonial do Tribunal, e a gestão decidiu abraçar. As empresas parceiras disponibilizaram seus melhores profissionais e produtos de alta qualidade para proporcionar esse momento aos servidores do Judiciário estadual. Durante o evento no Anexo Administrativo, o desembargador Joás realizou sorteio de brindes oferecidos pelas empresas.



O presidente Joás de Brito elogiou o trabalho desenvolvido pelos servidores, "força primordial para o bom funcionamento da Justiça".



QUALIDADE DE VIDA

Mais saúde para todos

Na gestão do desembargador Joás de Brito Pereira Filho, a política de valorização do servidor do Poder Judiciário estadual pode ser aferida, também, por meio de atendimento na área de Saúde, serviço realizado pela Gerência de Qualidade de Vida (Gevid), da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Em dois anos, a Gevid promoveu uma média de 51 atendimentos por dia, nas áreas Médica, Odontológica, de Nutrição, Serviço Social, Psicologia e de Osteopatia, além da promoção de campanhas de vacinação.

Por meio do Programa Vida e Saúde, a Gevid desencadeou uma série de ações, a exemplo do Projeto Despertar Saúde, que deflagrou campanhas educativas/informativas sobre saúde, realizadas no Anexo do TJPB. Houve, também, divulgação através da internet, com elaboração de informativos virtuais disponíveis no portal do TJPB (www.tjpb.jus.br) sobre os temas: Dicas sobre Nutrição, Hipertensão, Diabetes, Colesterol.

A Gevid promoveu, ainda, a divulgação do Cronograma do Projeto Qualidade de Vida em Ação Itinerante 2018 (Semana da Saúde Preventiva); Dia Mundial da Saúde; Gripe H1N1 (prevenção); e Outubro Rosa (prevenção do câncer de mama). No portal do Tribunal foram disponibilizadas cartilhas virtuais: Saber Viver Sem Dort; Dort (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho); Saúde do coração; Colesterol e Hipertensão.

A gerente do setor, Valéria Beltrão, disse que outra iniciativa que recebeu boa aceitação por parte dos servidores foi o Projeto Terapias Alternativas. Trata-se de métodos reconhecidos pelas manifestações populares (medicina não convencional), considerados como práticas voltadas à saúde e ao equilíbrio vital do homem.

"Essas práticas são reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como atividades terapêuticas principais ou mesmo complementares em diversas patologias, atuando em casos diversos como: algias, insônia, enxaqueca, alergias, problemas gastrointestinais, dores articulares, patologias ocupacionais (Dort e Ler), ansiedade, etc.", ressaltou a gerente, acrescentando que o trabalho é realizado pela equipe de Fisioterapia do TJPB (Acupuntura e Auriculoterapia) no prédio Anexo do TJPB e através do Projeto Qualidade de Vida em Ação Itinerante (PQVAI).

Para Valéria Beltrão, o Projeto Ginástica Laboral também merece destaque. A atividade registrou 425 visitas a diversos setores do Tribunal de Justiça e Anexo Administrativo, de janeiro a junho de 2018, beneficiando 1.278 servidores. No mesmo período, foram visitadas 23 seções do Fórum de Mangabeira, com atendimento a 31 pessoas.



A Gerência de Qualidade de Vida desenvolve atividades de medição da pressão arterial e de peso, auriculoterapia e acompanhamento da taxa de glicemia, dentre outros serviços médicos.



No que diz respeito ao Projeto Qualidade de Vida em Ação Itinerante, a Gevid elaborou e divulgou, em janeiro de 2018, o planejamento anual das visitas às unidades judiciárias da Comarca da Capital. Até julho, o projeto esteve presente nos Fóruns Cível, Criminal, Regional de Mangabeira, da Infância, da Violência Doméstica e, também, na Escola Superior da Magistratura e Corregedoria-Geral de Justiça. Houve, ainda, ações na região metropolitana da Capital, com atividades em Cabedelo, Bayeux e Santa Rita.

De acordo com Valéria Beltrão, o Tribunal, por meio da Gevid, promoveu a distribuição da guia médica para os exames em algumas unidades judiciárias da Capital e nas Comarcas de Santa Rita, Bayeux e Cabedelo, com a justificativa da necessidade de se acompanhar o estado de

saúde dos magistrados e servidores, detectando, precocemente, patologias relacionadas ao trabalho. “Por ser uma ação preventiva, busca preservar a saúde e a qualidade de vida de nossa clientela por meio dos exames clínicos e avaliações laboratoriais”, declarou a gerente.

Em ação conjunta com as atividades do Projeto Qualidade de Vida em Ação Itinerante (PQVAI), no mês de fevereiro de 2018, foram realizadas algumas atividades de sensibilização sobre a importância da Saúde Preventiva e a Importância dos Exames Periódicos. Após a apresentação dos resultados dos exames, magistrados e servidores recebem o ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), além de serem assistidos e acompanhados, caso necessário, conforme suas condições de saúde.

VACINA

A campanha de vacinação de Influenza alcançou, através de parcerias com as Secretarias de Saúde Estadual e Municipais, 100% das Comarcas. Em 2017, foram vacinados 2.231 pessoas e, em 2018, 2.355.

GEVID

A Gevid direciona suas ações e metas para o cumprimento da Resolução nº 207, de 15 de outubro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata da Política de Atenção Integral à Saúde de magistrados e servidores.

PILATES

Desenvolvido com objetivo de prevenir as patologias relacionadas ao trabalho, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e satisfação, o Projeto atraiu servidores de quase todos os setores administrativos do Tribunal de Justiça. Visa minimizar o stress e o desconforto muscular de servidores e magistrados, bem como aumentar a produtividade, motivação e concentração na atividade funcional.





COMUNICAÇÃO



CREDIBILIDADE

Boas práticas, notícias e decisões do Judiciário divulgadas com ética e responsabilidade

Com transparência, ética e responsabilidade, as boas práticas, notícias e decisões do Poder Judiciário estadual foram levadas à população pela Diretoria de Comunicação Institucional, por meio do portal do TJPB (www.tjpb.jus.br) e diversos sites, rádios, TVs e jornais, de modo a oferecer mais conhecimento a respeito do funcionamento da Justiça e aproximá-la da sociedade.

O trabalho da equipe de jornalistas – sempre preocupados com a credibilidade da informação – obteve o respeito da imprensa local e nacional. Reportagens produzidas tanto por profissionais do portal quanto pela equipe do Núcleo de TV repercutiram nos principais veículos de comunicação da Paraíba e nacionais, a exemplo dos sites do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Consul-

tor Jurídico, Lex Magister e Rádio e TV Justiça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Essa divulgação é o reconhecimento da qualidade do conteúdo produzido pelo setor de Comunicação”, ressalta a diretora Cristiane Rodrigues. Ela destaca a liberdade de expressão e o apoio dado pelo presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, e a parceria com diretores e gerentes da gestão, no acesso à informação.

“Essa cooperação garantiu total transparência das informações”, enfatiza Cristiane, lembrando, ainda, do apoio dos desembargadores, juízes, assessores e servidores no envio de decisões e ações das respectivas unidades judiciárias.

Maior visibilidade e transparência

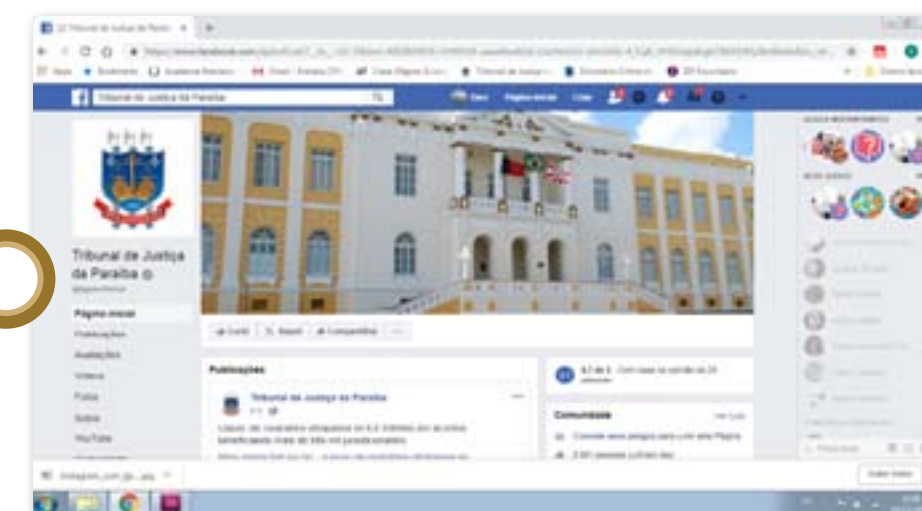
Buscando aumentar a visibilidade do Poder Judiciário estadual, a Diretoria de Informação Institucional teve a iniciativa de reativar o convênio com a Assembleia Legislativa para permitir a veiculação de um programa quinzenal nas TVs Assembleia e Câmara. A ideia foi abraçada, de imediato, pelo presidente Joás de Brito Pereira Filho, e, em 2 de agosto de 2017, o convênio foi assinado. O Programa de TV do Tribunal de Justiça da Paraíba tem duração de 30 minutos e traz as principais ações e decisões do Judiciário.

Com uma mudança idealizada pelo setor de imprensa, o site do TJPB ganhou um novo formato em 12 de julho de 2018. “A mudança o tornou mais dinâmico e de fácil acesso, ampliando o número de serviços”, afirma a diretora Cristiane Rodrigues, responsável pela coordenação do trabalho, colocado em prática pelos servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal (Ditec).

Outra iniciativa do Setor de Comunicação foi a elaboração do Calendário de 2018 com a participação dos servidores e magistrados. Foi realizado um concurso fotográfico e selecionada as 12 melhores fotos para compor o calendário, sendo as dos demais participantes inseridas na folha-painel ao final.



Portal do TJPB (www.tjpb.jus.br): nos anos de 2017 e 2018, a página do TJPB na internet (www.tjpb.jus.br) registrou 32,3 milhões de visualizações.



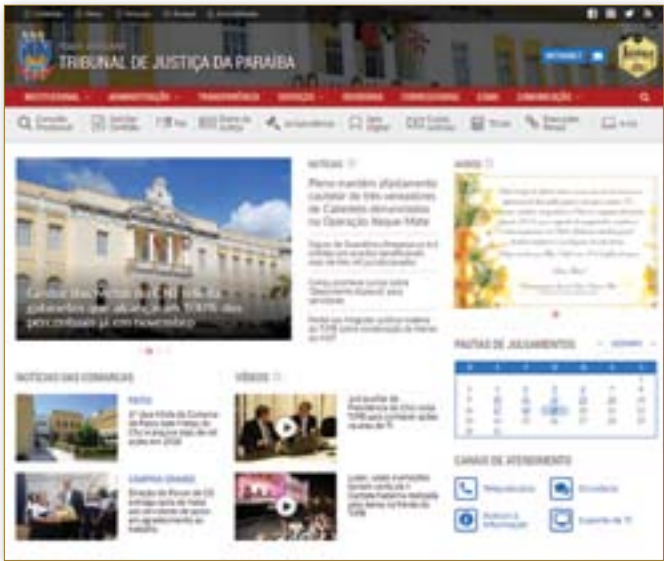
Nova estrutura física e reestruturação do Núcleo de TV

Durante a gestão do desembargador Joás de Brito, nos anos de 2017 e 2018, a Comunicação renovou sua estrutura física, proporcionando um ambiente mais adequado ao desenvolvimento de suas atividades.

“O Núcleo de TV foi reativado e foi montado um espaço para o funcionamento do estúdio de rádio; a redação foi ampliada, ganhou novos computadores

e uma copa, local onde a equipe se reúne para trocar ideias e tomar um cafezinho para recarregar as energias”, disse Cristiane.

Toda a produção jornalística é disponibilizada no Portal Institucional (www.tjpb.jus.br), e, posteriormente, encaminhada por e-mail para a imprensa. A ideia é avançar na divulgação das ações, decisões e serviços do Judiciário.



Com 305 publicações, o Instagram alcançou 5.428 seguidores. O Facebook do TJPB atingiu a casa dos 8.902 seguidores, com 8.898 curtidas. Já os números do Twitter são os seguintes: 9.948 mil seguidores, 8.402 publicações.

Portal registra mais de 32,3 milhões de visualizações em dois anos de gestão

Nos anos de 2017 e 2018, a página do TJPB na internet (www.tjpb.jus.br) registrou 32,3 milhões de visualizações, com uma média mensal de 1.347.847 acessos, de acordo com monitoramento de técnicos da Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec). Os números tornam o site um dos mais visitados na Paraíba.

Desses 32,3 milhões de visualizações, metade correspondeu a ‘sessões’, o que na linguagem da área tecnológica representa pessoas que entraram no portal e acessaram uma ou mais páginas, isto porque o portal do TJPB é constituído por hotspots, que oferecem inúmeros serviços, como o programa ‘Conhecendo o Judiciário’, a Coinju (Infância e Juventude), Coordenadoria da Mulher, Vida e Saúde, Núcleo de Conciliação, Memorial Virtual, Esma, Corregedoria, dentre outros.

Uma amostragem de acessos, de janeiro a agosto de 2018, revela que o link ‘PJe’ recebeu 2.401.698 visualizações, o que equivale a 21,93% de páginas visitadas no período. A visualização do ‘Consulta Processual’ atingiu 7,94% no mesmo tempo, com 869.703 visitas. Outra página bastante visitada, ainda conforme a amostragem, é a ‘Solicitar Certidão’, com 92.739 acessos.

DICOM: Produção de 3.917 matérias no biênio, além de 174 reportagens para televisão

A Diretoria de Comunicação Institucional (Dicom) do Tribunal de Justiça da Paraíba produziu, no período de 1º de fevereiro de 2017 a 19 de dezembro de 2018, um total de 3.917 matérias, sendo 1.747 no ano de 2017 e 2.170 em 2018. O número revela uma média de 162 reportagens por mês, abordando decisões jurídicas, ações realizadas nas unidades judiciárias e eventos promovidos no âmbito do Poder Judiciário estadual.

No mesmo período, foram produzidos 44 programas de TV, ‘Judiciário em Revista’, que é transmitido nas TVs Assembleia (canal 41, TV aberta, e 11, na NET) e Câmara (canal 39, TV aberta, e 23, na NET), além de 174 vídeos. Desse total, muitas reportagens foram replicadas em veículos de comunicação de alcance nacional, como o site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); a TV e Rádio Justiça, do Supremo Tribunal Federal; Voz do Brasil; Portal Lex Magister; e o site da Associação dos Magistrados da Infância e Juventude (Abraminj).

Na imprensa local, 1.390 notícias sobre o Poder Judiciário estadual foram publicadas nos dois jornais de circulação estadual: Correio da Paraíba e A União. Já nos portais, foram 2.987 postagens em 2017, contra 1.958 no corrente ano, totalizando 4.945 publicações.

De acordo com a diretora de Comunicação do TJPB, Cristiane Rodrigues, o alcance demonstra a qualidade do conteúdo das matérias produzidas pela equipe de jornalismo da Diretoria, que busca, diariamente, levar ao público, interno e externo, as boas práticas do Judiciário estadual e as decisões do Pleno, dos órgãos

fracionários e dos juízes de 1º Grau. “O trabalho da Dicom vem contribuindo para ampliar a visibilidade das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça da Paraíba”, ressaltou.

De 1º de fevereiro a 19 de dezembro, 128 notícias tiveram alcance nacional. Foram exibidas na TV Justiça 47 reportagens editadas pelo Núcleo de TV da Diretoria de Comunicação, e oito áudios levados ao ar na Rádio Justiça, entre entrevistas com magistrados e offs gravados a partir de matérias do TJPB. No site do CNJ, foram publicadas 25 matérias produzidas pela Dicom. Já o Portal Lex Magister, especializado em assuntos jurídicos, replicou 37 notícias. Houve, ainda, publicações nos sites da Abraminj (9), Consultor Jurídico (1) e da Anoreg Nacional (1).

Ainda sobre a produção, no ano de 2017, os maiores índices de matérias redigidas e publicadas no site do TJPB foram verificados nos meses de agosto (222 matérias), outubro (220) e setembro (184). Em 2018, foram nos meses de agosto (231), outubro (217) e novembro (206). Os dados apontam que, no período, agosto foi o mês de maior produção de notícias.

A Diretoria de Comunicação lançou mão, também, das redes sociais, como forma de divulgar suas ações. De acordo com o gerente de Comunicação, Valter Nogueira, com o advento das mídias sociais, o trabalho da Dicom avançou consideravelmente. “Tem, continuamente, alcançado resultados jamais vistos na história recente do Poder Judiciário estadual”, ressaltou.





CORREGEDORIA

MORADIA LEGAL

Projeto garante escrituras de imóveis para famílias de baixa renda



Para garantir à população de baixa renda o direito ao registro de imóveis em situação irregular, entre outros procedimentos relacionados à Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social, a Corregedoria-Geral de Justiça lançou o Programa 'Moradia Legal'.

O primeiro município paraibano a adotar o programa foi Alhandra, por meio do Termo de Cooperação nº 01/2017, assinado entre a Corregedoria, a Prefeitura, o Cartório Extrajudicial Velton Braga e a Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg-PB). Outros municípios que firmaram convênio foram Coremas, Água Branca, Princesa Isabel, Areia e João Pessoa (por meio da Companhia Estadual de Habitação Popular - Cehap).

O projeto Moradia Legal leva em consideração a necessidade de estreitar a cooperação entre a Corregedoria, municípios e Estado, cartórios, associações e organizações não-governamentais que desenvolvem

atividades na área de habitação social, de forma a reduzir as demandas e conflitos fundiários urbanos.

"Quando assumi a Corregedoria, quis desenvolver um trabalho diferenciado, além das funções que são de competência do órgão. Nesse sentido, desenvolvemos o Moradia Legal, pois percebemos que havia muitas pessoas carentes com imóveis em situação irregular", afirma o corregedor-geral de Justiça, desembargador José Aurélio da Cruz.

No caso de Alhandra, cerca de 400 moradias foram escrituradas, sem custo para o proprietário ou ocupante. "Lá, existiam muitos assentamentos informais urbanos, onde as pessoas ocupavam essas residências sem titulação. Com a medida, o ocupante passou a ter o registro do imóvel, seja por meio de um direito real, concessão para fim de moradia, direito de uso ou mesmo a propriedade do bem", explica o juiz-

corregedor Herbert Lisboa, com atuação na área de Registro Público e que coordena os trabalhos.

"Primeiro, há um projeto elaborado pela Prefeitura, identificando os ocupantes e a metragem das áreas ocupadas. Depois, o documento é encaminhado para o Registrador Imobiliário, que faz as devidas matrículas, observando as isenções dos emolumentos e notifica os envolvidos. Ao final, é emitido o registro, que dá a titularidade do imóvel para aquele cidadão", revela o juiz.

As medidas adotadas pela Corregedoria-Geral de Justiça foram tomadas com base na MP 759/2016, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União e dá outras providências. A

MP atualizou as Leis nº 8.629/1993 e nº 11.952/2009 e possibilita a titulação aos seus ocupantes, como forma de garantir o direito social à moradia.

A assinatura do protocolo com a Cehap, órgão do Governo do Estado, e com o Município de Areia ocorreu no dia 13 de novembro de 2018. O primeiro convênio foi firmado entre a Corregedoria, o Cartório Carlos Ulysses (Serviço Notarial do 1º Ofício Registral e Imobiliário da Zona Sul), a Cehap e a Anoreg-PB, beneficiando os seguintes núcleos urbanos informais: Loteamento Portal Colinas II; Loteamento Colinas do Sul – prolongamento; José Mariz e Patrícia Tomaz.

Já o segundo convênio envolveu a Corregedoria, Anoreg, Município de Areia e o 1º Oficialato de Registro de Imóveis local. O documento prevê o atendimento aos Núcleos Urbanos Informais do Bairro da Jussara, com 128 unidades.

Assinatura do Moradia Legal com a Cehap e a Prefeitura de Areia



Alhandra foi o primeiro município a assinar convênio



Parceria foi firmada também com a Prefeitura de Água Branca





| CORREGEDORIA

CRI-PB

Cria a Central Eletrônica de Registro de Imóveis

A Corregedoria-Geral de Justiça criou, em maio de 2018, a Central Eletrônica de Registro de Imóveis da Paraíba (CRI-PB), para operacionalização do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), instituído pela Corregedoria Nacional de Justiça, por meio do Provimento nº 47/2015. A unidade online é integrada por todos os oficiais de registro de imóveis da Paraíba, com o objetivo de armazenar, concentrar e disponibilizar informações, efetivar as comunicações obrigatórias sobre os atos praticados e prestar os referidos serviços por meio eletrônico, de forma integrada.

De acordo com a Corregedoria, a comunicação eletrônica foi possível mediante adesão à Central de Serviço Eletrônico Compartilhado, em funcionamento

no Estado de Minas Gerais (CRI-MG).

O corregedor-geral de Justiça, desembargador José Aurélio da Cruz, explica que havia a necessidade de uma plataforma única com informações sobre o registro de imóveis, bem como para o intercâmbio entre os cartórios, o Poder Judiciário, a Administração Pública e os usuários.

O atendimento virtual trouxe grandes benefícios não só aos usuários, mas também a todo o mercado de crédito imobiliário, sem intermediação de terceiros. A CRI-PB está disponível na internet por meio de Termo de Cooperação Técnica entre a Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg) e a entidade operadora, capaz de se conectar com outras centrais de registro de imóveis existentes no país.

A Central compreende os seguintes módulos: protocolo eletrônico de títulos; certidão eletrônica; banco de dados simplificado; pesquisa eletrônica de bens e direito que permite a busca por CPF ou CNPJ para detectar bens imóveis registrados; ofício eletrônico; mandado judicial eletrônico e matrícula online. Os quatro primeiros começaram a funcionar em 1º de outubro de 2018. Os demais módulos estão previstos para funcionar em 2019.

Para efetivação dos serviços solicitados na CRI-PB, o usuário deverá efetuar pagamento do valor à Anoreg, em decorrência do serviço prestado pelo sistema. A certidão eletrônica terá a mesma validade e será revestida da fé pública que a certidão no papel que lhe deu origem.

CRA-PB

Central interliga Corregedoria aos cartórios de todo o país

As unidades judiciárias estaduais da Paraíba passaram a utilizar, a partir de 2017, a plataforma tecnológica Central de Remessa de Arquivos (CRA-PB), que, interligada aos cartórios, permitiu constituir o procedimento de protesto das certidões de débitos de custas judiciais em processos findos, com trânsito em julgado.

Em 24 de outubro, o presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, o corregedor-geral de Justiça, desembargador José Aurélio da Cruz, e o presidente do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil (IEPTB) – Seção Paraíba, tabelião Germano Carvalho Toscano de Brito, assinaram, nesse sentido, o Convênio nº 033/2017.

Pioneiro na Paraíba, o projeto constitui no procedimento de protestos das Certidões de Débitos e

Custas Judiciais, independente de prévio depósito dos valores relativos aos emolumentos, taxas, contribuições e demais despesas.

“O convênio é oriundo de estudos feitos nos estados de Minas Gerais e de Tocantins, por meio de suas Corregedorias-Gerais de Justiça”, disse o desembargador José Aurélio.

Para o presidente do Tribunal de Justiça, esta é uma forma de agilizar o pagamento das custas.

“Muitas vezes, o devedor resolve o problema do processo, até por meio da conciliação, e esquece que ainda ficou pendente o pagamento das custas, e, por esta razão, o processo continua ativo. Com o novo procedimento, haverá redução do estoque de processos, uma vez que, enquanto não forem recolhidas essas custas, o feito fica pendente”, disse.



Técnicos da Ditec fizeram apresentação da Central de Remessa de Arquivos ao corregedor

MATERNIDADES

Emissão de registros de nascimento é fiscalizada

O corregedor-geral de Justiça, desembargador José Aurélio da Cruz, e o juiz-corregedor José Herbert Luna Lisboa visitaram maternidades de João Pessoa para orientar diretores sobre a responsabilidade social da realização da lavratura do registro de nascimento de uma criança, logo após seu nascimento, ainda na maternidade. Além desse documento, há a exigência da inscrição do bebê no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

“É necessário que seja observada a orientação do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de ser inscrito, logo na certidão de nascimento, o CPF do recém-nascido, ato, inclusive, previsto no Código de Normas Extrajudicial da Corregedoria, em seu artigo 508-A”, explicou o corregedor-geral.

O desembargador José Aurélio disse que, para se ter um serviço eficiente, é preciso que as maternidades mantenham um local adequado ao atendimento feito pelos oficiais de registro civil de pessoas naturais, oferecendo internet de boa qualidade, por exemplo.

Ocorridas em abril de 2018, as visitas contaram, também, com as presenças do presidente da Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg-PB), Germano Toscano de Brito; do presidente da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais da Paraíba (Arpen-PB), Manfredo Góes; e do delegado adjunto da Receita Federal na Paraíba, Hamilton Sobral Guedes.



Uso do Selo Digital torna-se obrigatório por cartórios

Os mais de 500 cartórios notariais e registrais da Paraíba passaram a usar nos seus procedimentos, obrigatoriamente, o Selo Digital, para garantir transparência e segurança jurídica aos atos. De autoria do Poder Judiciário estadual e instituído pela Lei Estadual nº 10.132, de 6 de novembro de 2013, o sistema garante à Corregedoria-Geral de Justiça o controle administrativo da atividade notarial e registral.

A obrigatoriedade do uso do selo foi estabelecida por meio do Ato nº 62/2014, da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba. A não utilização da ferramenta passou a constituir ilícito administrativo, sendo considerada falta grave a ser apurada na forma da legislação vigente, sujeitando o titular da serventia às penalidades da Lei Federal nº 8.935/1994, sem prejuízo das sanções civis e criminais.

O Selo Digital conta com uma página no hotsite da Corregedoria-Geral de Justiça, hospedado no site do Tribunal de Justiça da Paraíba (www.tjpb.jus.br). Na página, a pessoa interessada encontrará todas as informações acerca da ferramenta.

“Existe a preocupação de informar às pessoas,

sobretudo, na seara da legitimação de seus direitos, a respeito dos procedimentos cartorários. Além de orientarmos e fiscalizarmos, temos, também, a missão de tranquilizar o jurisdicionado, o cidadão, também na esfera extrajudicial. A instituição do selo digital garante isso”, disse o corregedor-geral de Justiça, desembargador José Aurélio da Cruz.

Cada selo emitido ostenta sequência alfanumérica única, sendo composto por duas partes: ‘Código do Selo’, constituído por três caracteres alfabéticos e cinco numéricos; e ‘Dígito Verificador’, constituído por quatro caracteres alfanuméricos. Por exemplo: ABC12345-X1X2.

WEBCARTÓRIO

Em 24 horas, os cartórios devem informar, ao Tribunal, quais selos foram utilizados, inclusive com os principais dados do ato praticado, envolvendo todas as atividades notariais, como registro civil, de imóveis, tabelionato de notas, distribuição, títulos e documentos. O envio das informações dos cartórios ao Tribunal ocorre de forma online, seja pelo WebCartório, uma ferramenta disponibilizada pelo TJPB para esta comunicação, seja através de sistemas de automação do próprio cartório. Para confirmar a autenticidade do selo e, consequentemente do documento, o cidadão deve acessar o portal da Corregedoria-Geral de Justiça ou do Tribunal de Justiça e digitar o código do selo digital.

Acompanhamento das atividades de cartórios e comarcas

Buscando orientar os gestores das unidades judiciárias e servidores quanto à necessária organização cartorária, atenção às normas concernentes ao processo judicial eletrônico e ao cumprimento processual em tempo útil, a Corregedoria-Geral de Justiça da Paraíba se fez presente em todas as comarcas no biênio 2017/2018.

“O objetivo da Corregedoria é fazer com que a tutela jurisdicional do Estado não reste prejudicada, por conta de uma justiça tardia. Procuramos avançar num trabalho de fiscalização e orientação, mas de forma prudente e sensata e utilizando de bom senso razoável. Foram analisados cerca de 60 mil processos”, ressaltou o corregedor-geral, desembargador José Aurélio da Cruz.

Esse trabalho é realizado por uma equipe de seis servidores lotados na Corregedoria, e tem a supervisão dos juízes-corregedores Herbert Luna Lisboa, Ricardo da Costa Freitas e Silmary Alves de Queiroga Vito, sendo presidido pelo desembargador José Aurélio da Cruz, corregedor-geral de Justiça do Estado.

A Corregedoria deu início, com atividades nos dois anos de gestão, a uma fiscalização nos mais de 500 cartórios extrajudiciais, passando a diligenciar, no local. “Essa fiscalização, além de observar a necessária organização cartorária nessa seara, também tem o objetivo de melhorar as metodologias de trabalho, visando atender aos interesses de toda a população”, disse o corregedor.

João Pessoa sediou, de 13 a 15 de junho de 2018, o Encontro de Corregedores-Gerais dos TJs. A abertura ocorreu no Salão do Tribunal Pleno do TJPB, em grande estilo.



78º ENCOGE

Eficiência de magistrados, apadrinhamento afetivo, cadastro de adoção, o juiz nas redes sociais e outros temas em discussão

A aprovação da Carta de João Pessoa, contendo as deliberações acerca dos assuntos debatidos durante dois dias, marcou o encerramento do 78º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), no dia 15 de junho de 2018.

O evento transcorrido na Capital paraibana foi aberto, no dia 13, com palestra do ministro Humberto Martins, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedor nacional de Justiça, sobre 'A Conduta do Magistrado nas Redes Sociais'. Coube ao desembargador José Aurélio da Cruz, corregedor-geral de Justiça da Paraíba, anfitrião do evento, fazer a saudação aos participantes.

Foram abordados, no primeiro dia do Encoge, os temas 'Cadastro Nacional de Adoção', pela juíza Sandra Silvestre, auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça; e 'OMNI – Transformando dados em Inteligência de Negócio', pelo juiz Aristeu Dias Batista Vilella, auxiliar da Corregedoria do Mato Grosso, e equipe.

No dia 14, 'A eficiência do magistrado em sua unidade jurisdicional' foi o foco da palestra do desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (TJMG). Outros temas foram: 'Programa de Promoção de Magistrados – Promagis', pelo juiz-corregedor José Herbert Luna Lisboa e equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação; e 'Protesto de Custas Judiciais', pela juíza-corregedora Silmary Alves.

Ainda neste dia foi discutido o 'Apadrinhamento Afetivo', assunto tratado pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo. Os palestrantes Daniel Lima Vasconcelos e José Adailton Santos Alves, juízes-corregedores do Tribunal de Justiça de Sergipe, realizaram a última palestra: 'Inspeções Periódicas Automatizadas e Capacitação em Gestão'.

No encerramento, na Carta de João Pessoa, os corregedores-gerais estabeleceram metas para estimular programas estaduais para fomentar a adoção e o apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes em casas de acolhimento, inclusive com projetos de busca ativa de adotantes; incentivar a criação de Varas Regionais com competência na área da Infância e Juventude, como forma de propiciar maior abrangência de juízes especializados na matéria; compartilhar sistemas voltados às ações afirmativas de inclusão das crianças e adolescentes em família substituta e programas de apadrinhamento.

O documento aprovado estabeleceu, ainda, que as Corregedorias deveriam orientar os magistrados sobre condutas nas redes sociais; reafirmar a importância do tratamento estratégico das unidades judiciárias, com ações de planejamento e gestão, alinhadas aos projetos de aperfeiçoamento continuado de magistrados e servidores; entre outras deliberações.

Magistrados recebem comendas por serviços

Ainda na abertura do encontro, foram concedidas Medalhas de Honra ao Mérito 'Desembargador Décio Antônio Erpen', pelo Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, aos desembargadores Joás de Brito Pereira Filho (presidente do TJPB); Marcos Cavalcanti de Albuquerque (diretor da Esma); Humberto Martins (vice-presidente do STJ); André Leite Praça (presidente do CCOGE); Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça e presidentes); além do tabelião Germano Toscano de Brito (presidente da Anoreg-PB).

Na categoria Alta Distinção, a Medalha é concedida a autoridades públicas e privadas que tenham relevantes serviços prestados ao CCOGE ou contribuído, por qualquer meio e de modo eficaz, para o fortalecimento, aperfeiçoamento e celeridade da prestação jurisdicional ou à causa da Justiça.

O corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador José Aurélio da Cruz, foi eleito presidente do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos TJs (Encoge), substituindo o desembargador André Leite Praça. Para primeiro-vice-presidente foi escolhido o desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos (PE). Continuou como segundo-vice-presidente a desembargadora Iolanda Santos Guimarães (SE).

Também foram reconduzidos e continuam a fazer parte da Mesa a desembargadora Maria Zeneide Bezerra, corregedora-geral de Justiça do Rio Grande do Norte, como secretária, e o corregedor-geral do Rio de Janeiro, desembargador Cláudio de Mello Tavares, como tesoureiro do Colégio.



André Leite Praça (presidente do CCOGE) e Humberto Martins (vice-presidente do STJ).



O desembargador José Aurélio entregou medalha ao desembargador Joás de Brito.



Pedro Carlos Bitencourt Marcondes foi homenageado durante o Encoge.

OUVIDORIA

Mais de 90% das demandas são
solucionadas pelo canal de comunicação



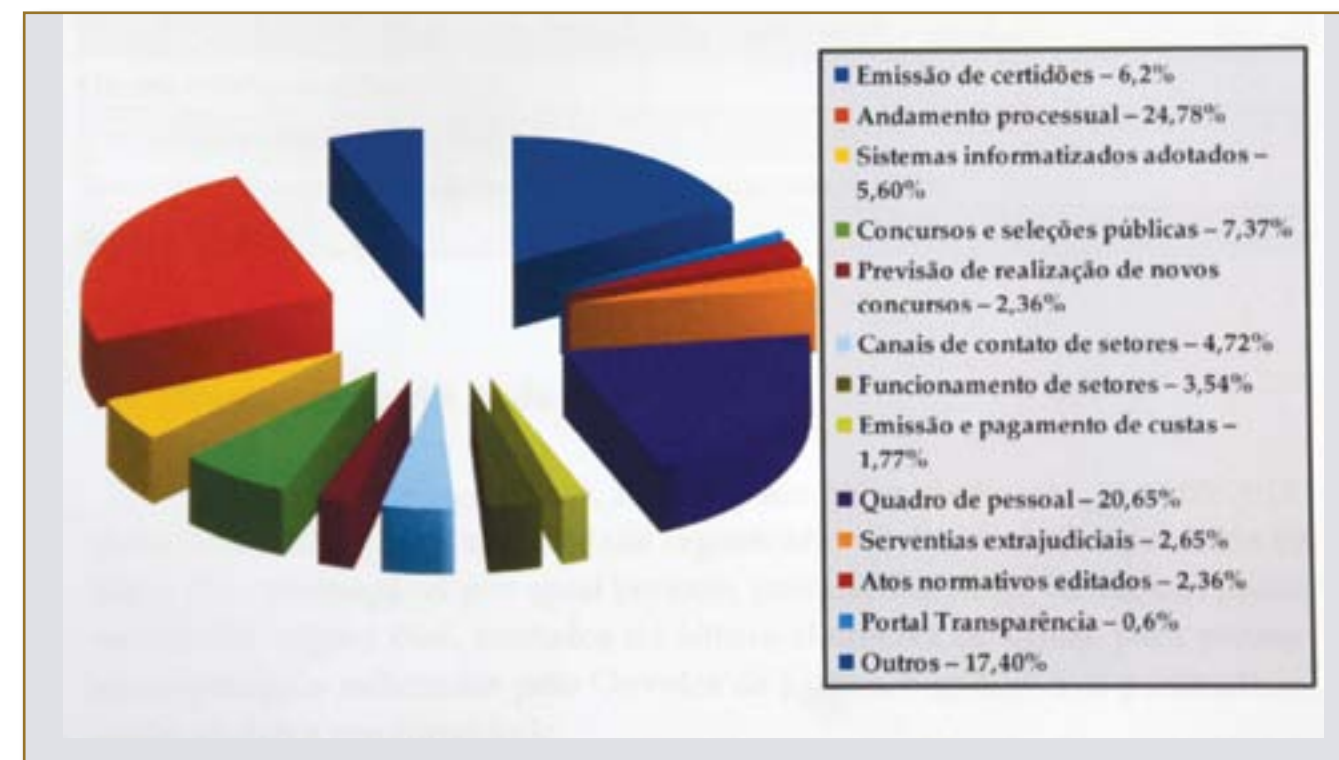
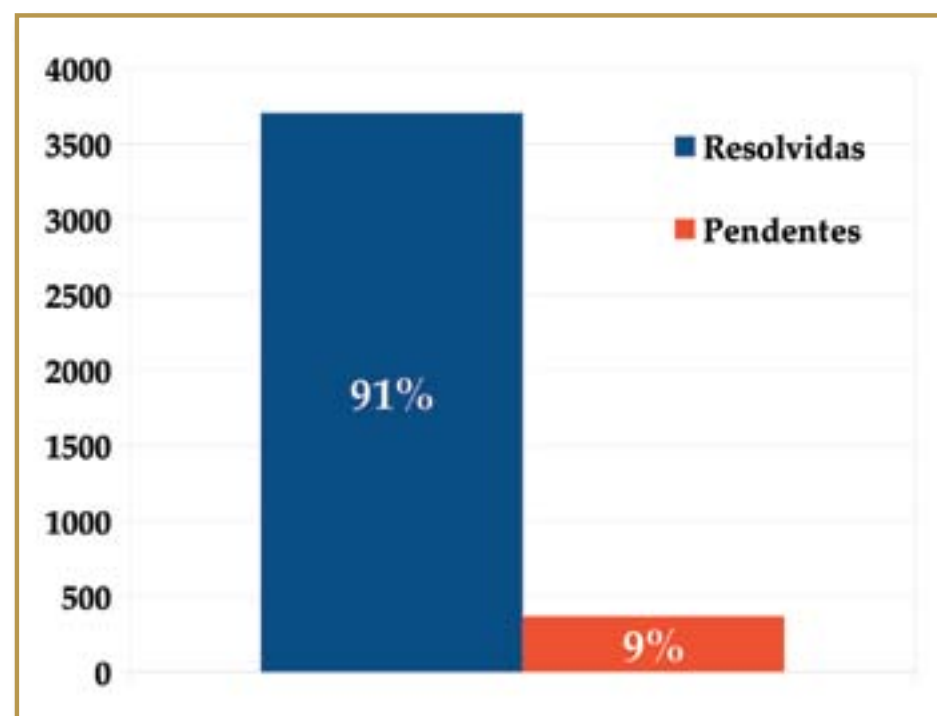
A desembargadora Fátima Bezerra entregou relatório sobre as atividades da Ouvidoria ao presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito.

A Ouvidoria de Justiça do Tribunal de Justiça da Paraíba alcançou 91% de resolutividade nas demandas recebidas nos anos de 2017 e 2018. O órgão registrou quase 10 mil consultas em dois anos. O setor consiste em um canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário estadual, tendo caráter informativo, educativo, propositivo e de orientação, sem qualquer conotação correicional.

Sob o comando da desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti, a Ouvidoria trabalha com a mediação do relacionamento entre a sociedade e todas as unidades do TJPB. Entre as demandas que podem ser direcionadas à Ouvidoria de Justiça estão pedidos de informação, críticas e sugestões, elogios, reclamações, denúncias e solicitações, de acordo com o que se elenca no

Artigo 6º da Resolução nº 9/2013 do TJPB.

As demandas recebidas pela Ouvidoria de Justiça são encaminhadas às diretorias do TJPB e, também, às demais unidades do Poder Judiciário, conforme a natureza dos questionamentos. As unidades, por sua vez, têm um prazo de 20 dias para prestar as informações solicitadas pelo órgão.



Mediação dos questionamentos dos usuários

A Ouvidoria tem mediado os questionamentos dos usuários, dirimindo dúvidas sobre emissão de certidões, andamento processual, o uso dos sistemas informatizados adotados pelo TJPB, como o PJe, por exemplo, entre outros. Também forneceu informações sobre a realização de concursos públicos, o funcionamento dos setores e quadro de pessoal.

A unidade do TJPB buscou, ainda, contribuir para a superação das dificuldades postas pelos usuários da Justiça no que diz respeito ao andamento processual, promovendo ações voltadas a estimular o uso dos meios alternativos de solução de conflitos, notadamente a conciliação e a mediação. "Essa ideia vem ao encontro do projeto lançado pelo Conselho Nacional de Justiça, denominado Ouvidorias de Justiça: Agentes Potencializadores da Mediação e Conciliação", ressaltou a desembargadora Fátima Bezerra Cavalcanti.

Inicialmente, a Ouvidoria procedeu à alteração do formulário de registro das demandas, dispo-

nibilizado no portal do Tribunal de Justiça da Paraíba (www.tjpb.jus.br), ao inserir a opção para que as partes ou seus procuradores deixassem consignados se desejam conciliar.

A Ouvidoria do Tribunal de Justiça foi criada pela Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010, que dispõe acerca da Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba (Loje). O órgão entrou em funcionamento a partir da sua regulamentação pela Resolução nº 09, de 31 de janeiro de 2013.

Todos os contatos realizados são cadastrados e submetidos a uma análise preliminar, para verificar a possibilidade de seguimento da demanda. O processamento será negado se versar acerca de matérias vedadas pelo Artigo 7º da Resolução nº 9/2013 do TJPB, a saber: anônimas, sem informações suficientes, com recursos passíveis de correção parcial, sobre matéria de direito, relacionadas a outros órgão públicos ou referentes a processos que correm em segredo de Justiça.

Conselho Estadual certifica cursos e dá credenciamento de 'Escola de Governo'

Credenciada como Escola de Governo pelo Conselho Estadual de Educação da Paraíba no ano de 2017, que concedeu autonomia para certificar cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e formação continuada, a Escola Superior da Magistratura (Esma), braço acadêmico do Tribunal de Justiça da Paraíba (Esma), ampliou no biênio 2017/2018 sua capacidade de ensino.

Reconhecida nas comunidades jurídica e acadêmica como instituição de excelência, pela contribuição ao ensino, pesquisa e extensão, a Esma completou 35 anos de fundação em setembro de 2018, contabilizando, nesse período, a formação de cerca de três mil alunos no Curso de Preparação à Magistratura (CPM), nos polos de João Pessoa, Campina Grande e Patos.

O diretor da Escola, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, destaca que, nos dois anos de sua gestão, foram promovidos seminários, palestras e cursos para o aperfeiçoamento de juízes e servidores do Poder Judiciário estadual em diversas áreas do Direito e de gestão pública, além de ter sido criada a Residência Judicial no CPM e dinamizado o Ensino a Distância (EaD).



O ministro Reynaldo Fonseca e o diretor da Esma, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, foram agraciados com a mais alta comenda do Governo do Estado, 'Medalha do Mérito Governador Antônio Mariz'. As honrarias foram entregues pelo governador Ricardo Coutinho.



Ministro Reynaldo Fonseca (alto) fez palestra nas comemorações do aniversário da Esma; o 'Café Jurídico' trouxe debatedores

Revista 'Direito, Política e Desenvolvimento'

Para a divulgação de trabalhos científicos, a Esma voltou a veicular sua revista, em 2018, após um hiato de 10 anos, com nova denominação: 'Direito, Política e Desenvolvimento – Volume II'. A publicação, com periodicidade anual, foi instituída pela Resolução nº 10, assinada pelo presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, em 12 de julho.

A revista, contendo 13 artigos dissertados por magistrados, servidores e colaboradores, abordou temas como Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente; Limites da Interpretação Jurídica e o Direito que Queremos Ter; O Multidialismo na Sala de Aula; A Representação da Morte na Poesia de Augusto dos Anjos; A Imputabilidade Penal do Psicopata no Ordenamento Brasileiro. O lançamento ocorreu no evento em que se comemoraram os 35 anos da Escola.

Comissão

Uma Comissão Editorial foi constituída para selecionar e aprovar os artigos. O Diário da Justiça do dia 19 de julho de 2018 trouxe a Portaria nº 004/2018 da Esma, constituindo um grupo formado pelos juízes Eduardo José de Carvalho Soares, José Herbert Luna Lisboa, Wladimir Alcibiades Marinho Falcão Cunha e Manuel Maria Antunes de Melo, além dos professores e doutores Fredys Orlando Sorto, Maria do Socorro Silva Aragão e Hildeberto Barbosa Filho. A Direção da Revista é do desembargador Marcos Cavalcanti.



O desembargador Marcos Cavalcanti inaugurou a nova biblioteca da Esma.

Residência Judicial

A recém-criada Residência Judicial, no Curso de Preparação à Magistratura, teve sua primeira turma em março de 2018. Estudos Preparatórios Profissionalizantes (Residência 1) e Prática Jurisdicional Tutelada (Residência 2), que fazem parte da grade curricular, possibilitam aos alunos conhecer técnicas de elaboração de despachos, de decisões e sentenças, de métodos consensuais de solução de conflitos, bem como de ética e hermenêutica, além da metodologia da pesquisa profissionalizante, e, por fim, o estágio nos gabinetes de juízes.

A ESCOLA EM TODAS AS COMARCAS

Outra conquista da Esma foi a adoção do Curso Preparatório para Mestrado, destinado a magistrados, servidores efetivos e comissionados do Judiciário estadual, por meio de convênio com a Universidade Católica de Santos (UniSantos) e a Squalis, nas áreas de Concentração do Direito Internacional e do Direito Ambiental.

Para garantir que os cursos oferecidos chegassem a todo o Estado, a direção da Escola criou o projeto 'Esma

nas Comarcas'. Foram realizadas aulas sobre Introdução às Ciências da Criminalística e à Medicina Legal na Prática da Magistratura; Sistema de Juizados Especiais; Prática no Plantão Judiciário; PJe para Juízes do 1º Grau; Filosofia do Direito; Dosimetria da Pena; Justiça Juvenil e Socioeducação; Direito da Infância e Juventude e Operacionalização do CNA; Crimes Cibernéticos, Formação de Preceptores; Media Training; Corregedor Permanente; e Fiscalização das Serventias Extrajudiciais.

'CAFÉ JURÍDICO'

Uma das iniciativas mais elogiada e destacada pela comunidade jurídica e acadêmica foi o projeto 'Café Jurídico', que tem o intuito de discutir sobre assuntos que estão em pauta na área do Direito no país. "Levamos a Esma para dentro das universidades e faculdades de Direito", ressaltou o desembargador Marcos Cavalcanti.

O projeto, que contou com a presença de mais de mil pessoas, abordou diversos temas como Crise Hídrica; Direito do Consumidor; Mediação e Arbitragem; Operação Lava Jato; Conceito de Verdade do Ato Jurídico; Crime Organizado e Sistema Carcerário; e Autismo.

AMBIENTE CLIMATIZADO PARA ESTUDOS

A Biblioteca da Esma, que passou a ser denominada 'Desembargador Paulo de Moraes Bezerril', ganhou novas instalações na gestão do desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque. O ambiente passou a oferecer melhores condições de estudos e pesquisas aos usuários, com 25 cabines individuais, num ambiente climatizado.



'CAFÉ LITERÁRIO'

Em novembro de 2018, a Esma abriu suas portas para o lançamento de oito livros e sessão de autógrafos, na primeira edição do Projeto 'Café Literário'.



As comemorações do aniversário da Esma reuniram, além de magistrados paraibanos, autoridades nacionais. "A Esma tem feito um relevante serviço no aperfeiçoamento de servidores e magistrados, cada vez mais, melhorando a prestação deste serviço que é essencial à atividade jurisdicional", afirmou o desembargador Joás de Brito.

CONHECENDO O JUDICIÁRIO



O desembargador Leandro dos Santos idealizou o Conhecendo o Judiciário para permitir que estudantes, especialmente do curso de Direito, pudessem conhecer de perto o funcionamento da Justiça.

'VIAGEM' PELA JUSTIÇA



RAIO-X DO
JUDICIÁRIO

Programa recebe estudantes e mostra o funcionamento do Poder Judiciário

Nos anos de 2017 e 2018, o Projeto Conhecendo o Judiciário recebeu 1.943 estudantes de diversos períodos dos cursos de Direito de universidades particulares e públicas da Paraíba, alunos do Ensino Fundamental e, também, vinculados ao Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), além de um grupo de juristas populares da Fundação 'Margarida Maria Alves', totalizando 20 instituições.

As 17 visitas foram acompanhadas pelo desembargador Leandro dos Santos, idealizador e coordenador do projeto. O objetivo é mostrar à sociedade como funciona a Justiça, quantos são e o que fazem os magistrados, a composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Cíveis e Criminal e propiciar uma aproximação maior entre a Justiça e a sociedade.

O desembargador Leandro dos Santos comemorou os resultados positivos em relação ao número de alunos beneficiados. "Foram dois anos muito proveitosos para o Projeto Conhecendo o Judiciário. Nosso calendário esteve cheio e, muitas vezes, tivemos que aumentar o número de dias das visitas para atender à demanda", ressaltou.

Em uma dessas visitas, o desembargador desabafou: "Cumprí, hoje, a missão de um professor, indo mais além e ensinando lições de vida e de como se preparar para um concurso público".

O desembargador Leandro dos Santos destacou que nada mais interessante e proveitoso para um aluno de Direito, do 4º período, do que poder experimentar e vivenciar as experiências de um desembargador com 30 anos de atividade no Judiciário. Lembrou que os futuros bacharéis podem seguir carreira na advocacia pública, privada, no Ministério Público e na própria magistratura. "Aqui, expomos a luta que é chegar a ocupar um desses cargos e profissões, mostrando que a única saída é a dedicação e o estudo concentrado, com métodos e entrega pessoal, tendo em vista que, para ter êxito na carreira profissional, não se consegue nada de improviso ou caindo do céu", aconselhou.

Acompanhando alunos da FESP Faculdades, o juiz Bruno Azevedo disse que a iniciativa do Conhecendo o Judiciário é muito positiva, porque consegue dar uma dimensão de uma vivência prática de como o Direito acontece nos órgãos que compõem o sistema de Justiça, ou seja, a tramitação processual.

"É algo que transcende a realidade de sala de aula, que é pautada, apenas, na vivência teórica. O projeto, por sua vez, consegue atrair a atenção do aluno para o dia a dia, da vivência do Direito nos casos concretos que chegam ao Judiciário", enfatizou o juiz.



O desembargador Leandro dos Santos durante recepção a estudantes do curso de Direito, no salão da Galeria dos Ex-presidentes do Tribunal de Justiça da Paraíba



AÇÕES SOCIAIS DO TJPB

AEMP

Ações ajudam jovens que cumprem medidas socioeducativas, creches e instituições de saúde

Projetos de formação profissional de jovens que cumprem medidas socioeducativas, de ressocialização de reeducandas por meio do estímulo à autoestima, de ajuda a instituições de saúde, abrigos e creches, e de confraternização no âmbito do Poder Judiciário foram desenvolvidos pela Associação das Esposas dos Magistrados e Magistradas da Paraíba (Aemp), na gestão 2017/2018, em parceria com o Tribunal de Justiça da Paraíba.

Cada vez mais, ações que vão além dos 'muros' do Tribunal têm o envolvimento de integrantes do Judiciário

e parceiros. Considerada o 'braço social' do TJPB, a Aemp promoveu, no Centro Profissionalizante Nossa Senhora de Fátima, pertencente à entidade, 22 cursos de preparação ao mercado de trabalho oferecidos a jovens infratores e a moradores de comunidades carentes, nos dois anos da gestão da psicóloga Ana Lúcia Alencar Pereira.

A ação foi viabilizada por meio da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Aemp, o Tribunal de Justiça da Paraíba, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de João Pessoa, a Federação do Comércio de Bens e de Serviços da Paraíba (Fecomércio), o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), a Federação das Indústrias do Estado (Fiep), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (Sesi). Com a parceria, foi formalizado o Projeto 'Ensinando a Pescar'.

As formações buscam oferecer oportunidades aos jovens infratores de se especializarem em uma profissão. A Aemp cedeu toda a infraestrutura do Centro Profissionalizante Nossa Senhora de Fátima (construído pela Associação durante a gestão de Socorro Fontes), em João Pessoa, que foi revitalizado na gestão de Ana Lúcia Alencar Pereira e reinaugurado no dia 21 de setembro de 2018.

"O 'Ensinando a Pescar' é um projeto social importante, do qual o Tribunal é parceiro com outras instituições. É conhecimento técnico para que esses jovens possam desenvolver uma profissão no futuro", disse o presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho.



O desembargador Joás de Brito e a presidente da Aemp, Ana Lúcia Alencar, na cerimônia de reinauguração do prédio da Associação e do Centro Profissionalizante.



Cursos e formações

Foram oferecidos cursos de pintor de obras (duas turmas); instalação hidrosanitário (duas turmas); corte, cabelo e hidratação (duas turmas); chocolates e doces finos (duas turmas); e almoxarife de obras (três turmas); preparação de bolos e tortas, técnica de esmaltação, confecção de bijuterias; cozinha básica; design de sobremesas; técnicas para lancheiro; técnicas de maquiagem; comida de boteco; unhas artísticas; e corte masculino. Até setembro de 2018, segundo Ana Lúcia, 408 alunos partici-

param das formações, sendo 75 adolescentes.

A Associação das Esposas dos Magistrados e das Magistradas da Paraíba tem como principal objetivo ajudar entidades carentes nas áreas da saúde, social, educacional, atuando por meio de suas associadas. Já promoveu diversas ações em abrigos, creches (entre elas Maria da Luz e Tia Nerita), hospitais, além de campanhas de doações de sangue, casamentos comunitários e distribuição de cestas básicas e agasalhos a famílias carentes.



A psicóloga Ana Lúcia Alencar Pereira destacou o papel da Aemp na formação profissional de jovens



Augusto Cury fala sobre 'Gestão das Emoções'

Em outra ação beneficente promovida pela Aemp, o professor, escritor e psiquiatra Augusto Cury proferiu a palestra 'Gestão das Emoções: Treinando as emoções para ser feliz'. O evento ocorreu no auditório do Centro Cultural Ariano Suassuna, no TCE, em João Pessoa, e teve caráter filantrópico: por meio dele, foram arrecadadas fraldas geriátricas e latas de leite, que foram destinadas à Associação Promocional do Ancião (ASPAN) e Associação dos Idosos Mata do Amém, situadas em João Pessoa e Cabedelo.



Participando da união de casais

Em março de 2018, a entidade promoveu, por exemplo, o casamento coletivo de 70 casais. A formalização da união civil, no Centro Cultural de Mangabeira 'Tenente Lucena', em João Pessoa, foi realizada em parceria com o Poder Judiciário, Secretaria de Desenvolvimento Social do Município (Sedes) e Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg). A cerimônia foi celebrada pelo juiz Hermance Gomes Pereira, titular do Juizado Especial Criminal da Capital.

Já no mês de agosto, a Aemp uniu 35 casais na Comarca de Itabaiana, com cerimônia conduzida pelo juiz Michel Rodrigues de Amorim.

Em novembro, em um dos mais belos cartões postais de João Pessoa, o Pavilhão do Chá, foi a vez de 28 casais dizerem 'sim' diante da juíza Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga, autoridades e familiares.



Uma mensagem de paz e confraternização

As projeções visuais e sonoras na fachada do Palácio da Justiça junto às vozes de crianças e adolescentes, unidas em coro, entoando canções de celebração ao Natal embelezaram a noite do dia 13 de dezembro de 2018, na Praça João Pessoa, Centro da Capital paraibana. No local, cerca de 500 pessoas estiveram presentes para assistir à II Cantata Natalina, realizada pela Associação das Esposas dos Magistrados e Magistradas da Paraíba (Aemp), com o apoio do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Satisfeita e emocionada com o resultado do evento, a presidente da Aemp, Ana Lúcia Alencar Pereira, agradeceu a presença e todos e o apoio dos parceiros. Lembrou, ainda, que a primeira Cantata foi realizada sem muita experiência. “Nesta segunda, buscamos fazer algo mais elaborado para deixar o nosso marco. Esta Cantata é uma grande alegria para a nossa Associação. É o reflexo da nova gestão da Aemp, que teve um aspecto mais soli-

dário. Buscamos resgatar, com ela, o espírito natalino, o sentimento de solidariedade e doação, e do encontro das famílias que se importam com os outros”, afirmou.

O evento contou com a apresentação do Coral Art’Encanto – composto por 47 crianças e adolescentes do Bairro do Rangel, em João Pessoa – com arranjos, regência e direção musical do maestro Jean Fidelis. Outro número foi realizado pelas solistas Amaury Veras e Helaine Christi. De cunho beneficente, a exemplo da primeira realizada no ano de 2017, a Cantata teve o objetivo de arrecadar alimentos, que foram destinados à Instituição Sapeca, do Município de Sapé, que atende a mais de 60 crianças em situação de vulnerabilidade. A escolha da instituição foi feita através da parceria entre a Associação e a Comarca de Sapé, por meio da juíza Andréa Dantas Botto Targino, titular da 2ª Vara Mista.

Na Cantata de 2017, o espetáculo musical contou com a apresentação do Coral Art’Encanto e a participação especial da soprano Giovanna Simões Maropo, que interpretou canções do repertório natalino. A iniciativa beneficente também arrecadou alimentos, que foram doados à ONG Apôitcha, do município de Lucena.



Alimentos doados ao Projeto Sapeca

O projeto Sapeca, assistido pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de Sapé, foi beneficiado com a doação de uma tonelada de alimentos arrecadados pela Associação das Esposas dos Magistrados e Magistradas da Paraíba (Aemp) durante a II Cantata de Natal. A presidente da Associação, Ana Lúcia Alencar Pereira, realizou a entrega dos alimentos no dia 18 de dezembro de 2018.

Criado pelo Judiciário estadual em 2009, o Sapeca é mantido com recursos de transações penais da Vara do Juizado Especial Criminal de Sapé. Os profissionais que orientam as crianças e adolescentes são cedidos pelos três municípios conveniados e que são Termos da Comarca: Sapé, Riachão do Poço e Sobrado.

“São crianças que vêm da Casa de Acolhimento de Sapé por questões de ausência dos pais ou negligência familiar. Alguns são filhos de detentos. Eles passam o turno da manhã na Rede Pública de Ensino e, à tarde,

no Projeto onde desfrutam de esportes, aulas de reforço escolar, artes, entre outras atividades. Estamos tentando inserir aulas de música”, relatou a juíza Andréa Botto Targino, da 2ª Vara Mista de Sapé, com competência na área da Infância e Juventude.

Sobre a doação dos alimentos, a magistrada disse que ela chegou em boa hora, quando se vive o clima natalino e de solidariedade, devendo beneficiar as famílias das crianças bem como o próprio Projeto Sapeca, que funcionará no mês de janeiro em regime de colônia de férias. “Vamos garantir para as famílias e crianças um Natal digno, sem fome e uma maior alegria. Agradeço de coração a Ana Lúcia por ter contemplado o Projeto Sapeca com essa doação”, afirmou.

Emocionada, a presidente da Aemp, Ana Lúcia Alencar, disse ter sido válido todo o esforço despendido nos dois anos de trabalho à frente da entidade, onde implementou mudanças significativas e desenvolveu um trabalho sempre voltado a uma caminhada cristã, solidária. A coordenadora do Projeto Sapeca, Maria do Patrocínio Cananéa, disse que estava recebendo os alimentos com muita alegria e prazer, porque a doação vai fazer toda a diferença na vida das crianças e de seus familiares.





TJPB, Aemp e Hulk viabilizam doação de tênis de futsal para o Projeto Meninos de Santa Terezinha

Um misto de alegria, expectativa e curiosidade fazia parte dos semblantes dos meninos do Projeto de Santa Terezinha, no Alto Sertão paraibano, no dia 25 de novembro de 2017. Eles aguardavam, ansiosos, as doações dos 61 pares de tênis de futsal adquiridos por meio da ação conjunta do Tribunal de Justiça da Paraíba, Associação das Esposas dos Magistrados e Magistradas da Paraíba (Aemp) e o jogador de futebol Hulk.

O Projeto Meninos de Santa Terezinha, idealizado pelo servidor Humberto Morais, usa o esporte como referência para retirar crianças e adolescentes das ruas e prepará-los para a sociedade.

A entrega dos tênis ocorreu no ginásio de esportes da cidade. O diretor do Fórum de Patos, juiz Ramonilson Alves Gomes, fez a abertura da solenidade e destacou que o projeto é um mecanismo de legitimação do Poder Judiciário para atingir vários objetivos, dentre eles o de formar cidadãos.

O juiz Hugo Zaher, que participou do evento, foi quem fez o contato com a Aemp e apresentou o programa, propondo a compra do material esportivo. Ele disse que, para o Poder Judiciário, inclusive para as Varas da Infância e da Juventude, esse é um trabalho importante, porque coloca as crianças em contato com o esporte, a família e o lazer.

O idealizador do programa, Humberto Morais, agradeceu o apoio do Tribunal de Justiça, da Aemp, do jogador Hulk, dos professores voluntários e dos parceiros. “Tive o sonho de ser jogador de futebol e, como isso não foi possível, trabalho para que outras crianças possam realizar esse mesmo sonho”, disse.

Um dos pontos altos da ação social foi a exibição de um vídeo, no qual o jogador Hulk fala da doação e incetiva os meninos a buscarem seus sonhos por meio do esporte. “Estou enviando esses tênis, e espero que vocês façam um grande proveito. Se Deus quiser, que vocês possam usufruir o máximo. Podem sempre contar com minha ajuda. Estou, aqui, de coração aberto para ajudar vocês. Desejo toda a sorte do mundo, nunca desistam dos seus sonhos. Um beijo no coração de cada um”, disse Hulk.

Os tênis foram entregues, de forma simbólica, pelo presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, por Ana Lúcia Alencar, pelos juízes Hugo Zaher e Ramonilson Alves, e pela gerente de 1º Grau, Maria dos Remédios Gonçalves. Também foram entregues bolas de futsal adquiridas pelos diretores Haroldo Serrano de Andrade (Jurídica) e Márcio Roberto Soares Ferreira Júnior (Especial), e pelo assessor da Presidência, João de Miranda Peregrino Filho.



JECRIM

Penas pecuniárias são revertidas em projeto sociais

Acreditando que o trabalho e a arte guiam a formação do ser humano para uma convivência elevada, equilibrada e justa em sociedade, e reconhecendo a educação como vetor da transformação social, o Poder Judiciário estadual investiu nos últimos anos em projetos educacionais, firmando parcerias com instituições públicas de ensino, Organizações Não Governamentais (ONGs) e penitenciárias para promover o estudo de música, teatro, literatura, artes plásticas e dança. Essa atuação do Tribunal de Justiça da Paraíba acontece por meio das penas pecuniárias recebidas pelo Juizado Especial Criminal da Capital e do 1º Juizado Regional Misto de Mangabeira.

O trabalho realizado contou com a sensibilidade do magistrado titular do Jecrim da Capital, juiz Hermance Gomes Pereira, que estimula toda iniciativa que

contribui com a reinserção de apenados e acredita na renovação social a partir do investimento em projetos educacionais. “Considero essencial conscientizar alunos e pais do seu papel como cidadãos capazes de transformar e melhorar o mundo. No momento em que uma escola e um Fórum Criminal se unem em prol da melhoria da educação, toda a sociedade ganha, cumprindo a missão de educar para proteger”, declarou Hermance Gomes.

Conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, da Corregedoria-Geral de Justiça da Paraíba e da Lei nº 9.099/95 (que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais), aproximadamente, 246 pessoas foram beneficiadas diretamente com os investimentos em 71 instrumentos musicais distribuídos para a Casa Pequeno Davi, Grupo Filhos de Javé,



Corais Vozes para a Liberdade e Vozes Passageiras se apresentaram no XVI Festival Paraibano de Coros – Fepac.



Os juízes Hermance Gomes e Andréa Arcoverde inauguraram a Escola de Música do Presídio Geraldo Beltrão.

ONG 'Vem cuidar de mim' e o projeto 'Música: um caminho para a ressocialização', executado no Centro de Reeducação Feminina Júlia Maranhão e penitenciárias desembargador Silvio Porto e a de Segurança Máxima criminalista Geraldo Beltrão.

Crianças carentes de João Pessoa atendidas pelo Grupo Filantrópico Filhos de Javé foram beneficiadas com apoio financeiro que viabilizou a aquisição de 36 instrumentos musicais e 40 fardamentos, utilizados na formação de uma banda fanfarra com as crianças da Associação.

O 'Projeto Música: Um caminho para a ressocialização' é uma parceria entre o Jecrim da Capital, a Vara de Execução Penal e o Conselho da Comunidade de João Pessoa, que assegurou o funcionamento da Escola de Música em uma sala especial no Presídio Geraldo Beltrão. Foram adquiridos quatro violões, um violino, uma viola, um teclado, um contrabaixo, uma guitarra e uma bateria, comprados com recursos provenientes das transações penais no Juizado. As aulas acontecem sob a orientação do professor Alberto Tavares, que também desenvolve trabalho semelhante no Presídio Feminino Júlia Maranhão.

Crianças e adolescentes com até 17 anos de idade

da Comunidade do Timbó foram beneficiados com aulas de instrumentos, a partir da inauguração do Conservatório de Música no local. Foram entregues cerca de 25 instrumentos de percussão, cordas e eletrônico, como alfaia, tamborins, atabaques, violões e teclado. Até o momento, há 63 alunos inscritos no projeto, executada pela ONG 'Vem Cuidar de Mim', que já atua na Comunidade do Timbó, com aulas de reforço escolar e jiu-jitsu. O projeto surgiu da necessidade de se retirar as crianças das ruas nos turnos em que não estão na escola.

Foram adquiridos, também, material para realização das aulas, como carteiras, lousa, ar-condicionado, entre outros, além de contribuir com a construção da sala e arcar com a remuneração dos professores. Tudo com recursos oriundos das transações penais. O Conservatório funciona nos dois turnos (manhã e tarde), diariamente, e as turmas têm duas aulas semanais. Participam os moradores da comunidade, matriculados em escola pública, com frequência regular. As aulas são ministradas pelos professores Gilson Machado (bateria e percussão) e David Martins (teclados e violão), bacharéis em Música pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e musicistas atuantes em bandas de João Pessoa.



A Escola Municipal de Artes de Sapé conta com o Programa de Inclusão através da Música e das Artes (Prima).



Inauguração da Biblioteca Osias Gomes na ONG Cidade Cristã, em Sapé.

Ampliando o numero de entidades beneficiadas

Ampliando as aplicações das verbas oriundas das penas pecuniárias em prol da sociedade, receberam recursos a Casa Divina Misericórdia, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pedro Serrão, ONG Cidade Cristã e a Coordenação de Tecnologia da 1ª Superintendência Regional da Polícia Civil da Paraíba.

A Casa da Divina Misericórdia – instituição de longa permanência para idosas, existente em João Pessoa há quase 20 anos – vem recebendo ajuda financeira para aquisição de remédios, fraldas geriátricas, insufláveis, alimentos, material de limpeza e outros itens necessários ao bom funcionamento do local. A Casa conta com 34 internas.

No 8 de março de 2018, foi inaugurada a Rádio PPS, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pedro Serrão, que atende a comunidade dos Bairros do Cristo Redentor e Rangel. Considerada um projeto de transformação da realidade sociocultural, a rádio escolar comunitária foi criada a partir do consenso entre os profissionais da educação e do Judiciário, de que a iniciativa seria capaz de fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, promovendo uma educação desafiadora, capaz de ofertar ferramentas sólidas para a formação de cidadãos proativos na vivência dos deveres e luta pelos direitos na sociedade brasileira.

Já a ONG Cidade Cristã recebeu livros para a Biblioteca Osias Gomes, que integra o projeto de inclusão social da Escola de Artes de Sapé, que atende 102 alunos carentes em oficinas de música, teatro, artes ma-

nuais, pintura e balé clássico e moderno.

Recursos das transações penais permitiram o reaparelhamento da Coordenação de Tecnologia da Informação da 1ª Superintendência Regional da Polícia Civil da Paraíba, sediada na Central de Polícia Civil, no Bairro Geisel, na Capital. O objetivo foi contribuir para a melhoria do suporte de informática das delegacias e subsidiar iniciativas como o registro de presos na Carceragem e gravação de oitivas em vídeo, aumentando a transparência da atividade policial.

De acordo com o delegado Marcos Paulo dos Anjos Vilela, superintendente da 1ª Regional, foi possível equipar a Coordenação de TI com diversas ferramentas, a exemplo de alicates, chaves de fenda, chaves allen, chaves torx, ferro de solda e equipamentos como aspirador de pó, multímetro, pen drives, HD externo, um computador servidor de rede, etc.

A parceria do 1º Juizado Especial Regional Misto de Mangabeira com a Fundação Cidade Vida desencadeou mais um projeto de ressocialização, por meio do trabalho, na Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão. Trata-se das instalações de uma fábrica de gesso, que funciona com mão de obra exclusiva de apenados. De acordo com o juiz Meales Medeiros de Melo (titular do 1º Juizado Regional), o Projeto é financiado com recursos provenientes de prestação pecuniária e prima pela oferta de uma profissão técnica ao detento, buscando prepará-lo para o mercado de trabalho, após o cumprimento de sua respectiva pena.



VEPA

Mais de R\$ 326 mil para entidades filantrópicas

De setembro de 2016 a agosto de 2018, um total de R\$ 326.625,00 foi destinado a projetos sociais de 22 entidades filantrópicas de João Pessoa pela Vara de Execução de Penas Alternativas (VEPA) da Capital, que tem à frente o juiz Geraldo Pontes. Os recursos são oriundos da aplicação de penas de prestação pecuniária impostas após tramitação de processo nas Varas Criminais. A penalidade é prevista no artigo 43, I, do Código Penal.

As entidades filantrópicas da Capital beneficiadas foram: Hospital Napoleão Laureano, Vila Vicentina, Casa do Pequeno Davi, Hospital Padre Zé, Casa Divina Misericórdia, Associação Paraibana de Deficientes (Aspade), Conselho da Comunidade, Núcleo de Apoio à Criança com Câncer, Centro de Mediação de Apoio Escolar, Comunidade Servos de Maria do Coração de Jesus, Instituto Walfredo Guedes Pereira, Fundação Feminina Missão Resgate, Instituto dos Cegos, Projeto uma Nota Musical que Salva, Instituto Espírita Nosso Lar, Hospital Universitário Lauro Wanderley, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Associação Paraibana de Equoterapia

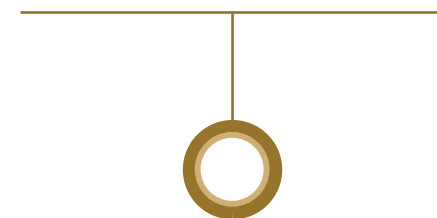
(ASPEQ), Associação Beneficente Casa Caiada, Associação de Teatro Arte e Yoga e Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância (Amem).

O juiz Geraldo Pontes explica que qualquer entidade beneficente da comarca pode se cadastrar na VEPA para ter projetos sociais atendidos com recursos da pena de prestação pecuniária, inclusive, mais de uma vez. Após um mês, devem prestar contas do que receberam através de notas fiscais. As instituições que não prestarem contas deixarão de receber recursos como primeira penalidade.

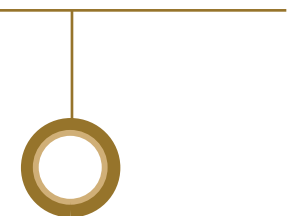
Outra destinação da pena pecuniária é a reparação por prejuízos sofridos a algumas vítimas de crimes.

Geraldo Pontes responde pela unidade judiciária desde janeiro de 2014, e o trabalho desenvolvido nesse período tem sido reconhecido com diversas homenagens, a exemplo da prestada pelo Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) no dia 26 de outubro, durante a comemoração do Dia do Servidor Público. O certificado e o troféu de Honra ao Mérito foram entregues pela direção do HULW, por meio da superintendente Flávia Cristina Fernandes Pimenta.

O desembargador Joás de Brito Pereira Filho participou, em outubro de 2017, da solenidade de entrega de cheques a entidades filantrópicas beneficiadas com recursos oriundos da aplicação de penas de prestação pecuniária.



O juiz Geraldo Pontes, da VEPA (esq.) e a presidente da Aemp, Ana Lúcia Alencar Pereira, fizeram a entrega de alvarás.





O artesanato produzido por reeducandas do Prsídio Feminino da Capital ganhou projeção nacional.

'Castelo de Bonecas' ressocializa reeducandas por meio do artesanato

Depois de exposições nos Fóruns Cível, Criminal e de Mangabeira, no Tribunal de Contas do Estado (TCE) e no 27º Salão de Artesanato da Paraíba, em João Pessoa, e na 19ª Fenearte, em Recife (PE), o artesanato do Projeto Castelo de Bonecas, produzido pelas reeducandas do Presídio Feminino Júlia Maranhão, foi apresentado na sede do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, dentro da programação da XII Jornada da Lei Maria da Penha, ocorrida nos dias 9 e 10 de agosto de 2018.

O convite para a exposição foi formulado pela presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, por ofício endereçado ao presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Joás de Brito Pereira Filho.

Nesta exposição, as bonecas de pano receberam a logomarca do programa de combate à violência contra a mulher 'Justiça pela Paz em Casa', idealizado pelo CNJ. O Judiciário estadual foi representado pela juíza Graziela Queiroga Gadelha de Sousa, uma das responsáveis pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência do TJPB.

O Projeto Castelo de Bonecas é um trabalho de ressocialização desenvolvido no Presídio Feminino Júlia Maranhão, em João Pessoa, sob a coordenação da juíza auxiliar da Vara de Execução Penal (VEP), Andréa Arcoverde Cavalcanti Vaz.

A iniciativa consiste na produção de artigos artesanais feitos pelas reeducandas, com ênfase para a confecção de bonecas de pano. Conta com o apoio do TJPB por meio de suporte financeiro disponibilizado pelo Juizado Especial Criminal da Capital (Jecrim), pelo 1º Juizado Especial Misto de Mangabeira e pela Vara de Execução de Penas Alternativas (VEPA).

Parte dos produtos confeccionados é destinada à doação a crianças carentes e outra, vendida nas exposições, no Presídio Júlia Maranhão ou pelo Instagram: @castelodebonecasjuliamaranhao.

Em outubro de 2018, o projeto incorporou-se à campanha 'Sou Amigo do Hospital Laureano', responsável pelo tratamento de pessoas com câncer. Foram doadas 100 bonecas, numa primeira etapa da parceria, que foram colocadas à venda, com o dinheiro revertido para ajudar o hospital.

AGENDA CULTURAL



AGENDA
CULTURAL

Centenário

Em 2017, as celebrações foram iniciadas no dia 31 de julho, quando o Tribunal fez homenagem póstuma ao desembargador Nélson Deodato Fernandes Negreiros. Em seguida, no dia 2 de outubro, foi comemorado o centenário do desembargador Arquimedes Souto Maior Filho. Os eventos do ano foram encerrados, no dia 7 de dezembro, com o centenário do desembargador Walter Sarmiento de Sá.

A programação da Agenda Cultural teve seguimento em 2018, com homenagens aos desembargadores Luiz Pereira Diniz e Arthur Virgínio de Moura. O centenário do desembargador Diniz foi realizado no dia 19 de abril, enquanto que o de Arthur Virgínio ocorreu no dia 20 de setembro. Este último encerrou o ciclo de homenagens aos desembargadores que, se vivo estivessem, completariam 100 anos de idade em 2018.

Os eventos foram propostos pela Comissão de Cultura e Memória do Poder Judiciário estadual, que tem à frente o desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque. Todas as solenidades ocorreram na Sala de Sessões do Pleno, ocasião em que os familiares dos homenageados receberam placa comemorativa.



João Benedito entregando placa comemorativa a familiares do desembargador Archimedes Souto Maior Filho.



Arthur César de Moura e Antônio Philipe de Moura, netos do desembargador Arthur Virgínio, cantaram duas músicas preferidas do avô: "Iracema" e "Naquela Mesa", por ocasião da homenagem.



O presidente Joás de Brito fez a entrega da placa comemorativa à viúva do homenageado Luiz Pereira, senhora Maria do Carmo Oliveira Pereira (viúva do homenageado).

LANÇAMENTOS



JUIZ ALUÍZIO BEZERRA FILHO

MANUAL DE CRIMES CONTRA O ERÁRIO

Com tema central Improbidade Administrativa, o livro 'Manual de Crimes contra o Erário – anotados e comentados', de autoria do juiz Aluizio Bezerra Filho, foi lançado no dia 18 de maio de 2017, em evento realizado no Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba. A obra foi apresentada pelo vice-presidente do Tribunal, desembargador João Benedito da Silva, que, entre outras observações, exclamou: "O tema foi tratado com maestria e completude pelo autor!"



JUIZ JOSÉ GUTEMBERG GOMES

DANO MORAL COLETIVO

No dia 29 de junho, foi lançado o livro intitulado 'Dano Moral Coletivo – sob a perspectiva dos direitos fundamentais', de autoria do juiz José Gutemberg Gomes Lacerda. O evento ocorreu no auditório da Escola Superior da Magistratura (ESMA), em João Pessoa. A obra trata de questões necessárias à compreensão do alcance do dano moral, em um sistema de responsabilidade civil aberto. A apresentação do livro foi feita pelo magistrado Marcos Salles, juiz titular da 1ª Turma Recursal da Capital.



OFICIAL DE JUSTIÇA FRANCISCO NOBERTO

PRÁTICA LEGAL - NORMAS E PROCEDIMENTOS

O Pleno do Tribunal foi, ainda, palco do lançamento do livro 'Prática Legal – Normas e Procedimentos', no dia 5 de setembro de 2017. De autoria do oficial de Justiça Francisco Noberto Gomes Caneiro, da Comarca de Sousa, a obra é dividida em sete capítulos, baseados em leis, jurisprudências, doutrinas e decisões administrativas do TJPB, Corregedoria-Geral de Justiça e outros órgãos. Antes de tecer comentários acerca da obra, Francisco Noberto falou da satisfação de realizar o lançamento na sede do Poder Judiciário estadual.



RODRIGO NÓBREGA DE FARIAS

DIREITO À SAÚDE & SUA JUDICIALIZAÇÃO

Na tarde do dia 26 de abril de 2018, foi lançado o livro 'Direito à Saúde & Sua Judicialização', de autoria do advogado paraibano Rodrigo Nóbrega Farias. A apresentação da obra foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joás de Brito Pereira Filho. De acordo com o autor, a obra tem como principal objetivo identificar meios que busquem garantir a efetividade do direito fundamental à saúde a partir da análise da atuação do Judiciário e dos instrumentos de participação popular nessa área, no Município de João Pessoa.



ADELMAR AZEVEDO RÉGIS

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

No dia 17 de maio de 2018, magistrados, juristas, advogados, intelectuais e políticos prestigiaram o lançamento do livro "Pagamento por Serviços Ambientais – Uma promissora ferramenta de política ambiental", de autoria do procurador-geral do Município de João Pessoa, Adelmar Azevedo Régis. O evento foi realizado no Auditório da Escola Superior da Magistratura (Esma). A obra é o resultado de um vasto trabalho que visa buscar soluções sobre serviços jurídicos e política ambiental. Coube ao professor doutor Taldem Farias, que assina o prefácio da obra, fazer a apresentação do livro, que tem o selo da Editora Lumen Juris.



GEORGE SALOMÃO LEITE

DIREITO DE MORRER

Direito de morrer com dignidade é tema de livro lançado, no dia 16 de agosto de 2018, no Pleno do Tribunal de Justiça. Intitulado 'A morte e o Direito - há um direito de morrer dos pacientes terminais?', a obra é de autoria do advogado paraibano George Salomão Leite. O livro foi apresentado junto a outros três, cujas autorias são coletivas e também contam com a participação do advogado. São eles: 'Curso de Direito Constitucional', 'O fim do livre convencimento motivado' e 'Ronald Dworking: Direito, Política e Pessoa Humana'. A solenidade foi aberta pelo vice-presidente TJPB, desembargador João Benedito da Silva. Já a apresentação dos livros ficou a cargo do desembargador Fred Coutinho.



JOÁS DE BRITO FOI HOMENAGEADO

LAVAGEM DE DINHEIRO E PARAÍSOIS FISCAIS

A experiência profissional aliada a um trabalho acadêmico resultou no livro 'Lavagem de Dinheiro e Paraísos Fiscais - A captura da economia pelo crime organizado', de autoria do professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e delegado da Polícia Federal Fabiano Emídio de Lucena Martins. A obra foi lançada no dia 27 de novembro de 2018, no hall do Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba, em evento conduzido pelo presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, que, na ocasião, foi homenageado pela Associação dos Delegados da Polícia Federal.



JUIZ ALUÍZIO BEZERRA FILHO

PROCESSO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Magistrados, autoridades, amigos e familiares prestigiaram o lançamento do livro 'Processo de Improbidade Administrativa - Anotado e Comentado', de autoria do juiz Aluizio Bezerra Filho, titular da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital. O evento ocorreu, no 17 de outubro de 2018, no hall do Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba. Coube ao presidente do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, dar as boas-vindas aos convidados, e ao desembargador Leandro dos Santos, fazer a apresentação da obra.



